

LARISSA SCHMITZ HAINZENREDER

**O FENÔMENO TRADUTÓRIO À LUZ DA DISTINÇÃO
SEMIÓTICO/SEMÂNTICO NA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS:
PROPOSTA DE UMA SEMIOLOGIA DA TRADUÇÃO**

**PORTO ALEGRE
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E
ENUNCIATIVAS**

**O FENÔMENO TRADUTÓRIO À LUZ DA DISTINÇÃO
SEMIÓTICO/SEMÂNTICO NA RELAÇÃO ENTRE LÍNGUAS:
PROPOSTA DE UMA SEMIOLOGIA DA TRADUÇÃO**

LARISSA SCHMITZ HAINZENREDER

ORIENTADOR: PROF. DR. VALDIR DO NASCIMENTO FLORES

Dissertação de Mestrado em ANÁLISES
TEXTUAIS, DISCURSIVAS E
ENUNCIATIVAS apresentada como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre pelo
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

**PORTO ALEGRE
2016**

CIP - Catalogação na Publicação

Hainzenreder, Larissa Schmitz

O fenômeno tradutório à luz da distinção
semiótico/semântico na relação entre línguas: proposta
de uma semiologia da tradução / Larissa Schmitz
Hainzenreder. -- 2016.

120 f.

Orientador: Valdir do Nascimento Flores.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Fenômeno tradutório. 2. Enunciação. 3. Semiologia
da Língua. I. Flores, Valdir do Nascimento, orient.
II. Título.

Este texto é dedicado aos linguistas – tradutores ou não – que resistem ao exame semiológico e aos semiólogos que se esquivam da questão da língua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Marta Inês Prestes Schmitz, ao meu irmão, Diego Schmitz Hainzenreder, e ao meu marido, George Menezes de Secrieru, por proporcionarem, cada qual em seu tempo, um lar que não possibilitou outra coisa senão meu crescimento.

Agradeço, enormemente, aos membros do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em particular, aos colegas Rafael Lamonatto e Aline Stawinski; e às professoras Carmem Luci da Costa Silva, Lucia Rottava e Luiza Milano.

Agradeço, especialmente, à psicanalista Maria Vanda Olczwski Garcia por me ensinar a pensar; e ao professor, orientador e amigo Valdir do Nascimento Flores por estimular meus pensamentos.

Agradeço, por fim, às professoras Alena Ciulla, Leci Barbisan e Silvana Silva por aceitarem o convite à banca examinadora; e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro que possibilitou esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo defender a viabilidade de uma Semiologia da Tradução a partir dos princípios semiológicos reservados à língua pelo renomado linguista Émile Benveniste. Para tanto, o fenômeno tradutório não é considerado senão pela relação entre línguas que o tradutor estabelece no exercício de seu ofício, sobre a qual a Semiologia da Língua e, por conseguinte, a própria Enunciação, frutos da reflexão benvenistiana acerca da linguagem, dão testemunho. A primeira o faz através do princípio de unidades significantes atestado nos modos de significação da língua, a saber, o *semiótico* e o *semântico*, cuja significância cede à língua o status de interpretante da sociedade; a segunda, através das propriedades semânticas que fazem evidenciar as diferenças linguísticas na produção de discurso como manifestação da enunciação. Assim, a hipótese de uma Semiologia da Tradução é sustentada, no primeiro capítulo, pela comprovação de que o fenômeno tradutório é atravessado pela língua de maneira a tomar-lhe emprestado o funcionamento significante que rege suas leis e, no segundo capítulo, pela descrição dos domínios *semiótico* e *semântico* que possibilita pensar para a tradução um modo específico de significação, descrito, em pormenores, no terceiro e último capítulo. Com o intuito de produzir um discurso sobre a tese benvenistiana de que o *semântico* é a possibilidade da tradução, enquanto o *semiótico* é a impossibilidade, o original e a tradução são tomados como duas *línguas-discurso* que configuram um sistema cujo mecanismo de significância protagoniza uma *relação de interpretância*, onde a língua-discurso-alvo é o interpretante da língua-discurso-fonte, fazendo emergirem das diferenças que o tradutor estabelece entre uma e outra as *unidades de tradução* – uma noção teórica de unidade de significação muito particular pela qual se acredita poder descrever as leis que regem todo sistema tradutório.

Palavras-chave: Fenômeno tradutório; Semiologia da Língua; Enunciação.

ABSTRACT

This study aims to prove the viability of a Semiology of Translation regarding the semiotic principles reserved to the Language by the well-known linguist Émile Benveniste. The phenomenon of translation is considered as the relationship between languages established by the translator during the translation process, which is attested by the Semiology of Language and, therefore, the Enunciation itself – both as a result of Benveniste’s reflection on language. The first one attests it through the unit of signification principle verified in the two modes of meaning combined in language – the *semiotic* and *semantic* modes – whose significance makes the language the interpreting system of society. The second one attests it through the semantic properties that clarify the linguistic differences in the production of speech as a manifestation of the enunciation. Thus, the hypothesis of a Semiology of Translation is sustained in the first chapter by proving that the phenomenon of translation is crossed by the Language so as to copy both its significant mechanism and laws; and in the second chapter by describing both *semiotic* and *semantic* modes in order to enable the development of a specific mode of meaning for the phenomenon of translation, which is finally portrayed in detail in the third and final chapter. In order to draw a conclusion about Benveniste’s idea of the *semantic* mode as the possibility of translation and the *semiotic* mode as its impossibility, the original and the translation are both taken by the concept of *language-speech* that sets a translation system whose significant mechanism portrays a *interpreting relationship* where the target language-speech is the interpreter of the source language-speech, making emerge from the differences that the translator establishes between one and another a theoretical notion of the *translation unit* which it is believed to describe the laws governing all translation systems.

Keywords: Phenomenon of translation; Semiology of language; Enunciation.

ABREVIações E REFERÊNCIAS

Visto que as obras de Ferdinand de Saussure e Émile Benveniste são amplamente citadas ao decorrer desta dissertação, utiliza-se a notação especificada abaixo como forma de referência aos textos dos autores.

CLG – Curso de linguística geral;

ELG – Escritos de linguística geral;

PLG I – Problemas de linguística geral I;

PLG II – Problemas de linguística geral II;

Últimas aulas – Últimas aulas no Collège de France;

Estrutura – Estrutura das relações de pessoa no verbo (1946);

Tendências – Tendências recentes em linguística geral (1954);

A linguagem – A linguagem e a experiência humana (1956);

Observações – Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana (1956);

A frase – A frase relativa, problema de sintaxe geral (1957);

Da subjetividade – Da subjetividade da linguagem (1958);

Categorias – Categorias de pensamento e categorias de língua (1958);

Natureza – Natureza do signo linguístico (1959);

Saussure – Saussure após meio século (1963);

Vista d’olhos – Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística (1963);

Os níveis – Os níveis da análise linguística (1964);

A forma e o sentido – A forma e o sentido na linguagem (1967);

Esta linguagem – Esta linguagem que faz a história (1968);

Estruturalismo – Estruturalismo e linguística (1968);

Semiologia – Semiologia da língua (1969);

Estrutura da língua – Estrutura da língua e estrutura da sociedade (1970);

O aparelho – O aparelho formal da enunciação (1970).

Devido às condições particulares em que ocorreu a compilação dos textos de Benveniste, as citações diretas às suas obras obedecerão a seguinte formatação:

“Citação” (Título abreviado do texto [data de publicação do texto na França], OBRA, página da edição brasileira utilizada neste trabalho).

Exemplo: “não há signo trans-sistemático” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 54).

Já as citações diretas às aulas ministradas no Collège de France entre 1968 e 1969 obedecerão a seguinte formatação:

“Citação” (Número da aula [data em que a aula foi ministrada], página da edição brasileira utilizada neste trabalho).

Exemplo: “um indivíduo é criador de relações” (*Aula 6* [1969], p. 115)

Observa-se que esta dissertação foi formatada de acordo com as normas, quando informadas, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujas diretrizes podem ser conferidas na página web do Programa. As situações não contempladas nesse documento seguem as normas da ABNT.

*Toda tradução não é mais do que uma maneira
provisória de nos ocuparmos a fundo com a
disparidade das línguas.*

Walter Benjamin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
------------------	----

Primeiro Capítulo

1 DA ADOÇÃO DE UM PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO PARA O ESTUDO DO FENÔMENO TRADUTÓRIO	23
1.1 POR QUE ÉMILE BENVENISTE?.....	23
1.2 RETORNO À TEORIA BENVENISTIANA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO NO BRASIL	30
1.2.1 A (inter)subjetividade do tradutor.....	32
1.2.2 A tradução como reenunciação.....	35
1.2.3 O sentido da/na tradução.....	37
1.3 A RELEVÂNCIA EM CONSIDERAR A RELAÇÃO SEMIÓTICO/SEMÂNTICO PARA DAR CONTA DO FENÔMENO TRADUTÓRIO	40
1.3.1 A questão da língua.....	41
1.3.1.1 A Semiologia.....	43
1.3.1.2 A Semiologia da Língua	47
1.3.2 A questão das línguas.....	53
1.3.2.1 A diversidade das línguas.....	54
1.3.2.2 A universalidade da tradução.....	58

Segundo Capítulo

2 DA SIGNIFICÂNCIA DA LÍNGUA	63
2.1 A LÍNGUA COMO INTERPRETANTE DA SOCIEDADE	69
2.2 O MODO SEMIÓTICO DE SIGNIFICAÇÃO.....	73
2.2.1 A unidade semiótica	74
2.2.2 A forma no semiótico.....	77

2.2.3 <i>O sentido no semiótico</i>	78
2.3 O MODO SEMÂNTICO DE SIGNIFICAÇÃO	81
2.3.1 <i>A unidade semântica</i>	83
2.3.2 <i>A forma no semântico</i>	85
2.3.3 <i>O sentido no semântico</i>	87

Terceiro Capítulo

3 DA POSSIBILIDADE DE UMA SEMIOLOGIA DA TRADUÇÃO	92
3.1 A SIGNIFICÂNCIA DO FENÔMENO TRADUTÓRIO.....	94
3.2 A LÍNGUA-DISCURSO-ALVO COMO INTERPRETANTE DA LÍNGUA-DISCURSO-FONTE	100
3.2.1 <i>Língua-discurso-alvo como manifestação da enunciação tradutória</i>	103
3.2.2 <i>Língua-discurso-alvo como sistema de signos</i>	104
3.2.3 <i>Língua-discurso-alvo como produção sui-referencial</i>	105
3.2.4 <i>Língua-discurso-alvo como atualização do aparelho formal da enunciação tradutória revisto a partir da relação entre as línguas</i>	105
3.3 AS UNIDADES DE TRADUÇÃO	108
3.3.1 <i>A forma e o sentido da unidade de tradução</i>	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mecanismo de significância da enunciação tradutória a partir da relação entre as línguas.....	99
Figura 2 – Constituição das unidades de tradução	110

INTRODUÇÃO

O que significa traduzir? Para alguns, a questão parece se encerrar nas noções de decodificação e transcrição; para outros, abre-se um leque de possibilidades implicadas em fatores como o meio de atuação do profissional – literário, científico etc – e o tipo de atividade – tradução, versão etc. Ainda que diferentes teóricos apresentem maneiras distintas de definir o ato de traduzir, é de comum acordo que, seja qual for o objeto sobre o qual o tradutor exerce sua função e seja qual for a natureza dessa função, o profissional de tradução opera no liame da relação entre línguas.¹ O fato é de tal modo incontestável que o linguista francês Georges Mounin introduz as mais de duzentas páginas de seus *Problemas teóricos da tradução* afirmando que o tradutor é “o lugar de um contato entre duas (ou mais) línguas” (1975, p. 16); sendo a tradução, por conseguinte e antes de tudo, um “contato de línguas”.

Partindo dessa lógica, este trabalho se propõe a dissertar sobre o fenômeno da tradução pelo viés do jogo estabelecido na relação entre as línguas que lhe servem de ponto de partida e ponto de chegada. Mais do que isso, é uma proposta de olhar para a tradução como fato linguístico e, ao mesmo tempo, discursivo, porque a toma com base na relação entre as *línguas-discurso*, a qual lhe confere um modo particular de *significância* (cf. BENVENISTE, 1989)².

Assim, o ponto de vista adotado resguarda qualquer modalidade tradutória possível – da tradução à versão, do científico ao poético, da escrita à oralidade – sem detrimento de qualquer meio ou atividade. Isso porque a perspectiva na qual este trabalho se ampara entende que toda modalidade de tradução propriamente dita origina-se nos moldes de uma língua determinada e encerra-se nos moldes de outra, independentemente da natureza do objeto e dos métodos adotados. É o que chamamos de *fenômeno tradutório* – para nossos fins, a tradução é, antes de tudo, um fenômeno de linguagem observado na relação entre línguas. Nesse sentido, acreditamos que os Estudos da Tradução não permitem formular uma teoria da língua mais do que permitem formular uma teoria da *relação entre as línguas*; pensamos que a partir do exame dessa relação os Estudos da Linguagem podem tomar a tradução de forma adequada para (re)descobrir o objeto que é a língua.

¹ Para os fins deste trabalho, considera-se apenas a tradução propriamente dita, isto é, de uma língua para outra. Não consideramos aqui a hipótese de que qualquer forma de interpretação (JAKOBSON, 1970) e compreensão (STEINER, 2005) configura uma tradução.

² Termos de Émile Benveniste. A *língua-discurso* se refere à “relação do sistema de signos como propriedade coletiva, atualizado individualmente em uma situação própria de uso da língua” (FLORES et al, 2009, p. 151), enquanto a *significância* é a propriedade que um sistema semiótico tem de significar.

Ao propor o exame da relação entre línguas que precipita toda forma de tradução, nosso foco incide sobre as reflexões do linguista Émile Benveniste, que encontrou nos princípios da Semiologia da Língua modos de significância que permitem examinar o fenômeno tradutório como contato de línguas. Nossa escolha justifica-se pelo fato de que, por qualquer via que seja habilitada, a tradução encontrará o problema da significação e achamos que nenhum outro teórico da linguagem ocupou-se desse problema com a mesma dedicação de Benveniste, cujas ideias serão esboçadas em pormenores mais adiante. Por ora, é suficiente trilhar o caminho que nos conduz a uma abordagem benvenistiana da tradução.

Se Benveniste está correto ao supor, e assim acreditamos, que o “homem está na língua” (FLORES, 2012, p. 163), asseguramos que o sujeito-tradutor está, de fato, na sua língua materna – por exemplo, *a língua-alvo*, no caso da tradução, ou *a língua-fonte*, no caso da versão – porém, na condição muito específica de *criador de relações*³ entre a sua língua materna e a sua língua de trabalho, o que, em certa medida, o coloca também na língua de trabalho – por exemplo, *a língua-fonte*, no caso da tradução, ou *a língua-alvo*, no caso da versão. Por essa razão, dizemos que o tradutor ocupa o lugar do “entre línguas” e não poderia jamais ser de outra forma, é essa característica peculiar de seu ofício que possibilita a interlocução esperada no âmbito de uma língua-discurso-fonte e uma língua-discurso-alvo.⁴ Sabe-se que do encontro entre sistemas de línguas é possível abstrair diferentes formas linguísticas revestidas de significação (cf. SAUSSURE, 1995), de tal modo que a característica primordial do que entendemos por *intersubjetividade da tradução* é ser formadora de um *sentido* qualquer. Por conseguinte, a questão que abre este texto pode ser repensada da seguinte maneira: o que significa formular um *sentido*?

Para muitos teóricos, a questão da tradução entre línguas é frequentemente resolvida como um processo de interpretação, de maneira que traduzir seria o mesmo que interpretar⁵, talvez porque a faculdade de interpretar constitui, em essência, a comunicação linguística e a tradução tem por finalidade comunicar algo a alguém. Nesse ponto, o crítico literário George Steiner (2005) chega a comparar o modelo de comunicação “emissor para receptor” ao

³ Tomamos essa expressão emprestada de Benveniste, para quem “um indivíduo é criador de relações; é o caso do fenômeno poético” (*Aula 6* [1969], p. 115), com a intenção de evocar a possibilidade de uma “poética do traduzir” (MESCHONNIC, 2009).

⁴ Preferimos a expressão benvenistiana “língua-discurso” para caracterizar o original e a tradução ao invés de somente “língua”, porque entendemos que não se traduz somente a língua ou apenas o discurso, mas toda a articulação linguística, uma vez que ao articular um discurso se articula toda a língua. Assim, sugerimos pensar uma *língua-discurso-fonte* e uma *língua-discurso-alvo*.

⁵ A difundida classificação tripartida do renomado linguista russo Roman Jakobson, por exemplo, define a tradução interlingual como a “**interpretação** dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (1970, p. 65, grifo nosso).

modelo “língua de partida para língua de chegada” adotado nos Estudos da Tradução. De fato, a comunicação está em jogo em ambos os processos de interpretação e tradução, porém, a última não se encerra na primeira. Interpretar é uma importante fase do processo tradutório, mas não se pode reduzir a tradução à interpretação. Além de determinar os valores das unidades reconhecidas na língua-discurso-fonte e propor-lhes uma significação, o tradutor apropria-se de *novas* unidades na tentativa de re-produzir – no sentido de *produzir de novo* – a maneira como concebe os valores que articulam a língua-discurso-fonte. A nosso ver, o problema da tradução não se resolve na questão da interpretação porque ela não dá conta do jogo entre as línguas envolvidas no fenômeno tradutório, sem o qual tradução alguma seria possível ou necessária. Além de interpretar, a tradução envolve a formulação – no sentido de *dar forma a* – de uma interpretação a partir de uma nova *enunciação*⁶, em um novo construto semântico possível por novas unidades linguísticas. É algo bem diferente.

A tal conjunto de operações, o semiólogo Umberto Eco chamou de “*dar o equivalente*” em significação (2007, p. 29, grifos do autor). Porém, é sabido, desde Saussure, que a equivalência de significado é algo que sequer se possa supor entre termos de uma mesma língua; quem dirá entre línguas distintas. Nas palavras de Saussure:

No interior de uma mesma língua, todas as palavras que exprimem ideias vizinhas se limitam reciprocamente: sinônimos como “*recear, temer, ter medo*” só tem valor próprio pela oposição; se *recear* não existisse, todo seu conteúdo iria para os seus concorrentes. [...] Em todos esses casos, pois, surpreendemos, em lugar de *ideias* dadas de antemão, *valores* que emanam do sistema. [...] Sua característica mais exata é ser o que os outros não são (CLG, p. 136, grifos do autor).

Saussure acrescenta que “se as palavras estivessem encarregadas de representar os conceitos dados de antemão, cada uma delas teria, de uma língua para outra, correspondentes exatos para o sentido; mas não ocorre assim” (CLG, p. 135). Se em nenhuma parte uma língua apresenta correspondência interna de significados, é simplório acreditar que uma diversidade de idiomas pudesse exprimir, através de *formas* totalmente diferentes, os mesmos *sentidos*. Por conta dessa passagem, Mounin atribui a Saussure a explicação científica para o resultado insatisfatório das traduções literais, uma vez que a teoria do valor (cf. SAUSSURE, 1995) permite inferir que “as palavras não possuem forçosamente a mesma superfície conceitual em línguas diferentes” (1975, p. 36). Entretanto, a tradução entre línguas é um fato inegável, reconhecido justamente pela aproximação do *sentido* produzido na língua-discurso-alvo com

⁶ Termo de Benveniste entendido como a “colocação da língua em funcionamento por um ato individual de utilização”, o qual “pressupõe um quadro enunciativo, que se configura por sujeitos – o par *eu-tu* –, ou seja, a noção de pessoa – e situação – o espaço e o tempo” (FLORES et al, 2009, p. 102).

o *sentido* produzido na língua-discurso-fonte. Desse modo, resta-nos concluir que a equivalência da qual fala o semiólogo é sempre relativa.

Posto que traduzir não envolve apenas interpretar, mas também formular um *sentido* a partir de uma “equivalência” relativa de significado, propomos buscar compreender de que maneira o tradutor relaciona uma língua-discurso-fonte a uma língua-discurso-alvo para formular um *sentido* aproximado. De acordo com Jakobson, uma unidade semiótica da língua-fonte só pode ser interpretada através de uma combinação “equivalente” de unidades semióticas na língua alvo, de tal modo que “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes”; desse fenômeno, Jakobson abstrai, com certa razoabilidade, o que considera ser a principal preocupação da Linguística: “a equivalência na diferença” (1970, p. 65).

A “*equivalência*” de *significação na diferença das unidades* parece, em nossa opinião, apontar para o centro da questão da tradução. Eco e Jakobson, juntos, parecem formular o problema da *intraduzibilidade relativa* das línguas – a “equivalência” de *significação* – e da *intraduzibilidade radical*⁷ de toda língua por outra – a diferença das unidades. Com certeza, todo tradutor deve algo às análises do semiólogo e às reflexões do linguista russo, mas nem um, nem outro apresentou um exame profundo dos modos de significância da língua e das características de suas unidades da maneira como o fez Benveniste, para quem a língua significa por duas vias distintas: “Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma [...]: a língua como *semiótica*; [...] [e] a segunda, que chamamos de língua como *semântica*” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 229, grifos do autor). Segundo o linguista, a língua significa simultaneamente na dimensão dos signos e da enunciação: de um lado, há o modo *semiótico* e, de outro, o modo *semântico* – o primeiro diz respeito ao “modo de significação que é próprio do SIGNO”; o segundo, por sua vez, diz respeito ao “modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 64-5, grifos do autor), produto da enunciação⁸.

Dessa maneira, a característica principal do *semiótico* é *ter sentido* na mesma medida em que a do *semântico* é *comunicá-lo*: o signo torna-se significante pelo reconhecimento e a palavra – isto é, o signo articulado no discurso – pela compreensão. É na dimensão do signo linguístico que encontramos a diferença das unidades nos termos aos quais Jakobson se refere, enquanto a dimensão da enunciação, isto é, o discurso, comporta a “equivalência” de significação nos termos referidos por Eco. Contudo, e como já dito, apesar de a dimensão do

⁷ Termos emprestados de Michaël Oustinoff (2011, p. 16).

⁸ O que Benveniste entende por “signo” e “discurso” será objeto de maior detalhamento adiante.

signo revelar a “intraduzibilidade radical” das línguas e de a dimensão da enunciação revelar a “intraduzibilidade relativa” de uma língua por outra, a tradução é um fato inegável. De acordo com Benveniste, a reflexão sobre esse fato esclarece o “hiato” que separa o universo do signo do universo da enunciação:

Pode-se transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, “salva veritate”; é a possibilidade da tradução; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra; é a impossibilidade da tradução. *Atinge-se aqui a diferença entre o semiótico e o semântico (A forma e o sentido [1967], PLG II, p. 233, grifos nossos).*

Observa-se que Benveniste aponta na tradução o ponto distintivo da relação entre as duas dimensões da língua, a saber, o *semiótico* e o *semântico*. Para compreender bem o porquê, propomos uma aproximação com as ideias de Jakobson, para quem “as línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” (1970, p. 69, grifos do autor)⁹. Em última análise, podemos estabelecer uma analogia entre o “dever” da língua e sua articulação semiótica, e o “poder” da língua e sua articulação semântica – longe de dizer que não há diferença entre unidades semânticas de línguas distintas, diremos apenas que é algo das unidades semânticas, e não semióticas, que aceita a “conversão” da língua-discurso-fonte na língua-discurso-alvo. É pela enunciação que é possível dizer “o mesmo” em diferentes línguas. É porque o fenômeno tradutório implica necessariamente a produção de um discurso, cujo *sentido* se dá com ele, que sua razão de ser está na articulação semântica da língua; ao contrário da articulação semiótica, que se encerra no universo do signo, cuja significação é intrassistema. Assim sendo, acreditamos que a tradução é um fenômeno de linguagem que representa claramente as funções da articulação semiótica e semântica da língua à medida que exerce a desconstrução do signo e a construção do discurso.

Isso posto, passamos ao objetivo deste trabalho: descrever o fenômeno tradutório a partir da relação entre a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo, reservando lugar especial à reflexão benvenistiana sobre os domínios *semiótico* e *semântico* da língua. Em nossa opinião, a Linguística da Enunciação¹⁰ de Benveniste, se estendida ao seu projeto semiológico, oferece subsídios para estudar o fenômeno tradutório do ponto de vista da

⁹ Cabe comparar essa afirmação de Jakobson com o pensamento do linguista Claude Hagège, para quem “as línguas diferem, não pelo que podem ou não exprimir, mas pelo que obrigam ou não a dizer” (1990, p. 46, grifos do autor).

¹⁰ Ressaltamos que Benveniste não nomeou de Linguística da Enunciação o seu conjunto de reflexões, sendo a disciplina, mais tarde, assim definida pela leitura que se fez de sua obra.

relação entre as línguas, porque parte da base saussuriana que aponta para a diferença das unidades linguísticas e chega à semantização das mesmas por um ato enunciativo, o qual, no caso específico da tradução, estabelece uma relação de interpretância¹¹ entre a língua-discurso-fonte a língua-discurso-alvo.

Nossa hipótese é que, a partir dessa relação de interpretância, o tradutor determina as *unidades de tradução*, que, segundo pensamos, são particulares a cada fenômeno tradutório. Portanto, para que possamos dizer algo sobre as unidades de tradução, é necessário percorrer a relação de interpretância que o tradutor instaura para determiná-las. Em nossa opinião, essa particularidade da relação entre as línguas-discurso envolvidas no fenômeno tradutório pode ser explicada a partir dos aspectos da Semiologia da Língua elaborada por Benveniste. Parece-nos fazer falta aos estudos atuais um olhar para a tradução que ofereça uma ideia do jogo semiológico estabelecido na relação entre as línguas.

Tendo livre a rota que nos uniu a Benveniste no percurso teórico que leva ao fenômeno tradutório, podemos revelar com segurança a organização dos capítulos que compõem este trabalho.

O *primeiro capítulo* serve de alicerce ao conjunto da dissertação. Na primeira seção, é apresentado um diálogo entre as ideias de importantes teóricos da tradução (MOUNIN, 1975; OUSTINOFF, 2011; JAKOBSON, 1970), os quais elegem um ponto de vista linguístico para a abordagem do tema, e a leitura que fazemos de alguns pontos da reflexão de Benveniste, com a intenção de justificar nossa escolha de referencial teórico. Tal escolha também encontra apoio em linguistas que deram destaque a Benveniste (BARTHES, 1988; FLORES, 2004, 2013; NUNES, 2012). Em seguida, já na segunda seção, passamos à revisão da literatura (FRYDRYCH, 2010; NUNES, 2008-2012; ROSÁRIO, 2012; ROSÁRIO & REUILLARD, 2014; WAQUIL, 2014) que contempla o que entendemos por fenômeno tradutório pelo viés benvenistiano, a fim de observar como a tradução tem sido percebida pelos enunciativistas no contexto dos estudos linguísticos no Brasil. Essa retomada é importante para aparar as arestas do nosso objeto de pesquisa, porque sinaliza o atual alcance da Linguística da Enunciação no tocante à tradução como objeto de investigação na comunidade linguística brasileira, evidenciando os aspectos lacunares através dos quais podemos sublinhar a contribuição do presente trabalho.

¹¹ Termo de Benveniste que descreve a relação necessária entre um sistema semiótico interpretado e um sistema semiótico interpretante. A “interpretância” pode ser entendida como a propriedade de *semiotização*. A relação de interpretância será tratada no detalhe adiante neste trabalho.

O que as lacunas expostas pelos estudos anteriores revelam é a necessidade de aprofundamento da análise dos domínios *semiótico* e *semântico* da língua para atingir o todo da relação entre as línguas que condiciona o fenômeno tradutório. Com a intenção de reafirmar a importância em considerar a relação entre línguas para dar conta do fenômeno tradutório, percorremos, na terceira e última seção, a natureza singular da língua e a questão da diversidade das línguas frente à universalidade da tradução. A tese saussuriana da língua como um sistema de signos e a tese benvenistiana de uma língua-discurso introduzem essa seção para, então, prosseguirmos a uma apresentação de como Saussure (1995; 2004), o fundador do campo da Linguística, e Benveniste (1989; 1995), o inventor do discurso¹², pensaram a questão da diversidade das línguas no que diz respeito à relação que se pode estabelecer entre as diferenças linguísticas percebidas ao passar de um sistema a outro e a hipótese benvenistiana do *semiótico* como impossibilidade da tradução. Não se trata de esgotar as diferenças linguísticas *per se*, mas de constatar que a diferença das unidades abriga a “intraduzibilidade radical” de uma língua por outra. Em seguida, contrasta-se esse fato à realidade incontestável da pluralidade de versões de um único texto e da possibilidade de dizer o “mesmo” em qualquer língua. Elucida-se, nesse momento, que o modo de significância engendrado pelo discurso está a serviço da tradução à medida que a torna possível; busca-se apontar na enunciação a falha da língua pela qual o tradutor penetra e *semantiza* na língua-discurso-alvo a maneira pela qual concebe a língua-discurso-fonte. A relação da diversidade das línguas com a constatação da possibilidade da tradução serve à fundamentação da tese benvenistiana sobre a qual se assenta esta dissertação: se todas as línguas são sistemas de signos, mas cada língua constitui um sistema em particular, é notório que signifiquem diferentemente – não há transposição semiótica; por outro lado, se todas as línguas são sistemas de mesmo tipo e de mesma natureza, é factível que “falem sobre” as “mesmas” coisas – a transposição semântica é um fato de linguagem.

O *segundo capítulo* incide diretamente sobre a teoria que embasa este trabalho. Estabelecidas as razões que motivaram a abordagem do objeto “fenômeno tradutório” através da teoria benvenistiana, passamos à reflexão de algumas particularidades da Linguística da Enunciação as quais fornecem, desde o princípio, abrigo para a Semiologia da Língua que Benveniste elabora, estabelecendo para a língua o domínio que a converte em discurso e possibilita, assim, toda forma de tradução. Assim sendo, desenvolver-se-á uma reflexão sobre os conceitos que, segundo Benveniste, preenchem as duas maneiras de ser língua no *sentido* e

¹² É Gérard Dessons (2006) quem cede o título à Benveniste na obra *Emile Benveniste: L'invention du discours*.

na *forma*, cujas diferenças oferecem-nos princípios para uma teoria linguística e semiológica do fenômeno tradutório. Nesse momento, são mobilizados os princípios semiológicos extraídos a partir do escopo da Teoria da Enunciação tal como propostos por Benveniste, em particular, as noções que contemplam o que pode ser compreendido como o “segundo momento” da teoria: o “momento da distinção semiótico/semântico” (FLORES, 2013, p. 127). Segundo Flores, os manuscritos benvenistianos nos quais os conceitos de *semiótico* e *semântico* podem ser abstraídos são *Os níveis da análise linguística* (1964) – publicado no PLG I –, *A forma e o sentido na linguagem* (1966) e *Semiologia da língua* (1969) – publicados no PLG II. Neste trabalho, inserimos no *corpus* os manuscritos das *Últimas aulas* (1968/1969) por apoiarem, em essência, a díade *semiótico/semântico*.

As considerações tecidas resguardam para o *terceiro e último capítulo* a tarefa de relacionar tais conceitos com o fenômeno da tradução, introduzindo mais detalhadamente as contribuições deste trabalho para a Linguística da Enunciação – uma perspectiva teórica que aponte na reflexão de Benveniste princípios fundantes para se elaborar uma hipótese para o problema da tradução do ponto de vista da relação entre línguas – e para os Estudos da Tradução – a consideração do que está em jogo no contato da língua-discurso-alvo com a língua-discurso-fonte em um domínio pouco explorado em Tradutologia: uma noção de enunciação submetida ao olhar da Semiologia da Língua. Para tanto, delimitar-se-á que nosso objeto central não é o enunciado tradutório, mas o que chamaremos de *enunciação tradutória*¹³, uma ideia de tradução como ato enunciativo, e não como produto de uma enunciação. Assim, nossa intenção não é aplicar um método para a prática que leva ao fenômeno tradutório, mas, antes, implicar nele uma noção de enunciação que provoque as bases semiológicas pelas quais toda a língua se articula, de modo a comprovar a tese benvenistiana de que na tradução se atingem os princípios semiológicos da língua; e, por conseguinte, propor a elaboração de princípios básicos para uma semiologia da tradução como uma maneira segura de tratá-la do ponto de vista da relação entre as línguas, a qual lhe oferece um mecanismo de significância muito particular.

Nesse momento, define-se também o nosso posicionamento científico: tomamos o projeto semiológico de Benveniste do ponto de vista de um linguista, e não de um tradutor (o que também poderia ser feito, sem dúvida). Nosso objetivo científico não é eleger uma teoria que melhor nos pareça compreender o fenômeno tradutório, mas provocar nosso *corpus* de investigação para ver até onde vai o seu alcance, na tentativa de ampliar a gama de

¹³ Termo emprestado de Heloísa Monteiro Rosário (2012).

possibilidades da Semiologia como disciplina e daquilo que podemos chamar de “fatos de língua” ou “fatos de linguagem”.

Como será visto, ao longo dos dois primeiros capítulos, todo ato enunciativo produz um *sentido*. Agora, volta-se exclusivamente para a enunciação tradutória a fim de buscar compreender como ela significa do ponto de vista da relação entre as línguas. À vista disso, em um primeiro momento, será apresentado o modo como compreendemos o funcionamento significante da tradução como modalidade enunciativa; em seguida, propomos uma leitura da relação de interpretância entre a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo como sistemas de base semiótica de mesma natureza e, no entanto, distintos entre si, de modo a estabelecer o jogo semiológico entre suas unidades para, enfim, oferecer ao fenômeno tradutório uma unidade própria. Com isso, acredita-se finalmente ser possível fundar alguns princípios para a elaboração de uma semiologia da tradução.

Primeiro Capítulo

*Tudo é claro no livro de Benveniste, tudo nele
pode ser imediatamente reconhecido como
verdadeiro; e, no entanto, também tudo nele
não faz senão começar.*

Roland Barthes

1 DA ADOÇÃO DE UM PONTO DE VISTA ENUNCIATIVO PARA O ESTUDO DO FENÔMENO TRADUTÓRIO

O objetivo deste capítulo é apresentar elementos da teoria de Émile Benveniste que justifiquem a escolha do viés enunciativo para o estudo do fenômeno tradutório, possibilitando, assim, uma interface com o campo de Estudos da Tradução. Para compreender a escolha da Enunciação a fim de abordar o fenômeno tradutório, dialoga-se com as perspectivas de Mounin (1975) – para quem o fenômeno tradutório deve ser considerado como um contato de línguas – e Oustinoff (2011) – para quem a tradução é uma operação fundamental da linguagem, devendo ser, então, considerada como um fenômeno de linguagem. Contribuem para o debate as considerações de Jakobson (1970) sobre o lugar da tradução nas ciências, as reflexões de Nunes (2012) sobre os aspectos da teoria enunciativa que nos permitem refletir sobre o que entendemos por fenômeno tradutório, e as formas pelas quais Flores (2004; 2013), linguista comumente citado por autores que tomam a teoria benvenistiana como referência no Brasil, compreende o que se convencionou chamar de Linguística da Enunciação.

Em seguida, apresenta-se um retorno à teoria enunciativa de Benveniste no contexto dos Estudos da Tradução, no Brasil, para demonstrar a relevância em aprofundar a diferença entre os domínios *semiótico* e *semântico* da língua para dar conta da tradução como um fenômeno de linguagem observado na relação entre línguas.

Por fim, as questões levantadas fazem irromper a relação da natureza semiológica da língua, tal como pensada por Saussure (1995; 2004) e Benveniste (1989; 1995), com a manifesta diversidade das línguas e, ao mesmo tempo, com a incontestável universalidade da tradução.

1.1 POR QUE ÉMILE BENVENISTE?

As reflexões sobre o fenômeno tradutório no âmbito das teorias linguísticas são mais raras se comparadas à crescente produção sobre o tema nos Estudos da Literatura, em especial, na área das literaturas de língua estrangeira. Ainda assim, certas considerações acerca do problema da tradução pelo viés linguístico compreendem trabalhos de notável relevância, como o dos linguistas Georges Mounin (1975) e Roman Jakobson (1970), e o do professor de tradutologia Michael Oustinoff (2011).

Mounin (1975, p. 16) atesta que o tradutor é “bilíngue por definição” à medida que “emprega duas ou mais línguas” no exercício de sua função, o que faz da tradução, em último caso, um “fato de bilinguismo”. O linguista defende que o “estudo do bilinguismo [...] constitui uma maneira particular de verificar a existência e o jogo das estruturas nas línguas” (MOUNIN, 1975, p. 18). Segundo Mounin,

A atividade de tradução suscita um problema teórico para a linguística contemporânea: se aceitarmos as teses correntes a respeito da estrutura dos léxicos, das morfologias e das sintaxes, seremos levados a afirmar que a tradução deveria ser impossível. Entretanto, os tradutores existem, eles produzem, recorremos com proveito às suas produções. Seria quase possível dizer que a existência da tradução constitui o escândalo da linguística contemporânea. Até hoje, o exame desse escândalo tem sido sempre mais ou menos recusado. Por certo, implicitamente, essa atividade jamais está ausente da linguística (1975, p. 19).

A citação de Mounin merece muita atenção uma vez que nos permite extrair considerações importantes acerca do papel da Linguística frente ao problema da tradução, de um lado, e do lugar da tradução nos estudos científicos, de outro.

A primeira consideração diz respeito à relação que o linguista estabelece entre as propriedades linguísticas – léxicos, morfologias, sintaxes – e a suposta impossibilidade de tradução. Essa relação indica que a língua contém o impossível da tradução, que a “intraduzibilidade radical” de uma língua por outra é uma propriedade das línguas. Isso sugere que a impossibilidade de tradução não é um problema que a Linguística deva solucionar, mas, antes, descrever à sua maneira. A leitura que fazemos nesse momento encontra apoio na seguinte passagem: “É preciso, portanto, examinar o que quer dizer, e o que diz realmente a linguística quando afirma, por exemplo, que ‘os sistemas gramaticais são (...) impenetráveis entre si’”¹⁴ (MOUNIN, 1975, p. 20).

A segunda consideração define o fato incontestável da possibilidade de tradução como sendo o “escândalo” da linguística contemporânea. A metáfora do escândalo sugere que a tradução contraria a própria natureza da língua. Por outro lado, a possibilidade de dizer o “mesmo” em todas as línguas é a prova máxima da arbitrariedade encontrada apenas na condição do signo linguístico (cf. SAUSSURE, 1995; 2004). Sendo assim, a tradução é *per se* um fato de linguagem. É o que leva Mounin a concluir que a atividade tradutória jamais está ausente da Linguística, uma vez que é a ciência que estuda os fatos de linguagem.

¹⁴ Nesse momento, Mounin cita um trecho de Antoine Meillet presente em *Linguistique historique et linguistique générale*, v. 1, p. 82.

As considerações tecidas acima demonstram que a tradução configura um fenômeno de linguagem único que faz questionar a própria natureza da língua e o mecanismo por trás do “jogo das estruturas nas línguas” – revelando, de tal maneira, um modo de significação que lhe é próprio – de maneira a supor que uma teoria da tradução é também uma teoria da relação entre as línguas. Tomar a tradução a partir da relação interlingual que a condiciona inevitavelmente coloca em evidência uma forma de comparação de línguas. De acordo com Jakobson,

Em qualquer comparação de línguas surge a questão da possibilidade de tradução de uma para outra e vice-versa; a prática generalizada da comunicação interlingual, em particular as atividades de tradução, devem ser objeto de atenção constante da ciência linguística. [...] A prática e a teoria da tradução abundam em problemas complexos, de quando em quando, fazem-se tentativas de cortar o nó górdio, proclamando o dogma da impossibilidade da tradução (1970, p.66).

Em outras palavras, Jakobson parece sugerir que a Linguística retém as ferramentas necessárias para se ocupar da prática tradutória, principalmente no tocante à questão da (im)possibilidade da tradução. Se a interpretação que atribuímos à citação de Jakobson estiver correta, é pertinente pensar que o linguista atribui à Linguística a tarefa de desatar o “nó górdio” do fenômeno tradutório, simplesmente oferecendo uma hipótese que possa ser cientificamente comprovada, ao invés de “cortar” o problema pela sua raiz, afirmando, para todos os efeitos, que a tradução é uma tarefa impossível. Em conformidade, Mounin afirma que “os problemas teóricos suscitados pela [...] possibilidade ou impossibilidade [da operação de traduzir], só podem ser esclarecidos *em primeiro lugar* no quadro da ciência linguística” (1975, p. 27, grifo do autor).

Segundo pensamos, a questão de saber no que consiste a impossibilidade da tradução é igual a de saber no que consiste a natureza das línguas, na mesma medida em que a questão de saber como se dá a possibilidade de tradução é igual a de saber como as línguas significam. A partir disso, acreditamos que solucionar o problema da tradução, em Linguística, significa descrevê-lo em pormenores, ou seja, reformulá-lo a partir de princípios linguísticos pertinentes. Essa afirmação faz intervir outra indagação: qual linguística pode oferecer, dentro desse escopo, “atenção constante” ao fenômeno da tradução? Se estivermos corretos, sem dúvida, uma linguística que se ocupe em descrever a natureza das línguas e seus modos de significância, exatamente como o faz a Linguística da Enunciação tal como elaborada por Benveniste.

De acordo com Nunes, a abordagem enunciativa concebe a língua “a partir do ponto de vista do sentido” de modo que o que se considera nessa perspectiva é a “linguagem enquanto manifestação linguística necessariamente realizada por um sujeito” – no caso da tradução, um sujeito-tradutor – “que coloca a língua em funcionamento” (2012, p. 42). Dessa maneira, a realidade que o sujeito evoca ao enunciar não é “senão a da língua-discurso” (FLORES, 2004, p. 221) a qual protagoniza a “semantização da língua” que “conduz à teoria do signo e à análise da significância” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 83). Observa-se com clareza que a abordagem enunciativa serve à descrição da natureza das línguas – à medida que teoriza sobre o signo, unidade do sistema linguístico – além de analisar os modos de significação que a língua protagoniza ao partir da unidade semiótica até chegar à semantização das línguas, isto é, o nível do discurso.

Nunes lembra ainda que “há, assim, ‘uma diferença profunda entre a linguagem como sistema de signos e a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo’” (2012, p. 42).¹⁵ Essa constatação é de extrema importância para a Enunciação porque aponta para um dos propósitos da teoria: “Será preciso estabelecer uma distinção entre a língua enquanto sistema de expressão

[...] e a língua-idioma, que é particular” (*Aula 6* [1969], p. 117). Com isso, tem-se como pressuposto que Benveniste considera a natureza singular da língua – isto é, a “linguagem como sistema de signos” ou, ainda, a “língua-idioma” – para buscar compreender como ela significa e encontra, nesse percurso, o modo de significância engendrado pelo discurso – isto é, “a linguagem assumida como exercício pelo indivíduo” ou, ainda, “a língua enquanto sistema de expressão”.

Ao tomar a enunciação como objeto, Benveniste tornou-se o primeiro a tratá-la “num quadro formal compatível com o ideal de cientificidade da linguística”, razão pela qual se vê na Linguística da Enunciação “uma possibilidade infinda de outra via para os estudos da linguagem” que abre espaço para “um fazer interdisciplinar” (FLORES, 2004, p.227-8) que, nesse caso, nos permite pensar também para os problemas linguísticos da tradução uma hipótese enunciativa.

É bem verdade que Benveniste, ao longo de toda a sua produção teórica, não se voltou para o problema da tradução. Em meio a tantos diálogos com áreas afins, como a psicanálise e a filosofia, o linguista da enunciação não se preocupou em perguntar à tradução tudo o que ela poderia dizer-lhe sobre a linguagem. Ao invés disso, lançou-lhe uma provocação: ofereceu à

¹⁵ Nesse momento, Nunes cita um trecho de Benveniste presente no ensaio *A natureza dos pronomes* (1956, PLG I, p.281).

sua possibilidade e impossibilidade o mesmo lugar – o ponto distintivo entre os modos *semiótico* e *semântico* de significação (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 233). São nesses termos que Benveniste faz sua única menção, ao menos no acervo disponível do linguista, à tradução como disciplina. A excursão que propomos da teoria benvenistiana até a relação entre línguas que suscita o fenômeno tradutório baseia-se nesse breve encontro das ideias de Benveniste com os incontestáveis fatos de tradução. Em primeiro lugar, porque pensamos poder afirmar, aí, alguns dos fundamentos teóricos mais relevantes da Teoria da Enunciação e, em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, acreditamos poder elaborar princípios semiológicos para uma linguística da tradução.

De acordo com Oustinoff (2011), uma abordagem linguística da tradução deve considerar, de partida, três aspectos primordiais. O primeiro aspecto diz respeito à função comunicativa que, de acordo com o autor, faz da tradução uma operação fundamental da linguagem. Conforme as ideias de Oustinoff, por qualquer via que se aborde o fenômeno tradutório deve-se dar atenção ao fato de que o modo de significação da tradução implica a comunicação intersubjetiva.

Basta um olhar no sumário dos *PLG I e II* para testemunhar que a comunicação é um tema caro à Benveniste. Ele próprio nomeou assim a segunda parte do conjunto da obra, composta, ao todo, por sete artigos – alguns dos quais serão tratados no detalhe mais adiante. Dentre esses artigos, encontram-se textos célebres como *Natureza do signo linguístico* (1939), que se ocupa do sistema da língua; *Semiologia da língua* (1969), que descreve o funcionamento significante da língua, concedendo a ela o status de interpretante da sociedade; e *O aparelho formal da enunciação* (1970), que apresenta o quadro figurativo pelo qual se constata o aspecto intersubjetivo da linguagem, conferindo-lhe significação. Desse repertório, é possível extrair a preocupação de Benveniste para mostrar os caminhos os quais a linguagem se envereda para integrar *forma* e *sentido*. Não se atinge nunca a comunicação separada da significação, e a enunciação é sua condição. Eis um *a priori* em Benveniste. Em última instância, a relação entre a *forma* e o *sentido* na linguagem aponta para “as duas modalidades fundamentais da função linguística, aquela de significar para a semiótica, aquela de comunicar para a semântica” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 229) – contudo, sendo o *semântico* ele próprio um modo específico de *significância*, a tese de Benveniste não deixa de cobrar da função comunicativa da linguagem o preço da significação.

Nunes supõe que “a Enunciação só concebe tradução enquanto um produto de um tradutor” interrogando-lhe “como produto de uma enunciação, resultado, portanto, de uma articulação de *forma* e *sentido*” (2012, p. 43, grifos da autora); de nossa parte, pensamos que

a Enunciação viabiliza também uma ideia de tradução como o “ato mesmo de produzir um enunciado”, sendo esse ato “o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta” de modo que a “relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 82). Enquanto ato enunciativo, a tradução é o fato do tradutor que mobiliza *as línguas* por sua conta de tal maneira que é a relação do tradutor com as línguas o que determina as características do mecanismo de significância da enunciação tradutória a partir do quadro figurativo que o tradutor protagoniza.

O segundo aspecto refere-se justamente à “questão da língua – nesse caso, *das línguas em presença*” ao passo que cada tradução envolve particularidades próprias às línguas em comparação, sendo que “não é a mesma coisa traduzir do hebraico [...] para o grego [...] ou do grego para o latim, [...] ou do espanhol para o francês”, de modo que o que está em jogo nesse aspecto é a “dimensão linguística” da tradução, que deve ser capaz de atingir “uma forma equivalente” do original, mas não “sem considerar a diferença das línguas” (OUSTINOFF, 2011, p. 13). Esse aspecto coloca em evidência a diversidade das línguas e o fato de que cada sistema linguístico se dá sobre valores de referência particulares. Por essa perspectiva, uma linguística que busque dar conta da relação entre as línguas em comparação no fenômeno tradutório deve atentar para a diferença das unidades, vendo “na diversidade das línguas qualquer coisa, menos um dado negativo” (OUSTINOFF, 2011, p. 16).

Não é ao acaso que Barthes define Benveniste como “um linguista das *línguas*, e não apenas um linguista da linguagem” (1988, p. 182, grifo do autor). É possível corroborar essa afirmação com inúmeros exemplos extraídos da obra do linguista. Na sua *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*, Flores ressalta que

Há textos de Benveniste nos quais são citadas mais de 15 línguas. Apenas para exemplificar: o texto *A frase relativa, problema de sintaxe geral* (1957-1958) [...]: são citados o ewe, o atapasca, o chippewyan, o sumeriano, o árabe, o sânscrito, o grego, o indo-iraniano, o eslavo, o báltico, o rigveda, o védico, o hitita, entre outros (2013, p.72).

E acrescenta:

[...] ele [Benveniste] estuda as línguas para explicar a linguagem. Isso é textual em inúmeras passagens dos *Problemas de linguística geral*. Observe-se apenas mais uma pequena amostra. Em *A natureza dos pronomes* (1956): ‘A universalidade dessas formas e dessas noções [dos pronomes] faz pensar que o problema dos pronomes é, ao mesmo tempo, **um problema de linguagem e um problema de línguas** [...]’. Em *Da subjetividade da linguagem* (1958): ‘[...] Falamos realmente de linguagem e não apenas de línguas particulares. **Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem** [...]’. Em *A linguagem e a experiência humana* (1965): ‘**Todas as línguas** têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a uma modelo constante. As formas que

revestem essas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da **linguagem** [...]’ (2013, p. 73, grifos do autor).

A partir dessa amostragem, Flores (2013, p. 69) sugere que Benveniste se propõe a estudar as línguas para chegar à linguagem, de modo que o linguista relaciona as noções de linguagem e língua às línguas em particular como seu método de fazer linguística. Essa leitura de Benveniste encontra apoio no seguinte: “Começamos por observar que a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas” (*Vista d’olhos* [1963], PLG I, p. 20, grifos nossos) sendo que para descrever esse objeto “é preciso forjar instrumentos que permitam apreender o conjunto dos traços de uma língua dentro do conjunto das línguas manifestadas e descrevê-los em termos idênticos” (*Tendências* [1954], PLG I, p. 8). Daí a conclusão de que “o objeto da linguística benvenistiana é a linguagem tomada em toda a sua amplitude, na relação com as línguas e, obviamente, com a língua” (FLORES, 2013, p. 68). Para percorrer os limites de seu objeto, Benveniste teve de ocupar-se da diversidade das línguas e do que suas diferenças poderiam afirmar uma sobre a outra e sobre a linguagem “tomada em toda a sua amplitude” – como sistema de signos e na forma assumida como exercício. Isso posto, observa-se com nitidez que a linguística benvenistiana encara positivamente a diversidade das línguas. Da mesma forma que Benveniste “estuda as línguas para explicar a linguagem”, propomos o estudo da relação entre línguas no fenômeno tradutório para compreendê-lo como fato de linguagem, unicamente porque o tomamos vinculado à noção de enunciação, pois, como diz Benveniste: “antes da enunciação a língua não é senão possibilidade da língua” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 83) – antes da enunciação, a nosso ver, a tradução não é senão impossível.

No terceiro e último aspecto a considerar, Oustinoff faz menção à “pluralidade de versões de um mesmo texto” cujo testemunho é dado, principalmente, pela tradução da Bíblia (2011, p. 14).¹⁶ Com efeito, faz-se interessante que o ponto de vista adotado para abordar a tradução tenha um dizer sobre a superposição da pluralidade de versões à diversidade das línguas. A Enunciação assevera, desde o princípio, a singularidade dos enunciados. O caráter irrepitível das realizações linguísticas é um axioma em Benveniste. Sua premissa de que nenhum enunciado é igual a outro é decorrência obrigatória da intersubjetividade pela qual o locutor se marca no que diz (cf. BENVENISTE, 1989; 1995). Dessa maneira, a Linguística da Enunciação se reserva ela própria como uma hipótese para a infinidade de dizeres que resulta,

¹⁶ Segundo o professor, além da “*Bíblia de Jerusalém*, existem muitas outras” – “nenhum outro texto de igual importância é enunciado em tantos idiomas” (OUSTINOFF, 2011, p. 12, grifos do autor).

no caso da tradução, na pluralidade de versões. Assim, a singularidade inerente à produção do enunciado é o que faz superpor os discursos às línguas: estas são portadoras de unidades finitas de significação; o discurso é uma manifestação imprevisível de uma combinação de unidades que tem como referência uma instância que lhe é sempre particular.

Além disso, Flores (2013, p. 73) sugere que o problema da diversidade das línguas coloca a Benveniste a relação entre o que é particular e o que é universal na linguagem. Segundo o autor, falta desenvolver um itinerário de leitura de Benveniste que explicita os termos pelos quais o linguista relaciona o universal e o particular. Para tanto, segundo o autor, o trabalho a ser feito deve situar essa relação estando calcado, principalmente, nos textos em que Benveniste pontualmente analisa a diversidade das línguas. É o que será proposto mais adiante neste capítulo.

Explica-se, assim, nosso diálogo com Benveniste para contextualizar o fenômeno tradutório no âmbito da ciência da linguagem. Sua Linguística da Enunciação proporciona, mais do que um método de análise, um princípio definidor do jogo que se estabelece entre uma língua-discurso-fonte e uma língua-discurso-alvo, porque as considera no tocante às particularidades de suas estruturas e, ao mesmo tempo, à instância de discurso na qual se realizam. Com Benveniste, é possível conceber a tradução não somente na relação com a língua, mas com *as línguas*, e, ainda assim, interrogá-la como fato de linguagem.

1.2 RETORNO À TEORIA BENVENISTIANA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DA TRADUÇÃO NO BRASIL

Uma pesquisa no acervo brasileiro disponibilizado pela plataforma Lattes¹⁷ revelou a seguinte bibliografia publicada sob o tema da tradução à luz dos princípios enunciativos benvenistianos:

- *O tradutor como função enunciativa: uma análise de autotradução* (2008), *Do bilíngue ao tradutor, do enunciado à enunciação: notas sobre uma perspectiva enunciativa do tradutor e da tradução* (2011) e *A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa* (2012), de Paula Ávila Nunes;

¹⁷ Último acesso em 10 de julho de 2015.

- *Transcrição da interpretação para LIBRAS: uma abordagem enunciativa* (2010), de Laura Amaral Kümmel Frydrych;
- *Elementos para uma reflexão sobre tradução a partir da teoria benvenistiana da enunciação* (2012), de Heloísa Monteiro Rosário;
- *Tradução e enunciação: desenvolvimento da competência tradutória* (2014), de Heloísa Monteiro Rosário e Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; e
- *A voz do tradutor no texto traduzido: a subjetividade manifestada nas notas* (2014), de Marina Leivas Waquil.

Dessa relação, antecipamos duas conclusões: a) até a presente data, o fenômeno tradutório foi pouco explorado por linguistas que tomam a enunciação como referência, sendo que b) os estudos desenvolvidos dentro desse escopo datam a partir de menos de 10 anos atrás, caracterizando um tema recente para os Estudos da Linguagem.

Assim, é possível inferir, em primeiro lugar, que na Linguística da Enunciação ainda resta muito a dizer sobre a tradução; em segundo lugar e, por conseguinte, que também os Estudos da Tradução resguardam, ainda, dados que podem ser fecundos para se compreender alguns princípios da teoria benvenistiana, já que o próprio Benveniste havia percebido que antes de qualquer outro objeto a considerar é na tradução que se “atinge a diferença entre o semiótico e semântico” – os dois modos de significação da língua, o objeto central da Linguística.

Da leitura da bibliografia citada tiram-se três tópicos que julgamos sintetizar as principais questões levantadas no conjunto dos respectivos trabalhos: a (inter)subjetividade do tradutor, a tradução como reenunciação e o sentido da/na tradução. Esta seção versa sobre a maneira pela qual esses tópicos são tratados dentro do conjunto; o que segue é uma proposta de diálogo entre as reflexões de cada autora no que tange aos tópicos sugeridos. É evidente que, ao abordar as obras por intermédio desses assuntos, não se pensa esgotá-las. Entende-se que cada trabalho apresenta particularidades restritas ao seu objeto, isto é, a maneira pela qual concebem a tradução pelo viés enunciativo; porém, como dito, acredita-se que a síntese proposta encobre os principais pontos tratados pelas autoras.

Assim sendo, nosso objetivo é apresentar uma breve revisão da abordagem benvenistiana no contexto dos Estudos da Tradução, no Brasil, com a finalidade de evidenciar a pertinência deste trabalho. Não se trata, portanto, de desenvolver uma análise crítica da literatura. Interessa-nos apenas observar como a tradução vem sendo pensada no âmbito da

teoria enunciativa de Benveniste como forma de tomar conhecimento da produtividade do campo no qual este trabalho se insere.

1.2.1 A (inter)subjetividade do tradutor

“O sujeito é linguagem, e a intersubjetividade é sua condição. Eis o *a priori* radical de Benveniste” (FLORES, 2004, p. 221). Qualquer estudo alinhavado na visada teórica da Linguística da Enunciação não poderia partir de outro pressuposto, o qual está explícito, de diversas formas, ao longo da literatura citada no item anterior. De acordo com Nunes,

A Enunciação não só não separa sujeito e objeto como um não existe senão pelo outro: só há manifestação linguística porque há, antes de tudo, um sujeito que enuncia. [...] Dado que a Enunciação se interessa pela subjetividade na linguagem, isto é, pelo modo como do *locutor* se passa ao *sujeito* (*Da subjetividade* [1958], *PLG I*, p. 286/259) – que se marca no que diz –, deriva daí a constatação, um tanto óbvia, de que tanto *tradução* quanto *tradutor* são objetos de uma análise enunciativa (2012, p. 35, grifos da autora).

Com efeito, Frydrych conclui que

Pensar sobre a subjetividade (e, conseqüente, sobre a intersubjetividade) presente nos processos aqui apresentados (interpretação e transcrição), implica na consideração da linguagem enquanto constitutiva do sujeito. É o que Benveniste sustenta: ‘única é a condição do homem na linguagem’ (1989, p. 287) (2010, p. 33).

Waquil assenta sua pesquisa com a tradução no domínio da Enunciação pelo fato de que “a enunciação é apresentada por Benveniste como o ‘colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização’ (1970, p. 82) e a subjetividade, manifestada nesse ato individual, desempenha papel fundamental para a teoria” (2014, p. 74) – mais adiante, a autora confessa: “Isto é fundamental para nossa pesquisa: a constatação de que é a subjetividade, característica de ‘eu’, que realiza a enunciação e, conseqüentemente, põe a linguagem em uso” (WAQUIL, 2014, p. 80).

Sobre o ato individual de utilização da língua, Rosário explica que o locutor “instaura imediatamente um outro que, em sua alocução, será o alocutário (tu)” de modo que “a língua em funcionamento existe apenas na perspectiva do eu em relação ao tu que o constituiu. [...] Tem-se aqui o que o autor [Benveniste] denomina o ‘quadro figurativo da enunciação’” (2012, p. 68). Destarte, a enunciação pressupõe a passagem de um locutor a sujeito, o qual se refere supondo um não sujeito que lhe co-refere, indicando, no quadro de realização da

enunciação, uma não pessoa, isto é, um “enunciado sobre alguém ou alguma coisa, mas não referida a uma ‘pessoa’ [do discurso] específica” (*Estrutura* [1946], PLG I, p. 250).

Resta redefinir esse quadro a respeito da maneira como a enunciação tradutória é percebida pelas autoras, de modo a constituir o que Rosário chamou de *quadro figurativo da enunciação tradutória* (2012, p. 70). À exceção da autora, nenhuma outra proposta de análise enunciativa do fenômeno tradutório, circunscrita à literatura revisada, fala especificamente de um quadro de realização da tradução, porém, é possível delinear, em cada investida, elementos para a constituição de um quadro enunciativo dentro desse escopo. Essa observação sugere quase uma impossibilidade de se pensar a enunciação como objeto fora do “quadro formal de sua realização” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 83) – ou, pelo menos, demonstra a dificuldade da tarefa.

Para estabelecer um quadro figurativo para a enunciação tradutória, faz-se necessário “identificar as figuras envolvidas” nessa escrita específica que é uma tradução (ROSÁRIO, 2012, p. 70), a fim de constituir um dispositivo enunciativo (cf. HAINZENREDER, 2013) configurado pela estrutura *eu-tu/ele*¹⁸. Essa tríade exhibe o que Benveniste (1995) chamou de *correlação de subjetividade* pela qual “tu” distingue-se de “eu” por ser “a pessoa não subjetiva em face da pessoa subjetiva que *eu* representa”, e a *correlação de pessoalidade*, a qual exprime a “relação opositiva” que se estabelece entre as pessoas do discurso e a não pessoa “ele” (FLORES et al, 2009, p. 70-1).

De acordo com Nunes (2008), é possível observar com clareza a passagem de locutor-tradutor a sujeito-tradutor ao tomá-lo como pessoa subjetiva, uma vez que a abordagem enunciativa considera o tradutor não como ser empírico, mas como uma figura teórica; o que interessa é o tradutor enquanto linguagem, ou ainda, nas palavras de FryDrych, “como sujeito, ou seja, enquanto alguém atravessado pela linguagem” (2010, p. 22). Com efeito, Waquil (2014) assume que o tradutor é o “eu” da enunciação tradutória, a qual compreende, de acordo com Nunes (2011), uma etapa de interpretação (leitura) e uma etapa de produção (escrita) – porém, Frydrych acrescenta que se trata, na visão da autora, de um “*eu* que não ‘deve’ ser *eu* [...], é o *eu* proibido de se enunciar como *eu*” (2010, p. 19).¹⁹

¹⁸ Essa estrutura trinitária é proposta por Dany-Robert Dufour (2000) a partir da oposição que Benveniste propõe entre “eu e tu” e “ele” em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (1970, PLG II, p. 101).

¹⁹ Esse *porém* não parece comprometer a constituição do quadro figurativo da enunciação tradutória, no entanto, é preciso atentar para o fato de que, no caso de um enunciado traduzido, alguns “índices de ostentação” – em especial, os “indivíduos linguísticos” – podem não se configurarem como “indicadores de subjetividade” (cf. *O aparelho* [1970], PLG II, p. 84-5). Oswald Ducrot oferece uma solução para esse problema ao tratar do discurso indireto em seu *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* (1987).

À medida que a enunciação “introduz aquele que fala em sua fala” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 84), Nunes afirma que, “do ponto de vista enunciativo,” o fenômeno tradutório “introduz o tradutor na sua tradução” (2012, p.106). Seguindo essa lógica, Waquil (2014) considera que não se pode calar a voz do tradutor no texto traduzido, sua ausência é impossível e sua presença é confirmada por marcas deixadas na estrutura da tradução através daquilo que Rosário chamou de “formas (recursos linguísticos disponíveis no sistema)” e “funções (os recursos sintáticos) que o sujeito-tradutor se apropria em sua ‘enunciação escrita’” (2012, p. 70).

O *a priori* radical de Benveniste deixa claro que toda subjetividade é instaurada por uma intersubjetividade.²⁰ A condição de diálogo é, assim, constitutiva da *pessoa* porque implica na reciprocidade pela qual “eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém” que será na instância de discurso que proponho como alocação um “*tu*” (*Da subjetividade* [1958], PLG I, p. 286). Tomada como modalidade enunciativa, a tradução é, assim, intersubjetiva (NUNES, 2012; WAQUIL, 2014) à medida que “o *eu* que traduz se vê condicionado por um *tu*” ao qual adapta sua enunciação “tendo esse alocutário em mente” (NUNES, 2012, p. 104, grifos da autora).

Na perspectiva de Waquil, a tradução se realiza “entre parceiros: o tradutor, locutor que se dirige sempre a uma audiência” e “seu alocutário, que será sempre diferente da audiência do texto original” (2014, p. 85). Ao supor para o “*tu*” da enunciação tradutória uma “audiência” que não é a mesma “audiência do texto original”, a autora parece conceder ao alocutário do tradutor uma posição de “leitor real”, isto é, o ser empírico que irá receber o produto final da tradução. Porém, mais adiante, Waquil admite que “a presença de um alocutário, *mesmo que seja virtual, que não esteja ainda concretizada de fato*, condiciona as opções que o tradutor faz, ou seja, a sua enunciação” (2014, p. 90, grifos nossos). Observa-se que, na visão da autora, a virtualidade do alocutário da tradução configura uma presença que não está “concretizada de fato” uma vez que o alocutário se concretiza na “audiência”.

Sabe-se, entretanto, que a “acentuação da relação discursiva com o parceiro” é o que “em geral caracteriza a enunciação” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 87) de modo que sua presença é irrefutável. Isso significa que a virtualidade do alocutário não compromete sua concretude. É por essa razão que Nunes pode assegurar sem temeridade que o “*tu*” que condiciona o “*eu*” tradutor e que “*lê, em outro aqui-agora que não equivale à mesma instância de discurso em que o original foi enunciado*”, é verdadeiramente “virtual e

²⁰ É o que leva Barthes a concluir que “há apenas locutores; e bem mais – e isso é lembrado incessantemente por Benveniste –, só há *interlocutores*” (1988, p. 182, grifo do autor).

idealizado” (2012, p.104, grifos da autora).²¹ Em suma, de acordo com Nunes, para o quadro figurativo da enunciação tradutória tem-se o “eu” tradutor “que escreve a um ‘tu’, o leitor virtual, sobre um ‘ele’” que, na visão da autora, refere-se ao “texto original” (2012, p. 148). Conclui-se, assim, que não é senão a partir desse encontro com o *outro* que o tradutor se singulariza, marcando-se na tradução, a qual configura uma nova enunciação.

1.2.2 A tradução como reenunciação

A hipótese da tradução como uma *reenunciação* é assegurada pela tese benvenistiana que prevê “na língua o lugar da irrepetibilidade dela mesma” (FLORES & TEIXEIRA, 2005, p. 100), uma vez que todo ato enunciativo “instaura uma cena que posiciona os interlocutores no presente da enunciação” a qual se configura em uma “referência determinada pelo espaço-temporal cada vez único definido, simultaneamente, pela representação que o sujeito da enunciação faz de si e do outro” (HAINZENREDER, 2015, p. 4-5). Isso posto, esta seção tem por finalidade apresentar as formas pelas quais o que passaremos a chamar de *reenunciação tradutória* é apresentada no conjunto da literatura sob observação.

Nunes parte da “formulação lógica” de que “toda a tradução é também uma nova enunciação” (2008, p. 44) à medida que o locutor-tradutor se apropria da língua-discurso-alvo para “*constituir*, em um novo lugar, em uma nova língua, um sentido” que “não é senão aproximativo do sentido do original” (p. 67, grifo da autora). Com isso, a autora refuta a ideia de que a tradução é mera cópia ou reprodução do enunciado fonte. As ideias esboçadas nesse momento são retomadas em trabalho subsequente no qual a autora oferece uma hipótese para a complexidade da reenunciação tradutória:

O tradutor, para poder traduzir, precisa se *apropriar* do discurso do outro, do original, e essa apropriação institui, como não poderia deixar de ser, uma nova enunciação, que faz com que todo o ato de tradução (e também qualquer ato de tradução) seja uma re-enunciação. Nessa re-enunciação, quem faz os sujeitos se enunciarem dentro de sua própria escrita não é mais o autor do original, mas o próprio tradutor que, ao se apropriar do discurso do outro, torna-o próprio, colocando-se como sujeito de um dizer que é do outro, mas, ao mesmo tempo, seu (NUNES, 2012, p. 186, grifo da autora).

A relação entre autor do original e tradutor também é observada por Rosário, para quem na enunciação tradutória “se articulam dois planos distintos: o do sujeito autor e o do

²¹ De forma que “a escrita enunciativa atribui ao leitor virtual o lugar do *tu* da instância de produção [da tradução] e ao leitor real o lugar do *eu* da instância de leitura [da tradução]” (HAINZENREDER, 2015, p.10).

sujeito tradutor” sendo “o primeiro enunciando em uma língua e o segundo re-enunciando em sua própria língua o semantismo do original” (2012, p. 70). Se, para Nunes, o objeto da reenunciação tradutória é “um sentido” senão “aproximativo do sentido do original”, para Rosário o que é “re-enunciado” na tradução é “o semantismo do original”²².

Nunes e Rosário, ambas cunhadas na reflexão de Henri Meschonnic²³ – leitor de Benveniste – para quem a tradução é uma *ré-énontiation spécifique d'un sujet historique*, formulam, cada qual a sua maneira, o problema da reenunciação tradutória. A citação de Meschonnic reflete, em Nunes, dois fatores: “o de que já existe uma enunciação primeira, sobre a qual o tradutor se enuncia” e “o de que, por ser enunciação, a escrita tradutora também é tomada de subjetividade” (2012, p. 185); e em Rosário, a hipótese de que o tradutor trabalha “com a língua em uso [...] marcando-se em seu dizer, re-enunciando, em sua própria língua, o semantismo do original” (2012, p. 64).

Nunes reforça, ainda, que a condição para a tradução como reenunciação é o fato de que “ela é uma escrita que se pauta por uma outra escrita” (2012, p. 185) o que a configura como uma forma complexa do discurso (NUNES, 2012; ROSÁRIO, 2012). É o que leva Frydrych a supor que a tradução trata de uma “*dupla* enunciação: o *locutor* [autor] enuncia na língua fonte, assim como o intérprete [tradutor], na língua alvo” (2010, p. 22, grifos da autora).

É verdade que Waquil não fala de uma reenunciação tradutória propriamente dita, porém, o tema da irrepetibilidade da enunciação é bem observado em sua reflexão. A autora defende que “não é possível retomar o original [...], restituindo sentidos e ignorando as características de seu alocutário”, pois, conforme a teoria de Benveniste nos deixa inferir, “a enunciação é efêmera” (WAQUIL, 2014, p. 89). Ancorada na reflexão de Theo Hermans²⁴ e a partir da crença de que o original não pode ser restituído, a autora sugere que o tradutor “interpreta e reescreve de acordo com uma finalidade específica e com a audiência à qual se dirige” de maneira tal que se configura como “coprodutor do discurso” (WAQUIL, 2014, p. 85-6). Enquanto Nunes e Rosário concebem a tradução como uma reenunciação, Frydrych vê no processo tradutório uma *dupla* enunciação e Waquil um discurso coproduzido. Finalmente, observa-se, em cada perspectiva, a intrínseca relação entre a tradução como reenunciação –

²² Trataremos no detalhe as noções de “sentido” e “semantismo” em Benveniste mais adiante no Segundo Capítulo.

²³ MESCHONNIC, H. Pour la poétique II. *Épistémologie de l'écriture poétique de la traduction*. Paris, Éditions Gallimard, 1973, p. 308.

²⁴ HERMANS, T. The Translator's Voice in Translated Narrative In: *Target* 8, 1, 23- 48, 1996.

dupla enunciação ou discurso coproduzido – e a (inter)subjetividade protagonizada pelo tradutor; relação que não é senão tratada pelo ponto de vista do *sentido* da/na tradução.

1.2.3 O *sentido* da/na tradução

Como Nunes bem o adverte, todo estudo enunciativo “propõe uma visão de língua observada a partir do ponto de vista do *sentido*” (2012, p. 34). Cunhada na hipótese de Flores de que a “enunciação é uma espécie de ‘funil’” (2013, p. 115), através do qual o locutor passa a língua com a intenção de garantir um *sentido*, a autora reitera que sendo uma reenunciação a tradução é logo “uma tentativa de afunilamento do *sentido*” (NUNES, 2008, p. 44). Em outras palavras, isso significa que a enunciação parte daquilo que Benveniste chamou de “intencionalidade” a fim de equacionar um *sentido* nela e por ela produzido. Dessa maneira, um olhar para o fenômeno tradutório pelo viés enunciativo, como não poderia deixar de ser, requer uma metodologia que “contemple o processo tradutório como um modo particular de produção de *sentido*” (NUNES, 2008, p. 40).

Na visão de Frydrych, a *dupla* enunciação do processo tradutório garante “desdobramentos de *sentido*” que podem ser observados na “comparação entre os enunciados produzidos na língua fonte e os enunciados produzidos na língua alvo” (2010, p. 23); esse desdobramento é tratado por Nunes como uma “(re)criação, e (re)criação a partir do *sentido*” (2011, p. 25, grifo da autora), pois há de haver um “ponto de contato entre original e tradução” e, de acordo com a autora, esse ponto não se dá senão “pelo *sentido*” (2008, p. 67).

As afirmações de Nunes cobram que façamos uma ideia de qual *sentido* se fala em Enunciação e, mais precisamente, de qual *sentido* se fala na enunciação tradutória. A primeira questão que se coloca é de maior complexidade, porque exige uma perspectiva epistemológica da teoria, e será esmiuçada no capítulo à frente; a questão imediata, porém, é objeto desta seção, no que tange à bibliografia em foco, ou seja, as linhas que seguem não buscam traçar uma resposta definitiva para o problema do *sentido* da/na tradução que é tão cara para nossa proposta de pesquisa, mas demonstrar de que maneira os trabalhos supracitados convergem para uma solução.

Nunes defende que, por ser a enunciação um afunilamento do *sentido*, uma abordagem enunciativa da tradução jamais poderá supor a transposição de “sentidos únicos e estáveis” (2012, p. 36) porque o ato de traduzir protagoniza uma interpretação que, como resultado do afunilamento, determina “os sentidos que ali podem ou não e devem ou não estar” (2008, p. 45). Com isso, a autora estabelece a relação de *sentido* entre o original e tradução:

Para a Enunciação, a tradução não pode ser vista como restituição. Não há como reconstituir algo com o grau de efemeridade de uma enunciação. Além disso, como bem questiona Derrida, o sentido não é dado, mas interpretado. Não se trata, assim, de restituir um sentido em uma outra língua, mas de, através de um ato interpretativo, produzir uma nova enunciação, na qual o sentido não é senão aproximativo do sentido do original. Trata-se, portanto, não de reconstituir, mas de constituir, em um novo lugar, em uma nova língua, um sentido (2008, p. 66-7).

O tradutor “(re)cria” – isto, é *cria de novo* – ao invés de “restituir” porque compreende o original a sua maneira, e, ao fazê-lo, reenuncia de “um novo lugar” e de “uma nova língua”, “um [novo] sentido”. Segundo Rosário e Reuillard, esse *novo* sentido é, na verdade, um efeito de sentido, no qual deve ser percebida a “intenção comunicativa do autor [do original]” (2014, p. 6). Isso toca no papel da interpretação para a produção de *sentido* no fenômeno tradutório. Para Nunes, o tradutor aborda o original pelo ponto de vista do *sentido*, fazendo uma “leitura da formação desse sentido [...] uma vez que o que está em jogo não é o sentido do texto enquanto informação pura (enunciado), mas enquanto construção do sentido (enunciação)” (2011, p. 24) de modo que “traduzir implica em ler a enunciação do texto [original], entendendo sua arquitetura, o modo como o autor articula *forma* e *sentido*” (2011, p. 23). Em trabalho subsequente, a autora acrescenta:

Disso, deriva um postulado de extrema importância para este trabalho: a *leitura* que o tradutor faz do original tem por objetivo observar justamente a relação *forma-sentido*, mas sua *escrita* (a tradução) é sempre tradução do *sentido* (em sua ‘acepção’ semântica), ou melhor, daquilo que o tradutor *entende* como sendo o *sentido* do original (2012, p. 108, grifos da autora).

Com isso, Nunes conclui que o que se traduz não é o *sentido per se*, mas “as condições para que aquilo que o tradutor entende ser o sentido do original possa ser compreendido na língua de chegada” (2012, p. 113). Desse modo, na visão da autora, o *sentido* da tradução é uma ideia que o tradutor faz do *sentido* do original – de fato, inatingível – concebida pela “relação *forma-sentido*” observada na leitura do texto. Se abordar a tradução do ponto de vista enunciativo faz pensar de que *sentido* se fala na enunciação tradutória, a questão de saber qual é a natureza desse *sentido* faz pensar na sua relação com a *forma*.

Devido à premissa benvenistiana de que a linguagem só se estabelece pela relação entre a *forma* e o *sentido*, Nunes aponta que a questão que se coloca ao tradutor é “*como manter o sentido quando a forma muda?*” visto que, no fenômeno tradutório, “a forma *sempre* muda, pois o código linguístico muda” (2008, p. 38, grifos da autora). A autora justifica que o *sentido* do original “não é apreensível em sua totalidade e não é reproduzido de maneira justa,

precisamente porque [na tradução] a *forma* muda” (2011, p. 26, grifo da autora). “Eis, aí, a maior dificuldade do tradutor”, insiste a autora, “‘garantir’ o sentido quando a forma muda”; assim, “fica fácil entender porque é impossível transpor o semioticismo de uma língua para o de outra, justamente porque o que se ‘transpõe’ é o sentido, e não forma” (2012, p. 112). Nesse momento, Nunes parece definir a noção de *forma* pela noção saussuriana da língua como um sistema de signos. Nossa interpretação encontra apoio em trabalho precedente: “Talvez seja isso o que Benveniste queira dizer quando aponta que é possível transpor o *semantismo* de uma língua para outra, isto é, o *sentido*, mas não o *semioticismo*, a *forma*, tomada em sua essência” (NUNES, 2011, p. 25, grifos da autora). Observa-se que a autora relaciona os termos benvenistianos *semioticismo* e *semantismo* às noções de *forma* e *sentido*, respectivamente. Essa hipótese é compartilhada por Frydrych para quem “transpor o semantismo” é “‘transmitir a mensagem’, o ‘sentido’ do que está sendo dito por outro” (2010, p. 21).

Apoiada na leitura que faz de Benveniste, Nunes reitera que “a ligação entre original e tradução é uma relação de *sentido*, em que a *forma* é, dependendo do tipo de gênero de texto, mais ou menos crucial”; entretanto, a autora alerta que isso não significa que se traduza apenas o *sentido* “em detrimento da *forma*”, porque isso “seria ir de encontro ao postulado benvenistiano de que *forma* e *sentido* se articulam na língua toda”, mas que reconhecer o *sentido* do original na tradução é “a condição básica para que uma tradução possa ser assim denominada” uma vez que o vínculo entre o original e a tradução, conforme explicitado, se dá pelo *sentido* (2012, p. 107-8, grifos da autora). Assim, a *forma* e o *sentido* no fenômeno tradutório definem-se, segundo as ideias de Nunes, como um modo particular de articulação protagonizado pelo sujeito tradutor em uma tentativa de “garantir a manutenção daquilo que ele entende como sendo o sentido do texto-fonte” (2011, p. 18).

Já na perspectiva de Rosário e Reuillard, o tradutor reconhece “o semiótico (o signo)” e compreende “o semântico (o discurso)” (2014, p. 9) de modo que, primeiro, atribui um *sentido* à leitura que faz do original e, depois, traduz o que Rosário chamou de “semantismo do original” (2012, p. 69). Nessa perspectiva, traduzir o *semantismo* de uma língua para o de uma outra significa traduzir “o sentido de um determinado enunciado produzido por um *eu* em um dado *aqui-agora*” ao invés de traduzir “o sentido de um signo” o qual se dá apenas “intrassistema” (ROSÁRIO, 2012, p. 67).

Apesar de observadas algumas divergências de pontos de vista sobre a teoria de Benveniste, do exposto até aqui, é possível esboçar as seguintes conclusões: a) o sentido da tradução – isto é, do *enunciado traduzido* – relaciona-se à maneira como o tradutor concebe

as ideias do original; e b) o sentido *na* tradução – isto é, na *enunciação tradutória* – relaciona-se a uma articulação específica de *forma* e *sentido*.

1.3 A RELEVÂNCIA EM CONSIDERAR A RELAÇÃO SEMIÓTICO/SEMÂNTICO PARA DAR CONTA DO FENÔMENO TRADUTÓRIO

Ao ocuparmo-nos de apresentar, ao menos em linhas gerais, a produtividade científica do encontro da Enunciação, tal como pensada por Benveniste, com a Tradutologia, no Brasil, pudemos observar que, no que tange aos domínios *semiótico* e *semântico* da língua, ainda resta algo a dizer. A Semiologia da Língua não sintetiza proposição no conjunto da literatura sob consideração nas seções anteriores; além de termos importantes, como *semioticismo* e *semantismo*, aparecerem em referência a noções distintas.

Uma possível justificativa para a primeira ponderação pode estar no fato de que não se pode falar em *semiótico* e *semântico*, em Enunciação, sem tocar na questão da subjetividade e na maneira como ela condiciona a relação *forma* e *sentido*, o que abre um leque de pontos de vista possíveis. Para cada ponto de vista adotado na literatura sob análise, observa-se um modo particular de mobilizar os domínios *semiótico* e *semântico* da língua, os quais aparecem como pontos de articulação para uma concepção da tradução pela ótica enunciativa, sem, no entanto, constituir o eixo da reflexão. Além disso, cabe ressaltar que os trabalhos do conjunto investigado não se propõem a fazer uma *linguística* da tradução, investida para a qual a distinção *semiótico/semântico* é fundamental, por razões que buscaremos precisar mais adiante neste capítulo.

Em relação à segunda ponderação, a explicação parece estar na complexidade da própria terminologia em Benveniste. A flutuação terminológica na obra do linguista merece tanta atenção que ganhou espaço no *Itinerário de leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste*, no qual Flores (2013, p. 19) observa usos homonímicos, polissêmicos e sinonímicos de termos dentro de um ou mais textos dos *PLG I e II*. Não por acaso, o primeiro termo analisado pelo autor é justamente a noção de *sentido* – de nossa parte, esse termo requer maior cautela daquele que estuda a teoria benvenistiana, uma vez que a Enunciação propõe, de imediato, o problema da significação na linguagem. Flores (2013, p. 36) demonstra, por exemplo, que, do ponto de vista terminológico, há mais de um uso de *sentido* dentro do texto *Os níveis da análise linguística* (1964), a saber, precisamente o texto no qual Benveniste introduz “as complexas relações entre a forma e o sentido que são, por sua vez, a base do raciocínio em torno dos modos *semiótico* e *semântico*” (2013, p. 127, grifos do autor).

Dada a heterogeneidade do termo *sentido* na teoria enunciativa, que lhe é tão caro, e sua interdependência com a noção de *forma*, cuja relação serve de base para se compreender os termos *semiótico* e *semântico*, é compreensível que esses conceitos recebam flutuação nos desdobramentos da teoria. O que corrobora com a sugestão de Flores, para quem o linguista que se ocupa da Enunciação deve “definir também de que forma entende cada termo mobilizado”, dentro dos textos de Benveniste que compreendem o *corpus* que lhe serve de aporte teórico, de modo a ver na flutuação terminológica constatada “uma espécie de advertência da leitura que se pode fazer” (2013, p. 34). Nessa conformidade, Claudine Normand analisa o uso dos termos *semiologia*, *semiótico* e *semântico* em Benveniste e conclui que “essas proposições” combinam “uma teoria inacabada” de modo a parecerem “muito mais do que um modelo diretamente aplicável, uma incitação a retomar, cada vez sob um novo olhar, o problema do sentido”, sendo que a “tarefa que fica para cada um é a de escolher uma posição filosófica sobre a maneira pela qual o ser humano se apropria do mundo e de si mesmo” (2014, p. 182).

Dispostas nossas impressões perante o fato de a relação entre o *semiótico* e *semântico*, que julgamos tão significativa para uma concepção linguístico-enunciativa do fenômeno tradutório, não receber, nos dias atuais, lugar especial no contexto da Tradutologia no Brasil, passaremos, a seguir, a uma tentativa de demonstrar, de maneira mais categórica, a importância em descrever essa relação para dar conta do fenômeno tradutório como um fenômeno de linguagem observado na relação entre línguas. Para tanto, em um primeiro momento, examinaremos as particularidades da língua enquanto instituição social nas visões de Saussure (1995; 2004) e Benveniste (1989); e, em um segundo momento, analisaremos as formas pelas quais os respectivos linguistas pensam a questão da diversidade das línguas a fim de se chegar a uma solução para a universalidade da tradução.

1.3.1 A questão da língua

O objeto central da Linguística, da maneira como foi descrito pelo seu fundador, é responsável pela inscrição da disciplina no campo científico. Isso significa que a concepção de língua a ser adotada em um ou outro exame linguístico implicará aos linguistas um ou outro fazer científico; em Linguística, a metodologia não pode ser independente do que se convencionou, a cada vez, chamar de fato linguístico. Reside aí uma das implicações da máxima saussuriana de que “é o ponto de vista que cria o objeto” (CLG, p. 15): se considero a palavra por esse ou aquele aspecto – fonológico, morfológico etc –, sou obrigada a submeter-

lhe a uma análise que não a tome desse estado. Eis a condição especial da Linguística: a mais simples alteração metodológica configura um objeto integralmente novo. Isso porque, nas palavras de Benveniste, a linguagem “não diz, nem oculta, mas ela significa” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 234) e cobra do sujeito que a concebe, toda vez, essa significação.

Essa *singularidade linguística*²⁵ apresentou-se a Saussure com a necessidade de redefinir para a disciplina um lugar entre as ciências humanas. Mas, admitamos, em nenhuma outra parte foi possível encontrar semelhança com os fatos que o esforço de Saussure obrigou, cedo ou tarde, uma comunidade científica inteira a reconsiderar. A especificidade da natureza da língua – na qual não existe “um primeiro objeto tangível, absolutamente qualquer um” que seja “anterior à análise e não posterior a esta” (ELG, p. 195) – revela de imediato a particularidade dos elementos que a constituem como tal. “A língua”, dirá Saussure, “constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas etc”, de modo que “a língua” não é só “um sistema de signos que exprimem ideias”, ela é “o principal desses sistemas” (CLG, p. 24).

Disso resultará uma das mais importantes teses ligadas ao acontecimento da Linguística, à medida que Saussure insiste que para compreender a natureza peculiar da língua “cumprir *intervir uma nova ordem de fatos*” (CLG, p. 24, grifos nossos) – é dessa nova ordem que trataremos. Saussure chamou-a de *Semiologia*, e a contemplaremos com especial atenção daqui por diante porque sua relação com a Linguística é, de acordo com Benveniste, “uma das teses mais importantes de Saussure” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p.225), configurando, a nosso ver, um ponto de passagem obrigatório para quem quer problematizar a natureza da língua a fim de compreender sua semiótica – a qual, segundo Benveniste, reflete a impossibilidade da tradução. Após, exibiremos a leitura que Benveniste faz da tese de Saussure e a maneira pela qual aprofunda sua reflexão para ceder também à enunciação um lugar metodológico.

Em última análise, busca-se propor que, se Saussure elabora os princípios para a Semiologia geral com o intuito de introduzir a Linguística nas ciências, Benveniste desenvolve a Semiologia da Língua com o intuito de introduzir a *Enunciação* na ciência da linguagem e, ao fazê-lo, encontra o problema da significação submetido a uma noção de semiologia na qual a língua é, por critério absoluto, o interpretante por excelência, de si e de todos os demais sistemas de ordem semiológica. Voltaremos nisso no próximo capítulo.

²⁵ Termo emprestado de Anne Hénault (2006, p. 17), para quem “Saussure terá sido aparentemente o primeiro teórico capaz de dar uma razão de ser a essa inscrição da linguística nas ciências duras” (p. 15).

1.3.1.1 A Semiologia

Com o outorgar à língua uma nova ordem de fatos, Saussure elabora os princípios para a Semiologia geral: “Pode-se, então, conceber *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; [...] chamá-la-emos de *Semiologia* [...]. Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem”, estando sua relação com a Linguística definida pelo seguinte: “A linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos” (CLG, p. 24, grifos do autor). Com isso, Saussure parece hierarquizar a Semiologia como uma ciência de maior abrangência do que a Linguística que lhe é integrante, porém, uma leitura atenta desse momento da reflexão saussuriana mostra a “invenção” da Semiologia de algum modo escrita na história da Linguística:

Por que não é esta [a semiologia] ainda reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu próprio objeto? É que rodamos em círculo; dum lado, nada mais adequado que a língua para fazer-nos compreender a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si [...] (CLG, p. 24).

Está fundado o paradoxo: a natureza da língua oferece a condição mais adequada para solucionar o problema semiológico, isto é, do signo no seio da vida social; contudo, é também o único modo de criá-lo adequadamente. Somos obrigados a concluir que antes da língua não há sequer significação e, se a língua é o objeto central da Linguística, logo, na leitura que fazemos da perspectiva de Saussure, não há possibilidade de semiologia antes da Linguística. Aqui, o paradoxo se estende: foi preciso definir a Linguística para criar a Semiologia, e é preciso a Semiologia pra compreender a Linguística na sua essência. Era isso o que faltava aos olhos de Saussure: “estudar a língua em si” e não “em função de outra coisa, sob outros pontos de vista” (CLG, p. 25).

Mas o que significa estudar a língua *em si*? Em primeiro lugar, esquecer a “concepção superficial do grande público” que “vê na língua apenas uma nomenclatura”; em segundo lugar, abstrair-se do “ponto de vista do psicólogo” que considera o “mecanismo do signo no indivíduo” e não atinge a sua natureza social; em terceiro lugar, adotar uma abordagem que estude o signo socialmente atentando às “características que pertencem somente aos sistemas

semiológicos em geral e à língua em particular”, dispensando “os caracteres da língua que a vinculam às outras instituições” (CLG, p. 25).

Por esse ângulo, ser linguístico é ser semiológico. É porque Saussure eleva o problema linguístico a um problema semiológico que pode afirmar algo sobre a verdadeira natureza da língua. Sem dúvida, a proposição mais importante da tese saussuriana sobre o signo reside em constatar que “é próprio da língua, como de todo *sistema* semiológico, não admitir nenhuma diferença entre o que distingue uma coisa e o que a constitui” (ELG, p. 224, grifo do autor), o que permite a Saussure finalmente formular “a primeira característica universal da linguagem” que é “viver por meio de diferenças e *só de diferenças*” (ELG, p. 225, grifos do autor). Com isso, define-se o signo, o qual serve de base para o sistema linguístico e, ao mesmo tempo, para o sistema semiológico: ser diferencial e, por conseguinte, constituir valor.

De acordo com Saussure, a Semiologia demarca o ponto em que a linguagem se divide em dois domínios, um interior e outro exterior, que não residem “no dualismo do som [significante] e da ideia [significado], do fenômeno vocal e do fenômeno mental”, mas “na dualidade do fenômeno vocal COMO TAL e do fenômeno vocal COMO SIGNO” de maneira que

Há um primeiro domínio, interior, psíquico, onde existe o signo assim como a significação, um indissolivelmente ligado ao outro; há um segundo, exterior, onde existe apenas o “signo” mas, nesse momento, o signo se reduz a uma sucessão de ondas sonoras que merece de nós apenas o nome de figura vocal (ELG, p. 24, grifos do autor).

Antes de qualquer coisa, é fundamental atentar para o fato de que, na citação acima, Saussure apropria-se da noção de signo para exprimir – como o faz frequentemente ao longo dos manuscritos reunidos nos *ELG* – apenas ao significante, e não ao significante *mais* o significado – como o faz no *CLG* –, o qual na citação aparece sob o nome de significação²⁶. O dualismo profundo que divide a linguagem instaura nada menos que as noções saussurianas de fala – “o fenômeno vocal como tal” – e língua – “o fenômeno vocal como signo”; é a *língua* que significa. Desse modo, a fala é, para Saussure, o objeto de uma outra “linguística”, à medida que é exterior à língua, cujo lugar metodológico é dado por aquilo que Saussure

²⁶ Essa ressalva é importante porque oferece uma hipótese para a utilização das aspas ao designar o que está em jogo no domínio exterior da linguagem, isto é, o “signo” como figura vocal. Se tomarmos “significação”, nesse caso, como sinônimo de “significado” – a contraparte do signo – e “signo” como sinônimo de “significante”, podemos dizer que não é possível conceber signo sem significação. Logo, no plano da fala, tomada na concepção saussuriana que estamos defendendo, só se concebe uma sucessão de ondas sonoras que, para o linguista, nada significam além da sua diferença na cadeia falada, interessando, de fato, ao foneticista.

entende por fonética.²⁷ Tem-se, então, dois domínios: o objeto da fonética, de um lado, e o objeto da Linguística, de outro, o qual representa, nas palavras de Saussure, o “domínio linguístico do *signo vocal (Semiologia)*”, o qual compreende, simultaneamente, o domínio “do *pensamento relativo, da figura vocal relativa e da relação entre os dois*” (ELG, p. 43, grifos do autor). Disso resulta a “distinção fundamental e única, em linguística”, a qual “depende, então, de saber: se é considerado *um signo ou uma figura vocal como signo* (Semiologia = morfologia, gramática, sintaxe, sinonímia, retórica, estilística, lexicologia, etc. [...])”, ou, “se é considerado *um signo ou uma figura vocal como figura vocal (fonética)*” (ELG, p. 44, grifos do autor).²⁸ Por esse meio, Saussure busca esclarecer o “extremo mal-entendido que domina as reflexões sobre a linguagem”, o qual supõe “que existem termos *duplos* que comportam uma forma [...] – e uma significação”, quando o correto seria dizer “que a *forma* é a mesma coisa que a *significação*, e que esse ser é quádruplo” de maneira que a “visão habitual” A/B = Significação/Forma deve ser substituída por A/B = “diferença geral das significações” relativa à “diferença geral das formas”; “*Uma* significação” relativa a “*Uma* forma”/Figura vocal (ELG, p. 41-2, grifos do autor).

Em última instância, essa “visão proposta” do signo instaura a noção de *forma* na reflexão saussuriana, a qual desempenha papel fundamental na teoria porque é definidora da ideia que Saussure faz da língua, e revela-se no dualismo por ele proposto: “A linguística trabalha, pois, no terreno limítrofe onde os elementos das duas ordens se combinam” – isto é, elementos de ordem física (uma figura vocal como figura vocal) combinados a elementos de ordem psíquico-física (uma figura vocal como signo) – “*essa combinação produz uma forma e não uma substância*” (CLG, p. 131, grifos do autor).

Isso quer dizer que a língua não resguarda, necessariamente, significações precisas, mas “ela é percebida como alguma coisa que é” (ELG, p. 37) de modo que em nenhuma língua sequer a palavra oferece um sentido instantâneo, mas uma *possibilidade* de um sentido qualquer. Por essa razão, não há um meio de definir a *forma* linguística em relação à figura vocal como tal, uma vez que esta nada pode dizer sobre a língua; para defini-la, dirá Saussure, é necessário “partir do dado semiológico” (ELG, p. 38) – isto é, a *forma* linguística, cara para a concepção saussuriana de língua, deve ser definida em relação à figura vocal como signo, ou

²⁷ A leitura que fazemos do dualismo proposto por Saussure compreende a fala no “domínio linguístico do som puro ou daquilo que serve de signo considerado em si mesmo e fora de qualquer relação com o pensamento = FONÉTICA” (ELG., p. 43). Para uma reflexão aprofundada da diferença entre o fenômeno vocal como tal e o fenômeno vocal como signo, ver HAINZENREDER (no prelo).

²⁸ Portanto, “a dupla essência da linguagem” à qual Saussure se refere, ao contrário do que se pensa, “diz respeito às duas formas de se conceber o fônico: primeiramente, como figura vocal, isto é, destituído de todo sentido e, finalmente, como signo, isto é, revestido de significação” (HAINZENREDER, no prelo).

seja, como alguma coisa que é. E isso é tudo o que importa para que um elemento qualquer possa pertencer a um sistema desse tipo.

As reflexões aqui apresentadas mostram o conceito de semiologia de tal maneira relacionado aos fatos linguísticos que a ciência dos signos parece se confundir com a própria noção de linguística. Isso porque Saussure fala de uma Semiologia cujo objeto central é o signo social, coisa que só existe na língua – e na cultura, mas, nesse caso, a cultura consiste de uma interpretação da sociedade, coisa que só é possível através da língua, conforme as ideias de Benveniste que esmiuçaremos no capítulo seguinte. Dito de outro modo, o fenômeno semiológico jamais “deixa fora de si mesmo o elemento da coletividade” (ELG, p. 249) – característica que, por sua vez, define a língua nos fatos de linguagem. A fala, com efeito, por não carregar unidades de significação, mas apenas massas amorfas, e por constituir a parte individual da linguagem, não se adequa ao exame linguístico e tampouco semiológico.

Essas considerações fazem surgir a questão: terá Saussure se precipitado ao afirmar que a Linguística não é senão uma *parte* dessa ciência geral que é a Semiologia, quando, de forma mais exata, a ciência dos signos não parece constituir outra coisa que não a expressão máxima da Linguística da Língua em oposição à Linguística da Fala? As evidências que assim nos permitem interrogar não cessam no exposto até aqui. No CLG, Saussure de fato sugere para *língua* e *fala* uma divisão metodológica, instaurando duas disciplinas distintas, onde é proposto “conservar o nome de Linguística para cada uma dessas duas disciplinas e falar duma Linguística da fala”, porém, é “necessário não confundi-la com a Linguística **propriamente dita**, aquela cujo único objeto é a língua” (CLG, p. 28, grifo nosso).²⁹ No manuscrito *Sobre a essência dupla da linguagem*, Saussure defende que a diferença das unidades é o “princípio fundamental da semiologia, ou da ‘língua’, considerada regularmente como língua e não como resultado de estados precedentes” (ELG, p. 65). Compreende-se que o estudo sincrônico da língua não é só objeto da Semiologia, mas o que a determina; ora, é a mesma relação que Saussure reconhece entre a língua e a Linguística.

Não convém sugerir que não possa haver outros sistemas semiológicos além daquele que a língua constitui, visto os tantos desdobramentos da Semiologia observados em tudo aquilo o que foi chamado de *semiótica* ao longo do século XX (cf. HÉNAULT, 2006). Queremos chamar a atenção para o fato de que a Semiologia que Saussure propõe é, nas palavras do próprio, uma “semiologia linguística” (ELG, p. 100), para não dizer uma

²⁹ Além disso, é no mínimo curioso que a escolha dos editores tenha sido posicionar tal proposta em capítulo subsequente aquele em que são elaborados os princípios da Semiologia.

linguística propriamente dita, de tal maneira que se “se quiser fazer semiologia, você será obrigado [...] a *constituir suas primeiras unidades*” (ELG, p. 88) – tarefa que Saussure atribui, de fato, aos linguistas e que reflete o princípio primeiro da Linguística: “é o ponto de vista que cria o objeto” (cf. supra).

A semiologia linguística de Saussure é importante para nossa pesquisa porque é somente por ela que Benveniste pode singularizar a língua, de tal modo distinguindo-a de todos os outros sistemas semiológicos que constituem a sociedade ao concedê-la duas maneiras de ser no *sentido* e na *forma*, expandindo o problema da significação na linguagem. Enquanto Saussure se preocupa com a significação no plano social, Benveniste volta-se para uma significação que não é senão individual e, no entanto, possibilitada pelo mesmo signo saussuriano, porém articulado numa ideia formalizada em palavras no interior de um discurso produzido – único meio de ser pelo qual uma língua pode traduzir-se em outra.

1.3.1.2 A Semiologia da Língua

A investida de Saussure na elaboração dos princípios para uma ciência que estude o signo no seio da vida social se mostrou a Benveniste como uma indicação da tarefa da Linguística: “construir a semiologia da língua como sistema” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 44-5). Para tanto, a Linguística deve adotar o signo como ponto de partida, mas este deve ser “tomado e compreendido em um SISTEMA” marcado pela “DIFERENÇA entre o signo e o significado”, pois essa “é a condição da significância” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 45, grifos do autor). Somente assim pode-se satisfazer a necessidade de se estudar a língua por ela mesma, tarefa que implica, imediatamente, delimitar e definir a cientificidade da Linguística.

Em outras palavras, o esforço de Saussure para mostrar aos linguistas que, antes de tudo, devem definir a Linguística nas ciências, revela a necessidade de singularizar a língua, seu único objeto. Resume-se, assim, o que Benveniste considera ser “a grande novidade do programa saussuriano”, pelo qual não é possível fazer linguística a não ser pela condição de defini-la “descobrimo seu objeto” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 46). Em última análise, a proposta semiológica de Saussure revela a Benveniste dois princípios pelos quais se pode definir a língua como sistema de signos: o princípio de unidade e o princípio de classificação. Um define a sua “estrutura” – “sua ‘natureza significante’” – e o outro seu “pertencimento” – a Semiologia, ou ainda, o lugar que ocupa “em relação a outros sistemas de signos” (*Aula 3* [1968], p. 100). Começemos pelo último.

O pertencimento da língua é a Semiologia. Isso está claro em Saussure. Contudo, o pertencimento da língua não diz tudo sobre seu princípio de classificação. Falta classificar a língua em meio aos sistemas ditos semiológicos, entre os quais a língua é o principal. Esse é o ponto que Saussure deixa para a “semiologia futura” definir (*Aula 4* [1969], p. 103), e a ele Benveniste dedica boa parte de sua reflexão, porque julgava a classificação necessária para “promover a análise e consolidar as bases da semiologia” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 50). Conforme já explicitado, a classificação da língua entre os fatos humanos a destaca da linguagem e despe seu caráter semiótico. Mas esse movimento a classifica em relação à linguagem apenas, não a confronta com as demais realidades semiológicas e, portanto, nada diz sobre sua condição de “principal desses sistemas” (cf. supra) para a qual Saussure chama nossa atenção e a qual, na visão de Benveniste, reflete “o problema central da semiologia, o estatuto da língua em meio aos sistemas de signos” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 51), de maneira que as relações entre esses sistemas não são menos importantes do que aquilo que os constitui como tal.

De acordo com Benveniste, a tentativa de esclarecer o estatuto do signo linguístico nos conjuntos semiológicos parte de dois momentos: primeiro, é necessário definir os caracteres que permitem que um sistema semiológico possa ser assim denominado; depois, deve-se propor o exame das relações possíveis entre um sistema e outro. Além disso, a relação entre sistemas semiológicos deve ser de natureza semiótica. O linguista identifica quatro caracteres: o modo operatório – a “maneira como o sistema age, notadamente o sentido (vista, ouvido, etc) ao qual ele se dirige”; o domínio de validade – onde “o sistema se impõe e deve ser reconhecido ou obedecido”; a natureza dos signos – a “função das condições” referidas nos traços anteriores; e o tipo de funcionamento – a “relação que une os signos e lhes confere função distintiva” dentro do sistema ao qual pertencem (*Semiologia* [1969], PLGII, p. 52). Benveniste esclarece que um único sistema pode admitir determinadas variações nos dois primeiros caracteres; nos dois últimos, não. Isso ocorre porque o modo operatório e o domínio de validade fornecem as condições externas para o sistema, enquanto que a natureza dos signos e seu tipo de funcionamento indicam as condições internas, isto é, semióticas – são a essência do sistema. Essas ponderações possibilitaram a Benveniste elaborar “o princípio de não-redundância entre sistemas” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 53), pelo qual a impossibilidade de sinonímia entre sistemas semiológicos assegura a inconversibilidade entre sistemas de natureza e funcionamento diferentes; é a comprovação da hipótese benvenistiana de que não há signo trans-sistemático (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 54).

Diante do fato de que cada sistema apresenta uma relação de significação própria, Benveniste se coloca a pergunta: “Os sistemas de signos são, então, tantos outros mundos fechados, não tendo entre eles senão uma relação de coexistência talvez fortuita?” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 54). A questão leva-o a pensar, finalmente, nas relações possíveis entre sistemas como um segundo princípio. Sendo ela própria de natureza semiótica, a relação entre sistemas deve a) ser considerada dentro de uma única cultura que os produz e os alimenta, porém que não implica relação de coerência entre eles, que são, antes de tudo, particulares e b) determinar se “um sistema semiótico³⁰ dado pode se auto interpretar ou se ele deve receber sua interpretação de um outro sistema” de modo que

A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO. É aquela que colocaremos, em grande escala, entre os signos da língua e os da sociedade: os signos da sociedade podem ser integralmente interpretados pelos signos da língua, jamais o inverso. A língua será então o interpretante da sociedade. [...] Temos aqui um princípio geral de hierarquia, apropriado para ser introduzido na classificação dos sistemas semióticos e que servirá para construir uma teoria semiológica (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 55, grifos do autor).

Benveniste introduz, assim, o princípio da “relação de interpretância” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 62) entre sistemas, pelo qual a língua se singulariza do ponto de vista semiológico.³¹ O que permite a Benveniste designar para a língua o status de interpretante da sociedade é a particularidade de sua natureza significante, isto é, de suas unidades de significação. O que nos leva de volta à Saussure e ao princípio de unidade.

A estrutura da língua é bem desenvolvida por Saussure – a língua como forma³² – cujo princípio é explicado por Benveniste: “Onde a língua acha sua unidade [...]? Em seu caráter semiótico. Por este se define sua natureza, por este também ela se integra num conjunto de sistemas de mesmo tipo” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 49). A noção de unidade é fundamental para uma teoria do signo e, portanto, para a concepção semiológica de língua:

³⁰ É possível encontrar variação terminológica nos textos de Benveniste nos quais os termos “sistema semiológico” e “sistema semiótico” são usados alternativamente para designar um sistema de signos.

³¹ Além da interpretância, o linguista identifica dois outros tipos de relação: a homologia e o engendramento. Benveniste (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 62) define a relação de homologia pela “correlação entre as partes de dois sistemas semióticos” de natureza divergente de modo que a homologia entre sistemas “não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões que se descobrem ou que se estabelecem entre dois sistemas distintos”, ao contrário do engendramento, que define a relação entre um sistema secundário e outro que lhe serve de base, como o alfabeto Morse em relação ao alfabeto gráfico. Não trataremos desses dois últimos tipos porque não afirmam algo a respeito da hegemonia da língua sobre os demais sistemas semiológicos da forma como o faz a relação de interpretância.

³² Lembrando que, conforme procuramos explicitar, a noção de *forma* em Saussure não se define em oposição à noção de *sentido*; pelo contrário, só se concebe uma forma linguística (o signo) pela consonância a uma significação relativa. Assim, na visão de Saussure, quem diz forma diz significação.

É evidente que a noção de UNIDADE está no centro da problemática que nos ocupa e nenhuma teoria séria poderá se constituir se ela esquece ou se esquivava da questão da unidade, porque todo sistema signifiante deve se definir por seu modo de significação. Um tal sistema deve então designar as unidades que coloca em jogo para produzir o ‘sentido’ e especificar a natureza do ‘sentido’ produzido (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 58, grifo do autor).

Dessa maneira, por qualquer meio que se aborde um sistema de signos é preciso “definir seu modo de significação” e isso só é possível delimitando suas unidades. Portanto, a língua só estará bem definida quando suas unidades estiverem bem definidas. Em outras palavras, para definir a língua faz-se necessário explicar como ela significa. De acordo com Benveniste, o caráter semiológico da língua, tal como Saussure o descreveu, designa um “modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” de maneira que o significante e o significado estão sob uma relação de significância que conserva o princípio de unidade do signo (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 64).

A própria definição de unidade como “princípio único” elege o signo linguístico como único meio de a língua formalizar o pensamento. É a língua enquanto instituição social, e o que a define como uma semiologia. Entretanto, se apropriamo-nos da língua para significar o fazemos no plano da enunciação. *Enunciamos*: eis a condição do homem no mundo. E, ao fazê-lo, evidenciamos a propriedade linguística de articular o signo em uma outra dimensão, na qual as unidades de base “são agrupadas; só funcionam em conjunto” (*Aula 7* [1969], p. 122) e cuja significação é sempre particular.

Com a enunciação, saímos da estrutura para o *funcionamento* da língua ou, nas palavras de Benveniste já citadas: “antes da enunciação a língua não é senão possibilidade da língua” (cf. supra); saímos da língua como sistema de signos para a língua como sistema de expressão. E a condição da enunciação, isto é, de conceber a língua para além da semiologia linguística proposta por Saussure, requer, por seu turno, uma nova ordem de fatos – ela reflete a “dupla significância” da língua, e Benveniste a chamou de “modo *semântico*” de significância em oposição ao “modo *semiótico*” – maneira pela qual Benveniste passa a referir o sistema da língua pensado por Saussure (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 64, grifos nossos). Sendo um modo de significância, também o nível *semântico* da língua se assenta sobre unidades de significação. Resta, então, ver como Benveniste pensou as unidades semânticas da língua.

Se no modo *semiótico* a língua se apresenta em signos constituídos de uma *forma* e um *sentido* que, de acordo com Benveniste, são representados pelo significante e pelo significado,

respectivamente; no modo *semântico* a língua se apresenta em *frases*, cuja *forma* é compreendida pela noção benvenistiana de sintagma³³ e o *sentido* por uma noção global. Todo sistema linguístico é constituído de signos na mesma medida em que todas as línguas se manifestam pela enunciação, produzindo discursos; é da natureza da linguagem humana significar a partir do jogo entre o *semiótico* e o *semântico*. Todas as línguas apresentam essa dupla significância. O caso é que cada língua em particular é um sistema distinto, isto é, todas as línguas são sistemas semióticos, mas cada língua apresenta uma semiótica particular. Já no nível do discurso, o locutor apropria-se da referência e instaura de maneira particular um elemento que se faz comum a toda formalização do pensamento: “o ‘intencionado’” – isto é, o que se pode dizer do *sentido* realizado em palavras³⁴ (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 65).

As considerações tecidas nesta seção deixam inferir que a língua é condição para a Semiologia na mesma medida em que a enunciação é condição para a língua. Se esse é o caso, a abertura de uma nova dimensão de significância na semiologia linguística era necessária para dar à enunciação o seu devido lugar metodológico. A implicação mais relevante dessa inclusão é a concepção intralinguística da noção de discurso, produto da enunciação. Para Benveniste, *o discurso é uma outra maneira de ser língua*, na qual não é mais observado o signo, mas a frase. Em Saussure, a linguagem se subdivide em dois domínios: o domínio da língua e o domínio da fala, sendo que é da língua tudo o que diz respeito ao sistema que a constitui como tal e, da fala, tudo o que está fora dele. Em Benveniste, é a língua que se subdivide em dois domínios: o domínio *semiótico* – a língua como sistema de signos – e o domínio *semântico* – a língua como sistema de expressão –, sendo que é do *semiótico* tudo o que diz respeito ao signo e, do *semântico*, tudo o que diz respeito à frase. (A fala é, para Benveniste, o mesmo que é para Saussure: problema de outro que não o linguista.³⁵) O próprio Benveniste esclarece que, tratando-se de elementos de sistemas distintos, o signo e a frase instauram “duas *linguísticas* distintas” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 240, grifo nosso). Ao passo que Saussure reconhece no interior da linguagem duas possibilidades metodológicas, uma Linguística da Língua e uma Linguística da Fala, Benveniste identifica no interior da língua uma bifurcação sistemática, pela qual se pode fazer uma linguística da língua como sistema de signos – proposta de Saussure – e uma linguística da língua como

³³ “Grupo de palavras que formam uma unidade no interior de uma frase” (*Esta linguagem* [1968], PLG II, p. 29).

³⁴ Voltaremos à noção de intencionado mais adiante, e de sua relevância para a questão do *sentido* na enunciação e, portanto, no fenômeno tradutório.

³⁵ “O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a ‘fala’? É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 82).

sistema de expressão – proposta de Benveniste. Vale repetir: é ainda uma semiologia, porque é ainda linguística.

Nesse sentido, se, como buscamos explicitar na seção anterior, a Semiologia geral se baseia nos moldes da Linguística, nos autorizamos a sugerir, em vias de conclusão, que a Semiologia da Língua, tal como pensada por Benveniste, também configura uma linguística, porém não uma Linguística da Língua, como outrora descreveu Saussure, mas uma Linguística da Enunciação, a qual considera não apenas o signo como princípio único, mas também a frase, necessária para amarrar a relação da língua com os demais sistemas de signos que “só se sustentam sobre uma relação semiológica através de um discurso sobre eles” (FLORES, 2013, p. 62) visto que a “língua os produz e os interpreta” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 51). Nas palavras de Benveniste: “A doutrina saussuriana cobre apenas, sob as espécies da língua, a parte semiotizável da língua, seu inventário material. Ela não se aplica à língua como produção” (*Primeira aula* [1969], p. 192).

A Semiologia se molda sobre a Linguística na mesma medida em que o mundo se molda sobre as línguas, então uma semiologia linguístico-enunciativa esclarece a relação da língua com a sociedade que se funda sobre ela e, ao fazê-lo, reformula toda uma teoria semiológica que tem por finalidade “especificar a natureza do ‘sentido’ produzido” (cf. supra) pelo jogo de unidades de um dado sistema de signos. Aqui, a Semiologia deixa de constituir uma teoria do signo para se tornar uma teoria da *significação*, que não deve ser entendida, para esse fim, como a contraparte do signo, mas como sua função. Significar é *função* da língua como semiótica. É por essa razão que Benveniste define a enunciação como este “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (cf. supra, grifos nossos): a língua significa de duas maneiras diferentes, ou seja, a língua funciona de duas maneiras diferentes, e a enunciação é apenas uma delas. Não é simplesmente a ação de um locutor que se apropria da língua o que a enunciação determina, ela também coloca a língua para funcionar, isto é, exercer sua função, *no domínio semântico*. No discurso, a significação ultrapassa o plano social e atinge, também, o individual. A língua socializa como decorrência de sua função semiótica, mas também singulariza como decorrência de sua função semântica.

Com efeito, podemos adiantar a necessidade de se definir as unidades de significância do fenômeno tradutório – às quais chamamos de *unidades de tradução* – para constituir uma linguística da tradução, visto que toda linguística deve achar-se às voltas com o dado

semiológico para delimitar adequadamente seu objeto³⁶. Dessa maneira, ao buscar constituir os princípios para uma linguística da tradução, estaremos propondo também e, por conseguinte, uma *semiologia da tradução*, o que levará, inevitavelmente, a especificação da natureza do *sentido* produzido no fenômeno tradutório como consequência de abordá-lo pela relação entre as línguas. Antes, porém, é preciso refletir sobre o que a natureza da língua, da forma como vimos descrevendo nas últimas seções, pode nos dizer sobre o contato de uma língua com outra, de que ponto de vista se dá sua relação, bem como no que se distanciam e no que se tocam, a fim de compreender melhor o problema da (im)possibilidade da tradução.

1.3.2 A questão das línguas

A linguística mobilizada nesta dissertação, conforme reafirmado de diversas maneiras ao longo deste capítulo, é a ciência que tem por objeto central a língua – objeto que Saussure e Benveniste buscaram descrever ao longo de suas obras. Mesmo que o fundador da Linguística e o inventor do discurso o façam a partir de pontos de vista particulares, ambos notaram, como será visto na próxima seção, que tudo o que se poderia afirmar sobre a língua em particular dependia do estudo das línguas em geral.

Estudar as línguas é tão importante para uma ciência da linguagem quanto estudar a língua *em si*. As línguas são, de fato, o único acesso à língua. E, à medida que só é possível constatar as diferenças estabelecidas entre uma e outra língua, a diversidade das línguas se torna o inventário mais produtivo do qual a Linguística se pode apropriar. Isso não significa que a Linguística estaria incumbida de descrever todo esse inventário, o que seria impossível, mas que as relações que dele se podem abstrair oferecem pontos de vista cuja contribuição para a disciplina é inestimável. A prova disso é a tripla tarefa que Saussure designa para os linguistas:

a) *Fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger*, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família; b) *procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas* e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história; c) *delimitar-se e definir-se a si própria* (CLG, p. 13, grifos nossos).

³⁶ Mounin inclusive atesta que “uma teoria da tradução se acha por demais interessada na busca e na descoberta de uma *unidade de significação*” uma vez que suas operações ocorrem sempre no universo do sentido (1975, p. 95, grifos do autor).

Na citação acima, fica clara a importância que o exame das línguas tem para a definição de uma ciência da linguagem. Ora, a terceira tarefa ocupa esse lugar, sobretudo, porque não há como começar supondo uma metodologia de análise linguística sem conhecer a natureza da língua – segunda tarefa – a qual só pode ser constatada no estudo sincrônico e diacrônico das línguas – primeira tarefa. Essa ordem de atribuições que Saussure reserva aos linguistas demonstra que o primeiro problema que a Linguística deve formular diz respeito a uma teoria das línguas (*Vista d'olhos* [1963], PLG I, p. 20), uma vez que é somente por meio dos problemas observáveis às línguas que se coloca a questão da língua e da linguagem. É pontualmente o que Benveniste expõe nos *PLG I e II*: problemas de *línguas*, pelos quais se pensa problematizar a ciência da linguagem. Benveniste o adverte já na primeira parte do primeiro volume: “Convém dar grande importância a essa experiência, cada vez maior, das variedades linguísticas do mundo” (*Tendências* [1954], PLG I, p. 6) para conhecer “em que consiste e como funciona uma língua” (*Vista d'olhos* [1963], PLG I, p. 22). É disso que se ocupa a Linguística e, se a intenção é principiar uma linguística da tradução, convém, do mesmo modo, dar importância às variedades linguísticas sobre as quais o fenômeno tradutório se ajusta.

A questão que se coloca o linguista diante de duas ou mais línguas em presença é precisamente a questão que se coloca o tradutor diante da tarefa de traduzir de uma língua para outra. É preciso comparar as maneiras pelas quais se concebe cada língua na tentativa de elucidar as “forças em jogo” que as constituem como tal, e defrontá-las com a descrição que oferecem do mundo e de si mesmas. Isso toca em pontos como a arbitrariedade do signo, a noção de idioma e a ideia das línguas como visões de mundo. São todas questões que estão relacionadas e descrever tal relação é a proposta deste último conjunto de seções. Assim, parte-se do pressuposto de que o estudo da diversidade das línguas é capaz de apontar, ao mesmo tempo, para o que há de particular e universal na linguagem, de modo a oferecer dados que comprovem a relevância em ocuparmo-nos da distinção entre os modos *semiótico* e *semântico* da língua para compreender o jogo de unidades por trás de toda forma de comunicação interlinguística – que é o caso da tradução.

1.3.2.1 A diversidade das línguas³⁷

³⁷ O título desta e da próxima subseção são expressões emprestadas de Oustinoff (2011, p. 11).

O estudo das línguas suscita muitas questões, mas “o que primeiro surpreende [...] é sua diversidade” (CLG, p. 221) – as diferenças entre as línguas. De acordo com Saussure, o primeiro aspecto da diversidade a se considerar é o dado geográfico (CLG, p. 222) de modo que a principal razão de ser da diversidade das línguas está no espaço-temporal o qual transcende. Ainda que a ação da língua no tempo não seja perceptível ao falante, a variação no espaço é um dado observável por qualquer ângulo que se aborde (ELG, p. 265). Por essa razão, em um primeiro momento, pode parecer que a diversidade não é tema para uma semiologia linguística, porque desconsidera o dado semiológico, constituindo um objeto mais interessante para aquilo que Saussure chamou de “Linguística Externa” (CLG, p. 29). É verdade que a diversidade linguística constitui uma exposição de dados históricos os quais servem apenas ao estudo diacrônico de uma língua. Assim sendo, para estudá-la em toda a sua amplitude, é necessário, pois, voltar à “Linguística Interna” (CLG, p. 31) e propô-la a uma abordagem sincrônica, uma vez que a natureza da diversidade se assenta na diferença constatada entre as línguas, e o estudo da diferença requer que voltemos ao sistema que é a origem de todo dado negativo e o único princípio universal: todas as línguas são sistemas de signos.

A diversidade convida à comparação entre as línguas, o que lhe é inerente; na verdade, só se atinge a diversidade, isto é, as diferenças linguísticas, pela comparação. Da diferença passamos, então, à analogia, e essa deve ir para além do parentesco entre línguas, porque a questão do parentesco remonta à geografia e, conforme explicitado, isso é assunto para a Linguística Histórica. As inúmeras possibilidades de comparação, em última análise, limitam-se aos “dados constantes, fônicos e psíquicos, no interior dos quais toda língua se deve constituir” – ou seja, a comparação entre línguas limita-se à constatação de suas unidades semióticas, aquilo no que diferem de antemão – de modo que “é a descoberta desses dados constantes que constitui o objetivo principal de toda comparação feita entre línguas irreduzíveis umas às outras” (CLG, p. 223) – constatar que as línguas são, essencialmente, sistemas de signos distintos – afinal, “é exatamente por via dessas comparações que um povo toma consciência de seu idioma” (CLG, p. 221).

A noção de consciência é fundamental para a concepção saussuriana de língua. Só pode ser considerado *língua* o que passa pela consciência do falante – e isso é uma afirmação constante em Saussure – ou, dito de outro modo, aquilo que o falante reconhece como sendo um elemento da língua. Essa hipótese é reiterada na definição benvenistiana do modo *semiótico* de significação da língua, o qual deve ser reconhecido pelo falante. A novidade que o estudo da diversidade integra a esse fato inicial é que, em uma escala maior, o reconhecível

depende do irreconhecível, isto é, uma comunidade linguística toma consciência da sua língua quando confrontada às formas linguísticas de outra comunidade.

Nesse sentido, dizemos que a tradução não opera sobre duas línguas distintas, mas sobre as distinções estabelecidas entre as línguas. É o modo de conceber uma língua o que determina, para o falante, suas unidades, logo, é o modo como o tradutor concebe a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo o que determina as unidades de tradução; porém, o tradutor, assim como o falante, só percebe as diferenças. Dessa maneira, podemos pensar que são as diferenças entre a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo o que determina as unidades de significação do fenômeno tradutório, diferenças que são expostas, conforme pensamos, pela relação de interpretância que se estabelece entre as línguas.³⁸ Ressaltamos que, do nosso ponto de vista, o *semântico* possibilita a tradução não porque não há diferença entre as unidades semânticas de línguas distintas, mas porque é no *semântico* que a diferença se faz sensível.

Isso oferece um palpite a respeito da questão de haver ou não algo de universal nas línguas: cada sistema linguístico é único tanto na sua estrutura como na sua significância, de modo que “as distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal” (*Observações* [1956], PLG I, p. 89). Pode-se pensar que há leis gerais que regem as línguas, são aquelas atribuídas à Semiologia da Língua,³⁹ elas regem as funções de significar e comunicar; todas as línguas significam e todas as línguas comunicam, mas cada língua significa o que sua articulação semiótica permite significar na mesma medida em que cada língua comunica o que sua articulação semântica permite comunicar.

O que é universalizante é que todas as línguas são sistemas de signos e, portanto, dotadas de unidades de significação; entretanto, tudo o que se encontra no sistema e nas unidades é particular aos idiomas. Atinge-se aqui a diferença entre a língua – morfologia pura – e o idioma – morfologia específica. Não deixa de ser paradoxal: as línguas têm a mesma essência interior, e é nesse interior que se dá o “jogo das *forças* que fazem sua diversidade” (*Aula 3* [1968], p. 99, grifo do autor). Nesse momento, passamos da diversidade das línguas à diversidade do signo e tocamos, finalmente, na questão da arbitrariedade.

³⁸ Nesse ponto, Oustinoff chega a sugerir que “tanto a língua, quanto a tradução também faz intervirem ‘unidades diferenciais’” (2011, p. 29).

³⁹ Ou, nas palavras de Hagège: “Chamar línguas a todas é estabelecer caracteres universais subjacentes à sua imensa diversidade. Mas trata-se, nesse caso, apenas de universais definicionais, ou caracteres gerais, próprios de toda e qualquer língua, *presentes na sua definição*” (1990, p. 44, grifo nosso).

Conforme aludido na primeira seção deste capítulo, a diferença entre as línguas – “e a própria existência de línguas diferentes” (CLG, p. 82) – é prova irrefutável do caráter arbitrário do signo. As línguas são, *stricto sensu*, visões de mundo, ou, nas palavras de Benveniste: “pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou” (*Tendências* [1954], PLG I, p. 7). Para compreender essa condição da língua, é crucial relacioná-la ao pensamento; nesse ponto, diremos, com Saussure, que a língua é por ela mesma a expressão do pensamento – é com essa intenção que o “falante realiza o código da língua” (CLG, p. 22). Organizada em frases, o que se abstrai da língua é um “conteúdo de pensamento” o qual reflete “o que queremos dizer” e que só pode ser definido “por características de intencionalidade” (*Categorias* [1958], PLG I, p. 69). A língua formula o pensamento, o qual recebe dela a única possibilidade de ser, não podendo dela se dissociar ou a ela transcender sem reduzir-se a nada. Isso significa que pensamos aquilo que a língua nos permite pensar, mais do que isso, pensamos aquilo que *as línguas* nos permitem pensar.

Dizer que a língua modela o pensamento é o mesmo que dizer que as unidades linguísticas modelam o pensamento, pois a língua é feita de unidades irredutíveis. Todavia, cada língua constitui um idioma particular, reconhecível por unidades semióticas próprias, o que faz das línguas irredutíveis também umas às outras. Visto que as unidades são sempre particulares ao sistema que as reveste de uma *forma* linguística, condição de realização do pensamento, cada idioma é uma descrição da realidade, ou ainda, cada idioma é uma *forma* na qual o pensamento se realiza. O que não é possível formular fica destituído de toda significação e, portanto, não se faz reconhecer.

Em outras palavras, o real do mundo é o real da língua, mas a língua se manifesta em morfologias específicas, chamadas de idiomas, cujas unidades são particulares, de maneira que é preciso tomar a realidade como uma proposição *de cada língua* em particular.⁴⁰ Isso significa que um fenômeno de linguagem como o da tradução não se dá apenas sobre as diferenças entre as línguas, mas também sobre as realidades diferentes que cada língua evoca. Com base em um raciocínio semelhante, Benveniste aponta que as categorias outrora desenvolvidas por Aristóteles⁴¹ pelas quais é possível classificar qualquer objeto do mundo, são, na verdade, categorias do grego – língua materna de Aristóteles. É o que a língua faz:

⁴⁰ O exemplo mais utilizado entre os linguistas é o das cores: “Não há duas línguas que organizem as cores da mesma maneira. Seriam os olhos diferentes? Não, é a língua que é diferente” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 211).

⁴¹ ARISTÓTELES. *Órganon*. Bauru: EDIPRO, 2005.

fornece-nos *formas* para descrever o mundo que vemos, uma vez que essa visão só é possível, em primeiro lugar, através da passagem pela língua.

A concepção que fazemos do mundo depende da concepção que fazemos da língua da qual nos apropriamos para realizar o pensamento. As implicações disso para a tradução são enormes. Se somente pela língua interpretamos os objetos que estão no mundo, a leitura que o tradutor faz da língua-discurso-fonte é articulada pela maneira como o tradutor concebe a língua-fonte. Do mesmo modo, a produção da língua-discurso-alvo depende da forma como o tradutor concebe a língua-alvo e, então, o mundo pela língua-alvo – ou, como bem explica Hagège, ao traduzir “passamos pela realidade designada” (1990, p. 45). São todas questões que circunscrevem a constituição das unidades de tradução, e talvez as razões para a falta de segurança em fazê-lo. Porém, é necessário correr o risco se se quer elaborar princípios para uma linguística do fenômeno tradutório, uma vez que, conforme explicitado, em nossa opinião, a Linguística implica uma semiologia linguística, a qual se constitui essencialmente sobre unidades de significação.

Sem negar o exposto até aqui, é necessário admitir, contudo, que ainda que seja relativo realizar o “mesmo” pensamento em línguas diferentes, fenômenos como o bilinguismo e a tradução, por exemplo, são possíveis e tomam por base as mesmas unidades diferenciais que, em tese, os desautorizam. Em meio à diversidade das línguas há algo que as une, algo que permite ao bilíngue ou ao tradutor expressar o “mesmo” em línguas distintas, algo que permitiu a Saussure e Benveniste descrever uma semiologia linguística partindo das línguas à língua, algo que permite uma intersubjetividade entre duas ou mais línguas, onde elas podem *se interpretar*: a natureza peculiar do signo linguístico – cuja articulação em dupla dimensão concebe às línguas o status de interpretante da sociedade e, por conseguinte, de si mesmas e de umas às outras⁴².

1.3.2.2 A universalidade da tradução

Na seção anterior, falamos das línguas, sobretudo, sob o ponto de vista da diversidade e, por mais que se reconheça nosso esforço em afirmar que não há caracteres interiores às unidades linguísticas que as firme algo de universal para além do fato de constituírem sistemas de signos, não pudemos fazê-lo sem tocar na questão de conferir às línguas, sendo

⁴² Cabe lembrar, mais uma vez, as ideias de Hagège, para quem “cada língua possui essa propriedade singular de ser uma ‘semiótica (sistema de signos) para a qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas’ (HJELMSLEV, 1968, p. 138), a começar pelas próprias línguas” (1990, p. 45).

visões de mundo, o status de interpretantes da sociedade, o que nos obriga a reconhecer que a língua “está em toda a parte” e, portanto, “tem o privilégio da universalidade” (*Aula 4* [1969], p. 103). Acreditamos que o fenômeno tradutório é uma implicação desse fato. Trata-se de saber por qual via a língua se expande por toda a parte e o que dá a ela esse privilégio.

Não é senão pelo estudo da diversidade das línguas que se pôde assinalar a especificidade de suas unidades e da maneira como realizam o pensamento, levando Benveniste a assumir que cada língua oferece recursos próprios para as “‘mesmas’ necessidades de expressão” do pensamento (*Tendências* [1954], PLG I, p. 11). Por serem os recursos linguísticos propriedades de cada língua em particular, refutamos a ideia de que existam categorias de língua que sejam universais, isto é, presentes em todos os idiomas. Entretanto, em todos se reconhece o princípio de unidade, permitindo-nos apontar aí o único aspecto universalizante da língua como semiótica: o fato de todas as línguas constituírem um sistema de signos. Mas há o outro lado da moeda, por onde o falante se apropria da língua para enunciar e o tradutor para traduzir: a língua como semântica.

Se é universal que todas as línguas, através de suas unidades semióticas, constituem sistemas de signos, também é verdadeiro que todas as línguas, através de suas unidades semânticas, constituem sistemas de expressão. Enquanto o sistema de signos coloca em jogo uma diferença de valores que só existe no seu interior e dá razão de ser à diversidade das línguas, não cabendo falar de uma universalidade de categorias de língua, o sistema de expressão coloca em jogo uma diferença de pontos de vista a partir das “‘mesmas’ necessidades de expressão” do pensamento (cf. supra, grifo nosso). Por essa razão, Benveniste se autoriza a falar de uma universalidade de *categorias de expressão*⁴³:

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem essas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem (*A linguagem* [1965], PLG II, p. 68).

Benveniste aprofunda sua reflexão trazendo como exemplo “duas categorias fundamentais do discurso aliás necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo”, onde o locutor se apropria do indicador “eu” e “realiza a cada vez” sua inserção “num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias” de modo que “a língua provê os falantes

⁴³ Também referidas por Benveniste como *categorias de discurso*.

de um mesmo sistema de referências pessoais que cada um se apropria pelo ato de linguagem” (*A linguagem* [1965], PLG II, p. 68-9).⁴⁴ Assim, os indicadores linguísticos que exprimem *pessoa e tempo* fazem parte do inventário de *formas* linguísticas “reveladoras da experiência subjetiva” (*A linguagem* [1965], PLG II, p. 70).

Da tese benvenistiana de que *pessoa e tempo* configuram categorias universais de discurso, conclui-se que todas as línguas produzem discursos “sobre”.⁴⁵ Nesse ponto, passamos da diversidade do signo – característica do modo *semiótico* – à universalidade do aparelho referencial – característica do modo *semântico*. De acordo com Benveniste, o discurso é, ao mesmo tempo, subjetivo e referencial (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 101); aliás, um aspecto só se concebe na consonância com o outro, de maneira que atribuímos ao discurso a condição primeira de ser sui-referencial. A questão da referência coloca em cena todo o aparelho conceitual da enunciação, desde a intersubjetividade – “a oposição do ‘eu’ ao ‘tu’” que “é uma estrutura de alocação pessoal” e a “oposição do sistema ‘eu/tu’ a ‘ele’” que “efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade do discurso sobre alguma coisa, sobre o mundo, sobre o que não é alocação” (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 101) – até o intencionado – “‘o que queremos dizer’ ou ‘o que temos no espírito’ ou ‘o nosso pensamento’” o qual “recebe forma da língua e na língua, que é o molde de toda a expressão possível” (*Categorias* [1958], PLG I, p. 69).

O intencionado é, assim, o *sentido* produzido no *semântico* que permite a entrada do homem na língua e, logo, do tradutor na tradução. Entrar na língua não significa outra coisa senão entrar na estrutura trinitária eu-tu/ele (cf. supra) pela qual o locutor, ou o locutor-tradutor, faz referência a si e ao mundo a partir de si. Isso significa que todas as línguas produzem discursos que são, a cada vez, únicos e irrepetíveis porque contêm uma referência que lhes é interna e que se define, simultaneamente, pela intersubjetividade e pela intencionalidade expressas na enunciação. Dessa maneira, acreditamos que não é senão pela possibilidade de conversão em discurso que a língua se torna o interpretante da sociedade. Em outras palavras, o que dá à língua o privilégio da universalidade é ser o único sistema

⁴⁴ Sem o saber, Hagège formula uma proposição simplificada, porém digna de atenção, da tese benvenistiana ao dizer que “todas as línguas são capazes de definir, além dos participantes da ação, as circunstâncias em que ela decorre” (1990, p. 53).

⁴⁵ Atinge-se aqui o que há de universal no sistema de expressão da língua: “A designação de si mesmo e dos outros no ato de interlocução é universal, quer a expressão utilizada seja um pronome pessoal, uma forma verbal ou qualquer outro meio. Se o homem possui a aptidão para comunicar, é porque um ‘eu’ diz ‘tu’ a uma outra pessoa, da qual recebe um ‘tu’ em resposta. Se existem universais, a sua explicação e finalidade residem, em conjunto, nas instâncias dialogais” (HAGÈGE, 1990, p. 62).

semiológico com dupla significância – semiótica e semântica⁴⁶. No caso da tradução, a língua-discurso-alvo se torna o interpretante da língua-discurso-fonte porque é um “discurso sobre” a língua-discurso-fonte o que configura a tradução como tal.

A relação entre o que é universal e o que é particular na linguagem não configura proposição central nem nos ensinamentos de Saussure e nem na reflexão de Benveniste, mesmo assim, a leitura que propusemos de seus pensamentos nas duas últimas seções deste capítulo viabiliza a formulação dos seguintes: a) há um universal próprio de cada modo de significação da língua: o do *semiótico* é constituir para todas as línguas um sistema de signos; o do *semântico* é constituir para todas as línguas um sistema de expressão, e b) para cada um há também um particular: o do *semiótico* é constituir para cada sistema de signos uma morfologia específica; o do *semântico* é constituir para cada sistema de expressão uma referência específica a cada instância de discurso.

É porque a tradução obrigatoriamente atravessa a língua que lhe toma emprestado o caráter universal, coisa que só se repete, pela mesma razão, na relação da língua com os sistemas de escrita alfabética (cf. HAINZENREDER, no prelo): língua, tradução e escrita alfabética compartilham as mesmas condições internas, a saber, a natureza dos signos e o tipo de funcionamento (cf. supra). As unidades linguísticas, gráficas e de tradução são diferenciais por natureza – e só por isso podem ser consideradas unidades em primeiro lugar – porque a relação que as une as confere função distintiva. Nesse sentido, seria possível pensar em uma semiologia da escrita única e exclusivamente porque ela é engendrada pela Semiologia da Língua, e o mesmo ocorre com a tradução. Do exposto até aqui, somos tentados a concluir que a universalidade da tradução é um reflexo da universalidade da língua. Isso sugere, em última análise, que para compreender o fenômeno da tradução faz-se fundamental estudar os aspectos da língua que lhe dão o privilégio da universalidade. É o que propomos a seguir.

⁴⁶ Na verdade, de acordo com a concepção de semiologia que vimos tratando neste trabalho, a língua seria o único sistema semiológico existente. Isso porque não trabalhamos com a hipótese de uma semiologia, mas de uma *semiologia linguística*, onde só há signo porque há unidade e esta se propaga em duas dimensões, a saber, a da língua como sistema de signos e a da língua como sistema de expressão. Com isso, refutamos a possibilidade de existência de um sistema de unidades semânticas que não admite, em nenhuma parte, unidades semióticas. Mas isso é assunto para outro trabalho.

Segundo Capítulo

A língua, ou o sistema semiológico, qualquer que seja, não é um barco no estaleiro, mas um barco lançado ao mar.

Ferdinand de Saussure

2 DA SIGNIFICÂNCIA DA LÍNGUA

A delimitação de uma semiologia linguística demonstra a necessidade de se tomar consciência da singularidade da língua dentre os objetos atribuídos a uma ciência dos signos. Essa é a condição para um fazer linguístico: conhecer seu objeto (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 46). Classificar a língua em relação a outros sistemas semiológicos é, para Benveniste, uma das maneiras de eleger para a Linguística um objeto bem definido no conjunto daquilo que Saussure entende por “fatos humanos” (CLG, p. 23). A partir daí, Benveniste desenvolve três tipos de relações que se pode estabelecer entre sistemas semiológicos: a homologia, o engendramento e a interpretância – é esta última que nos interessa⁴⁷.

Este capítulo tem por objetivo apresentar a maneira pela qual Benveniste pensou os modos de significação da língua. Para tanto, parte-se da tese benvenistiana da língua como interpretante da sociedade, através da qual, arriscamo-nos dizer, funda-se, em parte, sua semiologia linguística: não é senão sobre o esforço para justificar “o privilégio da universalidade” da língua relativo aos demais sistemas semiológicos que Benveniste lhe abre outra dimensão de significação. Para validar essa hipótese, é necessário prestar muita atenção ao seguinte:

Há dois modos de significância, **característica que parece não estar em nenhuma outra parte. Contrariamente ao que Saussure pensava**, essa é uma propriedade que coloca a língua **fora dos sistemas semiológicos**: 1) cada signo é constituído por uma relação de significante com significado. Nas **unidades de base**, a significância já está incluída: ela é constitutiva dessas unidades; 2) **essas unidades** são agrupadas; **só funcionam em conjunto. O princípio desse funcionamento é o segundo modo de significância.**

A significação é, na língua, organizada em dois níveis (*Aula 7* [1969], p. 122, grifos nossos).

Observa-se que a característica principal que destaca a língua do conjunto de sistemas semiológicos é justamente a propriedade de significar por duas vias distintas, a qual “coloca a língua *fora* dos sistemas semiológicos” (cf. *supra*, grifo nosso). Essa afirmação de Benveniste requer certo cuidado. O emprego de “fora” aqui deve ser interpretado a partir da noção de *destaque* introduzida no início deste parágrafo. Nesse caso, a dupla significância da língua, de fato, a desliga dos demais sistemas, uma vez que essa característica “parece não estar em

⁴⁷ A homologia e o engendramento não serão assunto destas páginas porque, para a compreensão do funcionamento significante da língua, tema deste capítulo, a partir das relações entre sistemas que Benveniste vislumbrou, a noção de interpretância é suficiente. De fato, nas *Últimas aulas do Collège de France* (2012) cujo título é “Semiologia”, Benveniste dá maior destaque à relação de interpretância em comparação com as outras duas possibilidades.

nenhuma outra parte”. Nossa leitura encontra apoio na passagem que serve de introdução à discussão desenvolvida na citação sob análise, onde Benveniste confessa: “Começo a duvidar que a língua pertença realmente à semiótica. Não seria ela somente o interpretante de todos os sistemas semióticos?” (*Aula 7* [1969], p. 121) – isso porque a significação da língua não deve limitar-se a sua articulação semiótica à medida que ela se organiza “em dois níveis”, a saber, o *semiótico* e o *semântico*.

Na visão de Benveniste, têm-se como “unidades de base” da língua as unidades semióticas, isto é, os signos, revestidos de significação; porém, “essas unidades” é que “são agrupadas”, postas em relação no funcionamento da língua, cuja condição é o “segundo modo de significância”, isto é, o *semântico*, o qual reorganiza a significância do signo, articulando-o em palavras no interior da frase. Desse modo, o *semântico* apresenta outra maneira de ser da unidade linguística. Estabelece-se, assim, o problema da significação na linguagem. Com isso, passamos ao tema das seções centrais deste capítulo: os modos de significação da língua a partir do projeto semiológico de Benveniste. Antes, porém, faz-se necessário esboçar algumas considerações iniciais.

Em primeiro lugar, lembramos que Benveniste justifica seu interesse pela significação devido a uma tendência de alguns colegas renomados (cf. BLOOMFIELD, 1933) em deixar esse difícil problema a parte da Linguística, designando-o, mais geralmente, à atenção da psicologia ou da filosofia. Com o intuito de começar a desenvolver as formas pelas quais a Linguística pode, de seu ponto de vista, debater o problema da significação, Benveniste adverte que os pesquisadores dessas áreas “não devem crer que um linguista, quando aborda estes problemas, possa se apoiar num consenso” e faz questão de dizer que suas reflexões são “pontos de vista que lhe são próprios” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 221). Essa ressalva é muito importante, pois esclarece que as ideias que buscaremos apresentar neste capítulo estão longe de constituírem descrições *stricto sensu* de fatos concretos que não admitem outras exposições. Trata-se, antes, do esboço das considerações de um linguista para quem à Linguística faltava relacionar questões que são suas por direito, ou ainda, por natureza, como a significação; o que apresentamos é um “esboço” porque também a nossa exposição das ideias desse linguista não é senão uma leitura, entre outras possíveis, de parte do conjunto de reflexões que referimos por teoria enunciativa, as quais, segundo o próprio Benveniste, “são proposições que, de resto, precisam ser discutidas, precisadas, estendidas, circunscritas em todos os domínios da linguística” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 240). De nossa parte, é rigorosamente esse o desafio que assumimos: discutir uma possível extensão das proposições de Benveniste referentes ao problema da significação de modo a

circunscrevê-las ao fenômeno tradutório como fato de linguagem, e, portanto, domínio linguístico. Nesse trajeto, esperamos precisar nossas hipóteses como pontos de vista que possam tornar-se reconhecidos pela comunidade linguística interessada nos Estudos da Tradução, bem como na atualidade dos estudos enunciativos, como possibilidades de leitura que abrem novos caminhos para o debate já iniciado sobre a viabilidade de um olhar benvenistiano para o fenômeno tradutório.

Em segundo lugar, é preciso deixar claro o que está posto no centro do problema da significação: a relação *forma* e *sentido* que constitui a noção de *unidade*. Lembramos que, para Benveniste, a unidade “está no centro da problemática que nos ocupa e nenhuma teoria [linguística] séria poderá se constituir se ela esquece ou se esquiva da questão da unidade” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 58). Portanto, antes de passar à caracterização de unidades específicas (semióticas e semânticas), gostaríamos de nos ocupar mais a fundo do que Benveniste compreende pela noção mesma de unidade. De acordo com Benveniste, as unidades “nos aparecem eternamente divididas, como ‘forma’ e ‘sentido [...]’” (*Aula 7* [1969], p. 119), entretanto, segundo o linguista, não raro o problema da significação é abordado pela Linguística apenas do ponto de vista da *forma*, talvez porque seus aspectos são “concretos, definidos e descritíveis” enquanto “as manifestações do *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 221, grifo do autor). Decorre daí o propósito do “segundo momento” da teoria benvenistiana, “o momento da distinção semiótico/semântico” (FLORES, 2013, p. 127): “situar e organizar estas noções gêmeas de sentido e de forma, e [...] analisar suas funções fora de qualquer pressuposto filosófico” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 221).

Dessa maneira, Benveniste inicia a difícil tarefa de definir *forma* e *sentido* nos moldes de uma Linguística geral e, ao fazê-lo, descreve sua importância para a linguagem:

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de locutores; e a forma é, do ponto de vista linguístico [...], ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído, ou o arranjo formal destes elementos ao nível linguístico [ao qual se refere] [...]. Opor a forma ao sentido é uma convenção banal e os próprios termos parecem assim usados; mas se nós tentarmos reinterpretar esta oposição no funcionamento da língua integrando-a e esclarecendo-a, ela retoma toda sua força e sua necessidade; vemos então que ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem. (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 222).

Dessa passagem, inferimos algumas características distintivas e, portanto, definidoras da relação entre a *forma* e o *sentido* “numa primeira aproximação”: a *forma* é, via de regra, a

parte material dos elementos linguísticos quando se desconsidera o *sentido* na análise; entretanto, a *forma* também pode designar o arranjo dos elementos da língua, nesse caso, revestidos de *sentido*. Apesar de distintas, essas não são noções opostas; opô-las é o erro em que caiu a linguística pré-saussuriana, “uma convenção banal”; são noções gêmeas, porque nascem juntas no “funcionamento da linguagem”; distinguem-se porque servem, cada qual, de maneira particular à significação; e merecem toda a atenção da Linguística porque são juntas “o ser mesmo da linguagem” e a Linguística é a ciência que estuda os fatos de linguagem.

Em terceiro lugar, é preciso atentar para o fato de que há mais de uma noção para os termos *forma* e *sentido* implicada na reflexão de Benveniste.

A primeira definição para a *forma* e o *sentido* que gostaríamos de salientar é proposta por Benveniste no estudo “da língua como sistema orgânico de signos linguísticos” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 127). Na verdade, nesse momento, Benveniste não está apenas preocupado com o funcionamento significante da língua, mas em “propor uma ordem ao mesmo tempo nos fenômenos estudados [fatos linguísticos] [...] e nos métodos de análise, para construir uma descrição coerente, organizada segundo os mesmos conceitos e os mesmos critérios” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 127). Em última instância, a intenção de Benveniste parece ser determinar um procedimento de análise que faça “justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter *discreto* dos seus elementos” de modo a tornar evidente “na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 127, grifos do autor). Sua investida não trata diretamente dos modos *semiótico* e *semântico* da língua, é verdade, visto que a significação não se faz claramente objeto dessa proposta; contudo, pensamos poder reconhecer nela características da unidade semiótica da língua e até mesmo certos critérios que a definem como tal.

Reconhecemos que o alcance dessa reflexão de Benveniste vai além do que acabamos de dizer, mas, em vista dos objetivos deste trabalho, ficaremos limitados ao que ela pode nos esclarecer sobre as noções de *forma* e *sentido* no interior da língua como sistema de signos linguísticos porque incidem, de certa maneira, sobre sua articulação semiótica. Além disso, é atestado pelo próprio Benveniste que sua proposta de uma Semiologia da Língua encontra apoio na sua descrição dos procedimentos de análise, a qual serve como origem da reflexão acerca da distinção *semiótico/semântico* (cf. FLORES, 2013, p. 128), objeto destas páginas.

No sistema dos signos da língua, a *forma* se define pela capacidade que a unidade tem de “dissociar-se em constituintes de nível inferior” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 135). Antes de prosseguir, faz-se importante compreender o que Benveniste entende por constituinte e nível, respectivamente: chama-se constituinte a unidade mínima significativa que se relaciona com

elementos de mesma ordem, “criando” unidades mais altas também significativas nas quais ela é reconhecida como distintiva; cada grupo de constituintes ocupa um nível da análise linguística, assim, cada nível expressa determinadas relações entre determinados elementos, isto é, unidades, às quais articulam a língua. Nesse sentido, o nível é a *relação* entre elementos de mesma ordem, por isso pode-se falar em nível fonemático (relação entre fonemas), nível merismático (relação entre merismas)⁴⁸ etc. Sendo o nível a expressão das relações que unem os elementos linguísticos e que, portanto, os definem como tal, Benveniste esclarece que “o nível é um operador” da análise (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 131).

O fato de a *forma* estar ligada à dissociação não deve fazer-nos compreendê-la como uma das *partes* da unidade; ela representa, pois, *seu conjunto de constituintes*, o qual “efetua-lhe a significação” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 132). Por exemplo, o fonema é um constituinte do significante porque compõe, com outros fonemas, a *forma* do significante, o qual, portanto, pode ser dissociado em fonemas – constituintes de nível inferior em relação ao significante. Nesses termos, cabe diferenciar a *forma* que é constitutiva do significante e o significante compreendido como *forma*: de um lado, o significante “decompõe-se em unidades fonemáticas que são de nível inferior; por outro, entra, a título de unidade significante e com outras unidades significantes, numa unidade de nível superior” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 131). O que não quer dizer, entretanto, que a *forma* do signo é o significante *per se* e nem que a *forma* do significante é o fonema *per se*: o significante está em uma relação constitutiva no interior do signo do mesmo modo que o fonema está em uma relação constitutiva no seu interior. Quem diz *forma* no interior da língua como sistema de signos diz *conjunto de constituintes*.

Entretanto, para que uma unidade linguística seja percebida como constituinte ela também deve preencher a função de integrante. Uma unidade da língua protagoniza uma relação constitutiva *se, e somente se*, estiver integrando uma unidade de nível superior – isto é, se sua relação com outros elementos de mesma ordem estiver “criando” uma unidade mais alta na qual ela é reconhecida como distintiva – de modo que a “capacidade de *integração* em um *nível superior* diz respeito ao *sentido*” da unidade (FLORES, 2013, p. 135, grifos do autor) sendo, por conseguinte, o que a define como tal:

Um signo [unidade semiótica] é materialmente função dos seus elementos constitutivos, mas o único meio de definir esses elementos como constitutivos consiste em identificá-los no interior de uma unidade determinada onde preenchem

⁴⁸ Benveniste propõe chamar de *merismas* os traços distintivos do fonema (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 129).

uma função *integrativa*. Uma unidade será reconhecida como distintiva num determinado nível se puder identificar-se como ‘parte integrante’ da unidade de nível superior, da qual se torna o *integrante* (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 133, grifos do autor).

Dizer que uma unidade *integra* outra é o mesmo que dizer que ela oferece significação à outra. Ser integrante e ser significativo é a mesma coisa. O significante integra o signo à medida que significa, tem um sentido. De maneira semelhante, um fonema só pode ser assim chamado à medida que integra um significante, isto é, um conjunto de fonemas, no qual é reconhecido como distintivo. Assim, na língua organizada em signos “a dissociação leva-nos à constituição formal” e “a integração leva-nos às unidades significantes” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 135).

A segunda definição para a *forma* e o *sentido* que gostaríamos de trazer à reflexão é tratada por Benveniste como uma noção global. Além da língua como sistema de signos, onde os elementos se definem por uma relação paradigmática que aceita a dissociação das unidades, há outra maneira de perceber a relação *forma/sentido* na qual não interessa mais nem o signo e nem a palavra, mas a *enunciação*, isto é, a produção de discurso. A noção de *forma* aqui não se relaciona a noção de nível. A enunciação não é um nível da análise linguística nos termos que Benveniste propõe. Ela não expressa a relação entre determinados termos de mesma ordem. Por essa razão, Flores sugere que “a enunciação é transversal à língua” à medida que “ela não se encerra em um único compartimento; logo, está em todos os níveis” (2013, p. 155). Não se pode, por exemplo, integrar algo como uma frase em algo como um discurso porque são noções que, no universo da enunciação, se confundem uma à outra, tendo como característica primordial o fato de serem criações indefinidas e invariáveis. Podemos vislumbrar um inventário das unidades da língua como sistema de signos, mas não podemos sequer cogitar um inventário das suas unidades como sistema de expressão.

Seguindo a mesma lógica, se a partir da língua organizada em signos a Linguística pode conceber o *sentido* “pela possibilidade de ser integrante”, a partir da língua como sistema de expressão tem-se outra noção de *sentido*, o qual se define, por sua vez, “pela possibilidade de ser resposta à pergunta ‘qual é o sentido?’” (FLORES, 2013, p. 135). Nessa última, “‘sentido’ se toma numa acepção completamente diferente” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 136) que coloca em jogo a noção benvenistiana de *referência*, uma qualificação da situação de enunciação, cujo *sentido* é totalmente imprevisível. Em última instância, essa abordagem que propomos da reflexão de Benveniste, acerca da segunda definição de *forma* e *sentido*,

visa privilegiar “as operações inter-relacionais das palavras no enunciado para expressar um sentido em uma dada situação enunciativa” (FLORES, 2013, p. 128-129).

Em vias de conclusão, é necessário esclarecer que qualquer relação entre a noção analítica e a noção global de *forma e sentido* e as articulações semiótica e semântica da língua, respectivamente, é uma leitura que nos autorizamos a fazer à medida que nos permitimos relacionar às reflexões de Benveniste sobre a descrição e classificação dos procedimentos da análise às suas reflexões sobre a Semiologia da Língua, na qual as noções de *forma e sentido* são, de fato, reelaboradas e resignificadas a partir do ponto de vista da linguagem em funcionamento e não da linguagem como objeto de análise.

2.1 A LÍNGUA COMO INTERPRETANTE DA SOCIEDADE

É porque o mundo, tal como o compreendemos e o interpretamos, não é senão feito de “signos” – isto é, “*coisas que significam, que têm um sentido*” (Primeira aula [1968], p. 92, grifos do autor) – que se torna possível reconhecer na sociedade variados sistemas desse tipo e estabelecer entre eles relações de natureza semiológica. Isso foi atestado tanto por Saussure quanto por Benveniste. O primeiro, porém, limitou-se a dizer que dentre os sistemas de “signos” que constituem a sociedade, a língua é o principal; já o segundo, não por acaso, tratou de compreender a razão de ser dessa principalidade.

A primeira contribuição de Benveniste para a qual chamaremos a atenção foi perceber que “a língua é não apenas *feita* de signos, mas também *produtora* de signos”, isto é, seus signos são articulados por um princípio que lhes é interno, portanto, têm a propriedade de estabelecer relações de significância de modo a formar novas unidades (Aula 3 [1968], p. 101, grifos nossos). Além da sua capacidade de se compor em uma unidade de nível superior e de se decompor em constituintes formais – e, talvez, exatamente por isso – o signo linguístico constitui um sistema capaz de gerar outros sistemas de ordem semiótica, dos quais se tornam imediatamente o interpretante (Aula 3 [1968], p. 101). Isso implica a segunda contribuição que explicitaremos na tese benvenistiana: “a principal diferença entre a língua e os ‘sistemas semióticos’⁴⁹ é que *nenhum sistema semiótico é capaz de se tomar, ele próprio, como objeto,*

⁴⁹ Gostaríamos de chamar a atenção para o emprego do artigo “os” antes de “sistemas semióticos” e para o emprego de aspas nesse último. Ao afirmar que há uma diferença entre a língua e *os* (e não *outros*) sistemas semióticos, Benveniste parece refutar, nesse momento, a ideia de língua como um sistema semiótico. Não deixa de ser paradoxal: de um lado, a língua é um sistema de signos que contém uma semiótica, mas não pode ser definida apenas como um sistema semiótico; por outro lado, o emprego de aspas coloca em dúvida o caráter estritamente semiótico dos sistemas que estão sendo comparados com a língua. Caberia aqui, mais do que em qualquer outra parte, buscar compreender o que Benveniste entende por *sistema semiótico*.

nem de se descrever em seus próprios termos” (*Aula 7* [1969], p. 120, sublinhas nossas). Importantes considerações são necessárias a partir dessa última.

Antes de qualquer coisa, é preciso compreender o que significa a língua tomar-se, ela própria, como objeto. Nesse ponto, não poderíamos explicá-lo melhor do que Benveniste:

Nada pode ser compreendido – é preciso se convencer disto – que não tenha sido reduzido à língua. Por consequência, a língua é necessariamente o instrumento próprio para descrever, para conceitualizar, para interpretar tanto a natureza quanto a experiência, portanto este composto de natureza e de experiência que se chama *sociedade*. É graças a este poder de transmutação da experiência em signos e de redução categorial que a língua pode tomar com objeto qualquer ordem de dados e até a sua própria natureza. *Há uma metalinguagem, não há uma metassociedade* (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 99-100, grifos nossos).

Todas as coisas que significam, que têm um sentido, só podem ser assim compreendidas porque são atravessadas pela língua. É com a língua que descrevemos o pensamento, o mundo, a experiência; é com a língua que conceituamos as coisas do mundo; é com a língua que interpretamos *tudo*, inclusive, a própria língua. A língua pode, enfim, tomar-se a si própria como objeto porque usamos a língua para falar da língua, como a usamos para falar de todas as coisas de quê se compõe a sociedade. E quando dizemos *falar*, queremos dizer também experienciar, ou, nas palavras de Benveniste, “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 222, grifo do autor). É por essa mesma razão que a língua pode se descrever em seus próprios termos, ou seja, através de signos linguísticos, enquanto a sociedade dispõe de certos “sistemas semióticos” que não possuem unidades de base significante, necessitando receber também sua descrição dos signos da língua: as únicas unidades semióticas que constituem um sistema que significa por ele mesmo, e que são suscetíveis de “modificar-se de alguma maneira (significante ou significado) em um ‘contexto’” (*Aula 7* [1969], p. 119). Benveniste refere-se a uma “MODELAGEM SEMIÓTICA” pela qual a língua se organiza enquanto semiótica e “dá ideia do que é uma função de signo”: conferir “a outros conjuntos a qualidade de sistemas significantes informando-os da relação de signo” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 63-64, grifos do autor). De acordo com o linguista, a razão de ser dessa propriedade modeladora está no fato de que

- 1.º ela [a língua] se manifesta pela enunciação, que contém referência a uma situação dada; falar, é sempre falar-de;
- 2.º ela consiste formalmente de unidades distintas, sendo que cada uma é um signo;
- 3.º ela é produzida e recebida nos mesmos valores de referência por todos os membros de uma comunidade;
- 4.º ela é a única atualização da comunicação intersubjetiva (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 63).

Os quatro aspectos supracitados explicam a preeminência da língua enquanto sistema significante, por onde ela é semiológica “simultaneamente na sua estrutura e no seu funcionamento” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 63). Somente a língua está organizada em unidades significantes que se organizam, elas mesmas, de maneira significante, sendo esse o princípio que articula a significação linguística (*Aula 7* [1969], p. 119). Tal princípio não se encontra em nenhum outro sistema dito semiológico. Com isso, Benveniste conclui que “a língua é o interpretante da sociedade” (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 97). Mas o que quer dizer interpretante? De acordo com o linguista, da relação entre sistemas semiológicos deve ser possível determinar, para cada um, suas condições semióticas para se autointerpretar (sistema interpretante) ou sua necessidade de receber interpretação de outro sistema (sistema interpretado). À relação entre um sistema interpretante e um sistema interpretado, Benveniste chamou de “relação de interpretância” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 62) ou “relação de interpretação” (*Aula 5* [1969], p. 109). Uma das principais características dessa relação é o fato de o sistema interpretante reter a capacidade de registrar, designar e orientar mudanças no sistema interpretado. Assim, dizer que a língua é o interpretante é o mesmo que dizer que todos os sistemas semiológicos que constituem a sociedade são obrigatoriamente interpretados pela língua, essa é a sua condição; só podem ser assim considerados porque, antes de tudo, a língua os semiotiza, sendo, portanto, o critério da sociedade – só é social o que a língua denomina (*Aula 5* [1969], p. 112). Além disso, via de regra, sistema interpretante e sistema interpretado não são mutuamente conversíveis: “se se convencionou designar por *S* o conjunto desses sistemas [semiológicos que encontramos na sociedade] e por *L* a língua, a conversão se faz sempre no sentido $S \rightarrow L$, nunca o inverso” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 55)⁵⁰.

A relação de interpretância se faz importante para nós porque é a relação semiótica que se estabelece, obrigatoriamente, entre a língua e qualquer sistema de ordem semiológica, linguístico ou não, e nosso objeto contém a relação entre dois sistemas desse tipo. Ainda que a tradução como prática não atue diretamente sobre a significação no nível dos sistemas, o fenômeno tradutório – que é nosso objeto – é um fato de linguagem que envolve rigorosamente a relação entre duas línguas distintas em que uma delas protagoniza uma modelagem semiótica, informando a outra de uma *nova* relação de signo. Os limites e condições da relação de interpretância entre a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo

⁵⁰ Há exceções no caso de sistemas de mesmo tipo ou natureza. Voltaremos nisso mais a frente.

serão apresentados no próximo capítulo. Por ora, é suficiente compreender o lugar da língua dentro da proposta de Benveniste.

Tem-se, então, que a situação privilegiada da língua decorre da sua particularidade de significar por ela mesma e, segundo Benveniste, tal particularidade só pode ser explicada por um princípio semiológico. Daí a investida benvenistiana de descrever para a língua uma semiologia específica, que explicita o que ela tem de particular: ser constituída de uma “DUPLA SIGNIFICÂNCIA”, combinando “dois modos distintos de significação, que denominamos modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro”⁵¹ (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 64). Junto à abertura da dimensão semântica da língua como uma propriedade de seu funcionamento significante, Benveniste faz revelar também o que a condiciona como interpretante: é porque a língua “está investida de *propriedades semânticas* e porque funciona como uma máquina de *produzir sentido*” sendo, por essa razão, o “instrumento de *comunicação* que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade”, que ela ocupa a posição de interpretante; e acrescenta:

E aqui estamos no âmago do problema. A língua permite a produção indefinida de mensagens em variedades ilimitadas. Esta propriedade única deve-se à estrutura da língua que é composta de signos, de unidades de sentido, numerosas mas sempre em número finito, que entram em combinações regidas por um código e que permitem um número de enunciações que ultrapassa qualquer cálculo, e que o ultrapassa necessariamente cada vez mais, uma vez que o efetivo dos signos vai sempre aumentando e que as possibilidades de utilização dos signos e de combinação destes signos aumentam em consequência (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 99).

O *signo*, a unidade de base da língua, é que é dotado de significância, entretanto, é sua *forma* articulada em *palavra* que permite ser empregada em mensagens de “variedades ilimitadas”, nas quais ela se organiza de maneira significante numa estrutura sintagmática que o signo *em si* jamais poderia prever. É a partir dessa propriedade de arranjar os “signos” de maneira significante que a língua semiotiza a sociedade a todo instante.

Ao falar de cultura, por exemplo, Benveniste mostra que tudo o que é cultural deriva da articulação entre valores “que se imprimem na língua” os quais são muito difíceis de “trazer à luz” porque “a língua não se transforma automaticamente à medida que a cultura se transforma”, porém, “é justamente isso o que faz o leque semântico”, o que quer dizer que a cultura se estratifica e deixa “seu traço nos diferentes empregos [linguísticos] possíveis”,

⁵¹ Benveniste anexa a essa afirmação uma nota cuja reprodução, mesmo que parcial, faz-se pertinente: “[...] Teríamos preferido escolher, para ressaltar esta distinção, termos menos parecidos entre eles [...], uma vez que um e outro assumem aqui um sentido técnico. É indispensável, entretanto, que um e outro evoquem a noção de *sema* à qual os dois se ligam, ainda que diferentemente” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 64).

sendo o emprego da língua uma propriedade do modo *semântico* de significação (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 22), tem-se, mais uma vez, que são as propriedades semânticas da língua que permitem a modelagem semiótica de que fala Benveniste. Nossa conclusão ainda encontra suporte na ideia benvenistiana de que no trabalho de identificação, composição e classificação dos elementos de uma cultura “ver-se-ia, então, que há como uma semântica que atravessa todos estes elementos de cultura e que os organiza” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 25). Ainda de acordo com o linguista, “se a língua pode ser um interpretante geral, é porque não é apenas um sistema no qual manejamos signos [unidade semiótica]. Trata-se do único sistema no qual podemos formar frases” (*Primeira aula* [1969], p. 191) – unidade semântica, como veremos a seguir. Mais do que isso, Benveniste sugere que essa faculdade é uma decorrência da propriedade metalinguística, a qual o linguista chama de “segundo nível de enunciação” em relação ao primeiro, que é o *semântico* (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 66). Contudo, a unidade semântica não é outra coisa senão outro modo de articular-se da unidade semiótica. Para quem pretende comprovar a viabilidade de uma semiologia linguística da tradução – isto é, comprovar que a tradução, por ser um fato de linguagem observado entre línguas, também se torna significativa através de um jogo entre unidades semiológicas – não nos parece restar outra saída a não ser entrar a fundo no “âmago do problema”.

2.2 O MODO SEMIÓTICO DE SIGNIFICAÇÃO

Como explicitamos em momentos anteriores, o conceito de *semiótico*, principalmente sua relação direta com a noção de *semiológico* emprestada de Saussure, ainda que este nunca tenha sugerido tal relação, é algo complicado de se apreender na teoria benvenistiana. De fato, o termo *Semiologia* empregado por Saussure é hoje considerado, por muitos, como sinônimo de *Semiótica*, uma ciência geral para os signos, a qual estuda os fenômenos de significação de maneira *geral*, isto é, não apenas aqueles circunscritos à língua. Essa visão crê numa generalização da noção de signo, onde todas as unidades que podem ser encontradas nos sistemas ditos semióticos (a música e as artes plásticas, ou ainda os gestos de cortesia, para citar alguns lembrados por Benveniste e Saussure, respectivamente) são consideradas signos.

Nossa convicção é de que a grande novidade benvenistiana foi colocar em xeque essa crença ao perguntar se “pode-se reduzir a unidades todos os sistemas semióticos” e se “estas unidades, nos sistemas onde elas existem, são SIGNOS” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 58, grifo do autor). Em uma longa reflexão, cujo objetivo é definir para a noção de *unidade* e para

a noção de *signo* características distintas, Benveniste conclui que “os sistemas fundados sobre unidades dividem-se entre sistemas com unidades significantes [as línguas] e sistemas com unidades não significantes [os demais]”⁵² (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 59), de modo que o som da linguagem musical, por exemplo, é uma unidade porque é identificável, discernível, mas não é um signo, porque não significa por si mesmo, isto é, não é dotado de significância – e o que define um signo é sua *propriedade* significante. Assim como reconhecemos e identificamos o movimento da mão que aponta para um assento convidando alguém a sentar-se, mas isso não quer dizer que algo da significação de tal gesto preexistia a sua realização. Podemos pensar no gesto como uma unidade, mas não como um signo. Tendo em mente esse debate, tentaremos responder o questionamento a que se coloca Benveniste: pode-se reduzir a unidades todos os sistemas semióticos? Provavelmente, sim; estas unidades, nos sistemas onde elas existem, são signos? Temos achado cada vez mais difícil de acreditá-lo. O próprio Benveniste reconhece uma aparente faculdade semiótica comum “a todos os comportamentos que se institucionalizam na vida social”, mas vê neles no máximo alguma *semelhança* com o signo linguístico, supondo que para cada conjunto se tenha um sistema distinto que “em sua maior parte, resta ainda por estudar” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 228).

Se somente as línguas são capazes de interpretar a si e a outros sistemas, e isso se dá à medida que suas unidades são significantes, isto é, significam por elas mesmas, e são, por essa razão, chamadas de *signos*, e o signo é a unidade semiótica autêntica – o que confere a um sistema de unidades o caráter semiológico – não nos parece absurdo sugerir que a noção de *semiótico* com a qual Benveniste trabalha é uma noção estritamente linguística. Nas palavras do próprio: “[...] a língua é a organização semiótica por excelência. **Ela dá a ideia do que é uma função de signo, e ela é a única a oferecer desta função a fórmula exemplar**” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 63-64, grifos nossos).

Assim esclarecida a maneira como lemos o termo *semiótico* empregado na *Semiologia da Língua* proposta por Benveniste, podemos passar com segurança à caracterização deste modo específico de significação, a começar pela delimitação de suas unidades.

2.2.1 A unidade semiótica

⁵² Benveniste não chega a admitir que *somente* as línguas constituem sistemas com unidades significantes, mas deixa claro que somente um sistema contendo unidades de base significante é capaz de interpretar a si e a outros sistemas – *status* que claramente atribui exclusivamente às línguas. Diante disso, é sem temeridade que nos entremetemos na citação do linguista.

Sem voltar ao mérito da questão colocada na seção anterior sobre o estatuto das unidades de sistemas não linguísticos, a partir de agora trataremos do signo na sua acepção puramente linguística. Tomamos, em primeiro lugar, o signo como a unidade de base de todo o sistema que é significante; em segundo lugar, tomamos a língua como o sistema significante por excelência. Trataremos de apresentar as características e funções do signo linguístico a partir das reflexões de Benveniste, as quais, como veremos, encontram-se, até certo ponto, apoiadas nas ideias de Saussure, para quem “o problema linguístico é, antes de tudo, semiológico” (CLG, p. 25).

Quando dizemos que os signos linguísticos significam por eles mesmos, atestamos, em última análise, que a natureza da língua é de tal maneira ímpar que seus elementos significam apenas no seu interior (*Aula 2* [1968], p. 98, grifo nosso). O signo linguístico *não existe* fora do sistema. Não é correto supor que um “mesmo” signo incorpora significados diferentes em línguas distintas: o verbo português “aceitar” [asejt’ar] (consentir, estar de acordo) não é o mesmo signo do verbo espanhol “aceitar” [aæjt’ar] (azeitar, lubrificar) somente em razão de sua significação; a menor diferença no conjunto de constituintes formais da estrutura fonemática do termo informa um signo novo, único, que só tem existência na sua relação com os outros signos do sistema que constitui, porque representa uma unidade “constante” e “portadora de significação” (*Aula 7* [1969], p. 122), ou, nas palavras de Saussure, “cada termo linguístico é um pequeno membro, um *articulus*, [...] em que um som se torna o signo [significante] de uma ideia [significado]” (CLG, p. 131, grifo do autor).

Este é o principal ponto no qual gostaríamos de tocar: a unidade semiótica é uma unidade de significação (*Aula 7* [1969], p. 121): “não podemos descer abaixo do signo sem perder a significação” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 225). Um signo é reconhecido, em primeiro lugar, por “seu ser-diferente”, pela “alteridade diante de outros termos do sistema” como “condição do funcionamento desse sistema” – o que está atestado na tese saussuriana de que um signo é o que os outros não são (cf. SAUSSURE, 1995) – e, em segundo lugar, pela “sua relação com a ‘coisa representada’, relação inteiramente convencional, ‘arbitrária’” (*Aula 4* [1969], p. 105) – princípio que, de acordo com a leitura que Benveniste faz de Saussure, “governaria o conjunto dos sistemas de expressão e nesse sentido a língua” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 50). Esses são os princípios de articulação e distribuição dos termos da língua, e é graças a esses princípios significantes que as unidades semióticas podem “formar conjuntos que constituem novas unidades”, “funcionar como ‘palavras’ de uma ‘frase’” e “comportar-se como homófonos ou como sinônimos” (*Aula 7* [1969], p. 119). O primeiro princípio pode ser resumido da seguinte maneira:

Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identifica-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 228).

Para a delimitação dos limites dos dois modos de significação que atribui à língua, Benveniste reforça a todo instante que “o signo tem sempre e somente valor genérico e conceptual” de maneira que “ele não admite significado particular ou ocasional” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 228), mas apenas diferencial. O que faz pensar a questão da binaridade do signo, propriedade semiológica de mais alto grau. As oposições de que fala Benveniste, próprias da faculdade semiótica do sistema, são obrigatoriamente de tipo binário (um significado/um significante). É justamente a não-binaridade das unidades o que compromete o caráter semiológico de um sistema. Assim, a binaridade do signo se apresenta a Benveniste como a “característica semiológica por excelência” na qual “os signos se dispõem sempre e somente em uma relação dita paradigmática” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 228).

O segundo princípio deve ser lido com ressalva. Ainda que a arbitrariedade seja uma característica do signo, não é tarefa da Linguística ocupar-se da relação do signo com a coisa representada; a relação da língua com as substâncias que designa no mundo não é objeto da Linguística. Conforme buscamos explicitar de diversas formas ao longo deste trabalho, ancorados nas reflexões de Benveniste, as características semiológicas da língua são princípios *internos*, isto é, dizem respeito a sua estrutura e funcionamento internos. Do contrário, sairíamos dos fatos de linguagem – objeto da Linguística propriamente dita – para entrar no campo da filosofia da linguagem – a qual, entre outros assuntos, trata da relação da linguagem com o mundo – cujos limites, cremos, se estão ainda por definir.

Todo esse conjunto de características que apresentamos da unidade semiótica reflete o papel do signo: *representar* ou “tomar o lugar de outra coisa evocando-a a título de substituto” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 51). A representação é uma função semiológica por natureza: ela evoca a imagem de algo que *é*, que significa, que tem um sentido. Para compreender a natureza semiótica da língua, buscamos apresentar uma síntese das ideias que Benveniste faz da noção linguística de signo, chamando a atenção para seu modo de articulação por diferença e oposição, que é interno à língua, e para a sua função representativa, dada pela sua essência significante. Sobre sua constituição, resta ainda definir

de que natureza são seus *constituíntes formais* e de que noção de *sentido* se fala quando se aborda o signo no sistema linguístico.

2.2.2 A forma no semiótico

Benveniste apoia-se em Saussure para afirmar que a unidade semiótica é o signo, e que este é composto de uma relação entre um significante e um significado:

Uma das teses mais importantes de Saussure é que a língua é um dos ramos de uma semiologia geral. Isto foi o infortúnio e será a glória de Saussure, ter descoberto o princípio da semiologia meio século antes de seu tempo. Tratando do signo linguístico, ele abriu o caminho para uma descrição das unidades semióticas: estas devem ser caracterizadas pelo duplo ponto de vista da forma e do sentido, já que o signo, unidade bilateral por natureza, se apresenta por sua vez como significante e como significado (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 225).

Como se nota, Benveniste credits Saussure pela “descoberta” do princípio semiológico geral: sistemas de relações de oposição e diferença que fazem unidades de significância, isto é, signos. De acordo com Benveniste, o signo é esta “unidade bilateral por natureza”, apresentando-se como significante e como significado, onde este apresenta o signo do ponto de vista do *sentido* e aquele o faz do ponto de vista da *forma*. Benveniste é claro ao dizer que o significante é “o aspecto formal da entidade chamada signo” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 225); é a partir dessa definição que o linguista passa à exposição dos caracteres do significante. Segundo Benveniste, entende-se por significante a “forma sonora que condiciona e determina o significado”⁵³ (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 225). Essa assertiva abre espaço para outras duas: a) o significante não é qualquer som produzido pelo aparelho vocal, trata-se de um som da língua que é condicionante e determinante de um conceito, de maneira que, em matéria de língua, b) dá-se *forma* ao *sentido*, e não o contrário, como se poderia supor.

Há o nível do “puro som”, o qual Benveniste entende como sendo o “nível não significante” da linguagem e, por essa razão, não interessa à análise; para o linguista, o que se aborda em matéria de linguística é este “nível superior” no qual se identificam elementos que são “os significantes ou porções de significantes” e, por essa razão, configuram os “termos constitutivos do jogo” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 17). O nível não significante de que

⁵³ Benveniste também denomina o significante de “imagem acústica” – a exemplo de Saussure – por ser “a tradução fônica de um conceito” (*Natureza* [1939], PLG I, p. 56). Para uma análise da noção saussuriana do significante como *forma*, ver HAINZENREDER (no prelo).

fala Benveniste é o “nível dos fonemas” – objeto de ocupação dos foneticistas e não dos linguistas – o qual ultrapassa a “análise semiótica” que deve limitar-se ao “nível da estrutura fonemática do significante” – ou simplesmente “nível fonemático”. Dessa maneira, tem-se, de um lado, a tarefa do foneticista de identificar os fonemas que fazem parte do “inventário da língua” e, de outro, a tarefa do linguista de identificar os fonemas que “caracterizam a estrutura formal do significante e preenchem uma função distintiva no interior desta estrutura” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 225). Em outras palavras, a análise fonética considera o fonema isolado enquanto que a análise semiótica considera o fonema sempre em relação; a primeira escapa à noção de sistema enquanto que para a segunda ela é fundamental. Assim, a análise semiótica se dá no “plano dos componentes formais do significante” e dela pode-se obter esquemas que ilustram a estrutura de um idioma determinado (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 226) à medida que o significante explicita as referências intralinguísticas (ou a *realidade da língua*, para usar uma expressão de Benveniste⁵⁴) informando a organização formal da língua.

Quem diz significante diz *estrutura formal do significante*, ou, para usar a terminologia que empregamos no início deste capítulo, *conjunto de constituintes formais do significante*, o que pode ser compreendido pela relação entre fonemas que se estabelece no interior do signo onde cada elemento da estrutura fonemática oferece uma função distintiva e, portanto, significativa, ou seja, tem um valor. O significante é a face “incorporante” (*Natureza* [1939], PLG I, p. 56) do signo, a que coloca em relação elementos formais que configuram sua estrutura, a qual incorpora imediatamente um *sentido* que lhe dá o status de semiológico. Assim sendo, a *forma* semiótica estrutura-se no nível fonemático do significante no qual se reconhecem e se distinguem os fonemas que a caracterizam como tal, sendo, portanto, relativa a uma figura vocal incorporante de um *sentido* que se dá com ela – mas, afinal, o que significa dizer que o signo incorpora um *sentido*?

2.2.3 O sentido no semiótico

Se o significante é o aspeto incorporante do signo, o *significado*⁵⁵ é seu aspecto incorporado. Se dissemos anteriormente que a *forma* incorpora um *sentido*, então o significado é o *sentido* incorporado no modo *semiótico*, ou seja, no domínio do signo

⁵⁴ O linguista usa essa expressão para se referir às unidades semióticas em pelo menos dois textos – *Categorias de língua e categorias de pensamento* (1958, p. 68) e *A forma e o sentido na linguagem* (1967, p. 230).

⁵⁵ Doravante o termo *significado* deve ser lido como a contraparte do significante.

linguístico. Para descrever o papel do significado nas relações interiores ao sistema das línguas, é preciso compreender o que faz parte do domínio do *sentido*. De fato, fazer semiologia implica tomar o signo sob o ponto de vista do *sentido*, não que a *forma* não cumpra um papel na organização e definição mesma dos sistemas ou que esse papel seja menos importante, o caso é que todo sistema semiológico o é porque *significa*, toda *forma* semiológica o é porque *significa*, e “significar é ter um sentido, nada mais” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 227). O fato é de tal modo verdadeiro que, apesar de Benveniste desenvolver uma teoria sobre a *forma* e o *sentido* na linguagem como noções intrínsecas, em dado momento o linguista reduz a distinção *semiótico/semântico* ao *sentido*: “de fato há dois domínios ou duas modalidades de sentido, que distingo respectivamente como semiótico e semântico” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 21). Nesses moldes, o domínio do *sentido* se limita às funções internas da língua:

A apropriação da linguagem pelo homem é a apropriação da linguagem pelo conjunto de dados que se considera que ela traduz, a apropriação da língua por todas as conquistas intelectuais que o manejo da língua permite. É algo de fundamental: o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo. Muito bem! Tudo isso é o domínio do “sentido” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 21).

Benveniste atribui aspas ao termo *sentido* porque a tese que irá formular possibilita duas acepções, completamente diferentes, desse mesmo termo. Não poderia, o linguista da enunciação, referir-se ao *sentido* semiótico como aquilo que comumente entendemos pelo termo: não é a ideia, a interpretação, tampouco o significado substancial – não podemos esquecer que a díade significado/significante proposta por Saussure, e assim tomada por Benveniste, expressa dois tempos distintos: o signo *é* significante no momento exato em que *foi* significado. Não é conveniente assumir que o significado “expressa” o *sentido* semiótico porque essa escolha poderia facilmente levar o leitor a crer que se trata de algo que pode ser descrito, quando, muito pelo contrário, dizer que o signo foi significado é dizer apenas que ele é reconhecido como significante. Nas palavras de Benveniste,

o que o signo significa não dá pra ser definido. Para que um signo exista, é suficiente e necessário que ele seja aceito e que se relacione de uma maneira ou de outra com os demais signos. A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se, ; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também. “Chapéu” existe? Sim. “Chaméu” existe? Não (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 227).

O *sentido* do signo não é a ideia que ele evoca, é antes o fato de que ele evoca uma ideia e nada mais. Nessa acepção, o *sentido* não é uma ideia *x* ou *y*; é uma condição, a qual oferece status linguístico às unidades. É porque se trata de um domínio que é “fechado sobre si mesmo e contido de algum modo em si mesmo” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 21) que cabe a ele processar a dinâmica da língua, criando novas unidades e refazendo-a também de algum modo sobre ela mesma. Por essa razão, pode-se enunciar para o *sentido* do signo o mesmo princípio que Benveniste enuncia para todo o domínio *semiótico*: “tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua” – *interior* porque o signo “está na língua”; *uso* porque “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 227). É uma “noção coerente” que opera “unicamente no interior da língua”, onde “é reconhecido o que tem um sentido; [...] Isto se define por sim, não” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 21) e “este *sim* ou *não* só pode ser pronunciado por aqueles que manuseiam a língua, aqueles para os quais esta língua é *a língua* e nada mais” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 227, grifos do autor). Na “língua organizada em signos, o sentido de uma unidade é o fato de que ela tem um sentido, de que é significante”, propriedade dada, conforme explicitado no início deste capítulo, pela capacidade de integrar e constituir uma unidade de nível superior “distintiva” e “opositiva” cujo “‘sentido’ é implícito, inerente ao sistema linguístico e às suas partes” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 136-137).

Que os signos da língua significam somente no seu interior é um princípio semiótico já evidenciado neste trabalho, mas que, para nossos propósitos, vale recordar: “A significação somente funciona no interior de um único sistema sobre um domínio definido. De outra forma, ela seria inútil e perturbadora” (*Aula 4* [1969], p. 106). Isso quer dizer que o *sentido* semiótico é dado por um princípio de articulação segundo um código particular a uma língua determinada na qual cada signo compreende uma unidade isolada, portanto, como já dito, o valor de um signo é sempre “genérico e conceptual”; ou seja, é o sistema linguístico que define o que tem valor do que não tem, à medida que delimita suas unidades através de uma rede de relações opositivas, permitindo que possam ser identificadas, inclusive, no uso da língua. Se começamos a descrever a *forma* e o *sentido* no *semiótico* aproximando as reflexões de Benveniste aos fundamentos saussurianos, julgamos pertinente encerrar nos mesmos moldes. De acordo com Flores, “a noção de sentido do signo [...] é, sem dúvida, tributária de Saussure. No entanto, Benveniste parece sinalizar em outra direção. Sua noção de signo já inclui a noção de uso feito pelos falantes” de modo que “o sentido do signo [...] é definido

como o uso que os falantes fazem dele, uso este reconhecido intralinguisticamente” (2013, p. 139-140) – a essa última assertiva oferecemos a seguinte reformulação: o *sentido* do signo é definido pelo uso (sim) ou desuso (não) que os falantes fazem dele.

2.3 O MODO SEMÂNTICO DE SIGNIFICAÇÃO

A melhor maneira de compreender o *semântico* é opô-lo ao *semiótico*. Na introdução às *Últimas aulas*, Coquet e Fenoglio explicam que enquanto “o semiótico parte necessariamente de um material linguístico *dado*, inventariável” e “acabado”, o *semântico* “se funda no ato da enunciação e, portanto, ‘nas frases produzidas (não dadas), em número infinito (não finito) e em variação e transformação constantes (não inventariáveis)’” (2012, p. 78, grifo dos autores). O material linguístico dado, inventariável e acabado de que falam os autores é, sem dúvida, o signo saussuriano, o qual representa a maneira pela qual a língua significa “enquanto conjunto de signos”, unidades que, conforme explicitamos, “são suscetíveis de serem reconhecidas” pelos falantes de uma língua em comum; já a frase representa a forma pela qual a língua significa “enquanto agrupamento de signos portador de significação”, o qual possibilita a “construção de enunciados significantes por meio de signos” que são, nesse domínio, *compreendidos*, de modo que “‘reconhecer’ e ‘compreender’ dirigem-se a centros fisiológicos absolutamente diferentes” (*Aula 15* [1969], p. 182): a faculdade de “perceber a identidade entre o anterior e o atual, de uma parte, e a de perceber a significação de uma enunciação nova, de outra” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 66). De um lado, tem-se uma estrutura formal reconhecida pela noção de língua como sistema significante (semiótico) no qual as formas se opõem e se distinguem em inventários fechados cujo *sentido* é uma condição, de outro, tem-se a língua como formadora de frases (semântico) compreendidas em enunciações cujo *sentido* é uma produção.

Segundo Benveniste, de um modo de significação a outro a mudança de perspectiva é radical:

a semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra aplicações particulares; a frase, expressão do semântico, não é *senão* particular [...] e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 229-230, grifo do autor).

A língua em ação, ou, como nos referimos a exemplo de Benveniste no capítulo anterior, a língua como sistema de expressão ou língua-discurso, introduz na significação da

linguagem uma noção ausente no *semiótico*: a noção de *referência*. A referência é uma noção essencial para a língua como semântica porque se define pelo “estado de coisas” que “provoca” uma frase, expressão do *semântico* – para usar um termo de Benveniste: é a *situação de discurso*, algo que “nós não podemos jamais prever ou fixar” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 231). Segundo o verbete do *Dicionário de Linguística da Enunciação*, a situação de discurso pode ser entendida como a “circunstância irrepitível de apropriação da língua que instaura a interlocução e a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da enunciação” (FLORES et al, 2009, p. 218). No capítulo anterior, defendemos que a noção benvenistiana de discurso é uma noção intralinguística, isto é, que o discurso, produto da enunciação, é, para Benveniste, outra maneira de a língua se apresentar. Desse modo, a referência é uma circunstância linguística, é a situação de discurso estabelecida pelo *aparelho formal da enunciação*, sendo, portanto, interior à enunciação. À medida que a enunciação é o nível *semântico* da língua, tudo o que é do domínio da referência é do domínio da língua, e não do exterior, como se poderia supor. Signo e referência propõem realidades *linguísticas*, o primeiro no interior da língua como sistema de signos e o segundo no interior da língua como sistema de expressão.

A referência se faz importante para a descrição do *semântico* em oposição ao *semiótico* porque é colocada justamente por essa oposição, à medida que ela “está ausente do primeiro e é característica fundamental do segundo” (FLORES, 2013, p. 142). Talvez seja a referência que caracterize o *semântico* como tal, que qualifique a enunciação e seu produto, o discurso, como o *sentido* produzido. Se não fosse pela noção de referência, então não haveria nada de circunstancial nas palavras e a comunicação não seria o que é. Arriscamo-nos dizer, inclusive, que pela perspectiva benvenistiana da subjetividade da linguagem, sem um quadro formal de enunciação atualizado a cada vez que se fala a própria noção de sujeito estaria comprometida. Por essas razões, Benveniste afirma que “o semântico toma necessariamente a seu encargo o conjunto dos referentes⁵⁶ enquanto que o semiótico é, por princípio, separado e independente de toda referência” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 65-66).

Posto o que pertence a um modo de significação e o que pertence a outro, resta-nos conhecer a natureza das unidades semânticas. Diz Benveniste: “se deixa com a frase o domínio da língua como sistema de signos e se entra num outro universo, o da língua como

⁵⁶ Há uma noção de referente, exterior a toda linguística, que é a designação do objeto fora da língua, e há uma noção de “conjunto de referentes” que é interior à situação de discurso e à enunciação e, portanto, à língua. O conjunto de referentes deve ser lido, portanto, como sinônimo de referência. Trata-se dos índices de pessoa (eu-tu), espaço (aqui) e tempo (agora) que constituem o *aparelho formal da enunciação*. Para saber mais sobre o aparelho ver Benveniste (1989) e Aresi (2012).

instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso” de maneira que “a frase é a unidade do discurso” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 139). Dizer que a frase é a unidade do discurso é dizer que ela é “um segmento de discurso” o que não se pode definir por outro segmento; pode-se definir a frase, em primeiro lugar, por ser “enformada de significação” e, em segundo lugar, “porque se refere a uma determinada situação [de discurso]” (*Os níveis* [1964], PLG II, p. 139-140). Vemos aí mais uma vez a importância da referência.

O locutor se apropria da língua para enunciar, estabelecendo uma situação de discurso e, ao fazê-lo, toma “consciência do signo sob a espécie da ‘palavra’” (*Os níveis* [1964], PLG II, p. 140). Assim, temos,

na base, o sistema semiótico, organização de signos segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa sub-unidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 233-234).

À citação acima se acrescenta o seguinte: “se se toma uma unidade como signo, ela tem um sentido; se se toma como palavra, ela tem outro sentido” (FLORES, 2013, p. 143). No modo *semântico*, a palavra constitui o sintagma e este, por seu turno, constitui a frase.

2.3.1 A unidade semântica

Sabe-se que o signo é a unidade semiótica e sabe-se que o é como princípio único no que diz respeito à língua como sistema de signos. Pois bem, no *semântico*, o signo dá lugar a sua forma produtora de mensagens: as palavras. Eis a unidade mínima do discurso, ou seja, o elemento significante que é irreduzível. Entretanto, a palavra não deve ser o único princípio de unidade do discurso, uma vez que este se apresenta na forma de frases – “não como proposição, mas como *produção de discurso*” (FLORES, 2013, p. 142, grifos do autor) – que também significam. À medida que a significação da frase se distingue claramente da significação da palavra na frase, é preciso compreender, uma e outra, como noções distintas. Diremos, então, que a palavra é a unidade mínima do discurso na mesma medida em que a frase é a unidade máxima.

Enquanto elemento significante, a palavra só tem valor dentro do que Benveniste entende por sintagma – “grupo de palavras que formam uma unidade no interior de uma frase” (*Esta linguagem* [1968], PLG II, p. 29). Contudo, a unidade que o sintagma constitui

não resulta apenas de um agrupamento qualquer de palavras; para que haja significação, é necessário um *agenciamento* das palavras agrupadas, ou seja – retomando a ideia benvenistiana do indivíduo como criador de relações (*Aula 6* [1969], p. 115) –, as palavras são negociadas pelo locutor de maneira a constituírem uma relação significativa que permite compreender a frase como unidade independente.

A significação da palavra e a significação da frase são noções distintas, mas a relação entre uma coisa e outra é mútua: a frase significa através do agenciamento das palavras, que, por sua vez, significam apenas no interior da frase, ou, nas palavras de Flores, “não se pode esquecer” que “a palavra encontra expressão na *frase*” (2013, p. 141, grifo do autor). Por essa razão, Benveniste define a frase como a “expressão semântica por excelência”, isto é, “a produção do discurso” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, 229), enquanto que as palavras são os “instrumentos da expressão semântica” os quais são empregados “para noções sempre particulares, específicas” e “circunstanciais” em oposição ao signo semiótico que é por si mesmo conceptual, genérico e não circunstancial (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, 233).

É preciso saber a diferença: os signos não formam frases, mas um *sistema* fechado em si mesmo; as palavras formam frases que constituem um “sistema” diferente, caracterizado pela propriedade de *expressão* e, portanto, admite referência. Gostamos de pensar que, em termos de *sentido*, a principal diferença do signo em relação à palavra resume-se pela seguinte proposição: os signos *são*; as palavras *estão*. A distinção *semiótico/semântico* não faz senão distinguir “as unidades ditas signos da língua, tomados em si e enquanto eles significam, e a frase, onde os mesmos elementos são construídos e agenciados em vista de um enunciado particular” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 240), porém, “do signo à frase não há transição” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 66) de maneira que a linguagem depende da propriedade do signo linguístico de articular-se numa outra dimensão, com nova *forma* e novo *sentido*, o qual não se define mais por oposição, podendo, portanto, fazer referência a uma situação de discurso particular.

Nessa conformidade, pensamos ser possível pensar a palavra como a acepção semântica do signo, que agora não pode mais ser assim chamado porque não basta para a unidade semântica que seja reconhecida, devendo ser também compreendida, e essa propriedade escapa ao caráter estritamente semiótico do signo. Nossa interpretação encontra apoio no próprio Benveniste, quando o linguista aponta para o fato, já mencionado neste trabalho, de a língua comportar a possibilidade para os signos linguísticos de “funcionar como ‘palavras’ de uma ‘frase’” (*Aula 7* [1969], p. 119). Para que as frases possam ser compreendidas numa dada situação de discurso, as palavras devem admitir significado

circunstancial. É porque a frase “não admite a segmentação em unidades do tipo do signo” (Saussure [1963], PLG I, p. 47), isto é, fechadas em si mesmas, que a palavra se torna a unidade mínima do *semântico*. Acreditamos que tal fato esteja relacionado ao seu caráter não distintivo, pelo qual não é possível estabelecer uma relação de oposição entre palavras ou frases, o que as diferencia das unidades semióticas. De acordo com Benveniste, a particularidade da frase “consiste em que a frase contém signos, mas [não] é ela mesma um signo”⁵⁷ (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 138) no sentido de que não constitui relação de *oposição* com termos de mesma ordem, sua significância é de uma outra natureza. O mesmo pode-se dizer da palavra empregada na frase.

2.3.2 A forma no semântico

A *forma* no modo *semântico* se define pela noção benvenistiana de *sintagmatização*. Essa noção designa o que antes denominamos agenciamento de palavras, ou organização de palavras, o que faz da palavra, em última análise, um elemento sintagmático. Enquanto elemento sintagmático, a palavra torna-se capaz de constituir “porções de enunciados”; de fato, a acepção semântica da palavra só existe no interior de uma relação sintagmática, a qual só se observa no interior de uma “porção de enunciado” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 132) com a qual é solidária e a partir da qual também pode tornar-se complementar de outras porções de enunciado. O que acabamos de descrever resume a articulação semântica da língua: a palavra empregada relaciona-se com outras palavras empregadas com as quais constitui um sintagma que ganha vida no interior de uma porção de enunciado que se dá com ele, complementando ou não (isso porque um sintagma pode ser suficiente para constituir uma mensagem) outras porções de enunciado possíveis pelo mesmo princípio. Daí firma-se nossa ideia da palavra como unidade mínima do *semântico* – de modo semelhante, Benveniste chega a dizer que a “função natural” da palavra é ser a “unidade mínima da mensagem” e a “unidade necessária da codificação do pensamento” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 230), o que aponta, mais uma vez, para a relação intrínseca entre o domínio *semântico* da língua e a subjetividade da linguagem.

Assim, do sintagma – palavras em relação – passamos à sintagmatização – estrutura formal da frase. A palavra desempenha papel fundamental na estrutura da frase, mas sozinha não tem o alcance necessário para dar-lhe *forma*. É preciso colocá-la em relação com

⁵⁷ O acréscimo à citação dá-se em razão de a versão brasileira apresentar problemas de tradução.

elementos de mesma ordem (mas, lembramos, essa relação não é de oposição). Somente a enunciação dá a um conjunto de palavras o status de sintagma – repetimos: “antes da enunciação, a língua [isto é, os signos] não é senão possibilidade da língua” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 83) – a língua se constitui de signos, mas se realiza em palavras que ganham vida na sintagmatização, articulação semântica da língua. O sintagma é, assim, uma instância de discurso, um agenciamento de palavras sempre particular. Diremos, então, que a *forma* da frase, unidade máxima do *semântico*, é mesmo o sintagma, o qual só pode ser reconhecido na sintagmatização que configura uma frase como tal, porque é pelo sintagma que o *sentido* da frase se realiza e só é da língua, seja no modo *semiótico*, seja no modo *semântico*, o que pressupõe significação.

A frase é uma unidade muito particular, nada se assemelha aos seus caracteres. A nosso ver, há duas realidades que contribuem para esse fenômeno. A primeira razão de ser da particularidade da frase pode ser definida pela sua dessemelhança em relação ao signo; é a razão mais evidente e não é novidade para o leitor deste trabalho: dissemos há pouco, com o apoio de Benveniste, que a frase contém “signos” (na acepção semântica, isto é, palavras), mas não pode ser considerada um signo “no sentido saussuriano” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 228) porque lhe escapa o princípio semiológico por excelência, a binaridade, e a relação de oposição e diferença com elementos de mesma natureza, característica definidora do signo que, como vimos explicitando de diferentes maneiras ao longo desta dissertação, só é significativo porque é, antes de qualquer coisa, distintivo. A segunda razão que gostaríamos de salientar explica-se pela dessemelhança da frase em relação à palavra. A frase não pertence ao discurso na mesma medida em que a palavra pertence à frase. Nesse ponto, gostaríamos de chamar a atenção para uma escolha de Benveniste que pode passar despercebida para muitos, mas que julgamos relevante para a compreensão da relação frase/discurso. Repare que, de acordo com o linguista, “a frase é uma unidade na medida em que é um segmento *de* discurso [...]” (*Os níveis* [1964], p. 139, grifo nosso), e não *do* discurso. Dizer que a “frase pertence bem ao discurso” não significa dizer que o discurso é um conjunto de frases, mas que a frase se define pela própria noção de discurso, pois são do mesmo domínio; dizer que “a frase é a unidade do discurso” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 139) não deve fazer-nos cair em contradição, uma vez que, como vimos, a frase é a unidade máxima do discurso. Ora, a unidade máxima de alguma coisa não seria a própria coisa? Diremos, a título de conclusão, que a frase *é o ser mesmo* do discurso. Bem ao contrário, a palavra é um segmento da frase porque compõe, com outras palavras, sua *forma*, a qual realiza o seu *sentido*.

2.3.3 O sentido no semântico

Quando definimos a unidade semântica, o fizemos em oposição à unidade semiótica; quando descrevemos a *forma* no *semântico*, nos apoiamos, sempre que possível, na distinção com os caracteres próprios da *forma* no *semiótico*; para explicar a realização do *sentido* no *semântico*, nos parece pertinente seguir a mesma lógica. Na verdade, esse é um método adotado pelo próprio Benveniste quando diz que na base da língua há o sistema de “organização de signos” sobre o qual a “língua-discurso constrói uma semântica própria”, produzindo uma “significação intencionada” através da “sintagmatização das palavras” as quais retêm apenas “uma pequena parte do valor que têm enquanto signo” (cf. supra.). Se, na base, a significação é um critério de organização inerente ao sistema, na construção semântica ela é uma produção particular a uma enunciação; a essa produção, Benveniste relaciona a noção de uma significação que não é senão “intencionada”. Devemos nos deter por um instante nessa noção.

No momento em que entramos no modo *semântico*, a ideia de “intenção” não deveria causar estranheza, mesmo que aqui o termo se reduza a uma noção interior à linguagem. Expliquemo-nos com a ajuda de Benveniste, para quem a produção de discurso não trata do “significado do signo, mas do que se pode chamar o *intencionado*, do que *o locutor quer dizer*, da *atualização linguística de seu pensamento*” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 229, grifos nossos) de maneira que a noção de “intencionado” está relacionada à atualização linguística do pensamento do locutor, o seu querer-dizer. Evocamos Saussure para esclarecer a relação entre o pensamento e a língua:

O papel característico da língua frente ao pensamento não é criar um meio fônico material para a expressão das ideias, mas servir de intermediário entre o pensamento e o som, em condições tais que uma união conduza necessariamente a delimitações recíprocas de unidades. [...] Não há, pois, nem materialização de pensamento, nem espiritualização de sons; trata-se, antes, do fato de certo modo misterioso, *de o “pensamento-som” implicar divisões e de a língua elaborar suas unidades constituindo-se entre duas massas amorfas* [a de pensamento e a de som] (CLG, p. 131, grifos nossos).

É possível vislumbrar a uniformidade entre uma coisa e outra: a partir de Saussure, não parece correto assumir que o pensamento participa da língua ou que a língua expressa o pensamento, como se algo do pensamento antecedesse a elaboração das unidades, tão pouco que a língua é feita de sons – ela é feita de *signos*. Supor que o pensamento é a “IDEIA [o significado] NO SIGNO” ou que o som é o “SIGNO [o significante] NA IDEIA” é o

“primeiro erro fundamental” porque não se trata de “duas coisas, mas uma” (ELG, p. 44, grifos do autor). A atualização linguística do pensamento é a própria língua, mas a língua como semântica, ou simplesmente a enunciação.

Se convidarmos as reflexões de Benveniste a encontrarem às ideias de Saussure, teremos que a “significação intencionada” nada mais é do que a atualização da própria língua. Não por acaso, tocamos à definição mesma de enunciação: “A noção de enunciação [...] descrita como ato de tomada de palavra, constitui-se em um processo de *inserção dos sujeitos na língua, o qual envolve apropriação e atualização*” sendo que o “primeiro se caracteriza pela seleção de signos linguísticos comuns aos sujeitos” – isto é, reconhecimento semiótico – enquanto o “segundo exige um trabalho dos sujeitos que visam, respectivamente, à expressão e à compreensão de uma ideia relativa a ambos e à situação em que se inserem” – isto é, compreensão semântica (FLORES et al, p. 102, 2009, grifos nossos).

O que Benveniste parece sugerir é que a aceção semântica do *sentido* orienta toda a linguagem, à medida que torna evidente o caráter subjetivo que lhe é inerente. Não é senão pela enunciação, isto é, pela produção de discurso, que o locutor propõe-se como sujeito e instaura uma referência constituída e constitutiva de intersubjetividade⁵⁸. Nesse sentido, atualizar o pensamento é colocar a língua em ação, e colocar a língua em ação é enunciar, expressar seu modo *semântico*. Benveniste vai ainda mais longe, ao colocar a noção de “intencionado” como definidora do *sentido* produzido no exercício da linguagem, isto é, no uso individual da língua, ao qual o linguista atribui a “função da língua como produtora de mensagens” às quais não se reduzem “a uma sucessão de unidades” de maneira que “não é uma adição de signos que produz o sentido, é, ao contrário, o sentido (o ‘intencionado’), concebido globalmente, que se realiza e se divide em ‘signos’ particulares, que são as PALAVRAS” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 65, grifo do autor). Em outro momento, Benveniste é ainda mais claro ao propor que ao sistema de signos “se opõe na língua um outro sistema [...], este do querer-dizer que está ligado à *produção* e à enunciação das frases, o *semântico*” (*Primeira aula* [1969], p. 191, sublinha nossa). Não nos parece restar outra saída a não ser buscar compreender o “intencionado” e o “querer-dizer” como noções definidoras do *sentido* produzido pelo locutor e, por conseguinte, de toda a articulação semântica da língua, o que, segundo Coquet e Fenoglio, incide diretamente sobre o *sentido* no *semiótico*:

⁵⁸ Trata-se exatamente de “estabelecer uma relação humana entre locutor e ouvinte. Isso equivale a dizer que todo enunciado, sendo intencional, contém o *vivido*. E, por essa razão, ele é *único* a cada vez, referindo-se a um vivido único e a uma situação única” (COQUET; FENOGLIO, 2012, p. 77).

Nas notas preparatórias ao curso do Collège de France de 1969-1970 [...], Benveniste registra os pontos a serem tratados: o das duas sintaxes que ele ordena uma em relação à outra: a “sintaxe das línguas” depende da “sintaxe da linguagem”. Foi o que ele fez com o semiótico e o semântico. Não há semiótico sem semântico. Em outras palavras, a “significância” semiótica, o sentido lexical, resulta do “intentado” semântico, do querer-dizer (2012, p. 75).

Nesse ponto, o encontro de Benveniste com Saussure antecipa o convite. Na *Nota sobre o discurso*, publicada nos *ELG*, Saussure é preciso: “A língua só é criada em vista do discurso, mas o que separa o discurso da língua ou o que, em dado momento, permite dizer que a língua *entra em ação como discurso?* (ELG, p. 235). Seria o “intencionado” de Benveniste? Deixaremos a questão para reflexão do leitor.

O que interessa para nós nesse momento é saber que “o ‘sentido lexical’ deve ser radicalmente distinguido do ‘sentido’ intentado, do qual se origina” (COQUET; FENOLOGIO, 2012, p. 76). Diremos, então, que à medida que o mundo do signo é fechado de modo que “o *sentido* semiótico é um sentido imediato, de algum modo sem história nem contexto” (*Estruturalismo* [1968], PLG II, p. 21)⁵⁹, o *sentido* “intentado” caracteriza alguns dos principais caracteres da enunciação: resulta da atitude do locutor (ato); possui referência interna (situação); e é evanescente (acontecimento) (cf. FLORES, 2013) à medida que a frase “carrega [...] o intentado” (COQUET; FENOGLIO, 2012, p. 77) e ela “não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 231). Assim definido o *sentido* semântico “concebido globalmente” (cf. supra), é preciso situar, nesse contexto, a frase – unidade do discurso – e a palavra – unidade da frase.

Como explicitamos na seção anterior, a palavra contribui para a realização do *sentido* da frase, entretanto, a palavra não aparece na frase necessariamente “com o sentido que tem como unidade autônoma” (*Os níveis* [1964], PLG I, p. 132). Na frase, o *sentido* de uma palavra é definido pelo seu emprego. Isso significa que o locutor parte de uma ideia, sempre particular, e agencia palavras em um emprego (ou seja, uso) que empreste significação à ideia, dessa maneira, a palavra empregada sempre apresenta *sentido* particular. É a sintagmatização das palavras que informa a frase de significação. Desse modo, o *sentido* da frase é “de fato a *ideia* que ela exprime” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 230, grifo do autor) a qual é percebida em sua totalidade “por uma compreensão global” transmitida por uma mensagem “organizada por meio das palavras” (p. 232) cujo *sentido* “se determina em relação ao

⁵⁹ Essa citação faz referência direta a uma intervenção de Pierre Daix durante entrevista concedida por Benveniste à revista *Le Letters françaises* em julho de 1968.

contexto de situação” (p. 233), ou seja, ao conjunto de referentes, que não é senão criado em vista do locutor – no caso da tradução, do locutor-tradutor.

Terceiro Capítulo

*O conhecimento que cada um tem da sua
própria língua contém, em potência, o
conhecimento de todas as outras – por
intermédio da tradução.*

Michaël Oustinoff

3 DA POSSIBILIDADE DE UMA SEMIOLOGIA DA TRADUÇÃO

Se chegamos até aqui foi porque tomamos a nosso serviço variados conceitos da teoria enunciativa de Benveniste, estendida ao seu projeto semiológico, e nos autorizamos a propor uma maneira de relacioná-los ao modo como concebemos o fenômeno tradutório. No entanto, a tarefa demanda, ainda, que delimitemos tais conceitos no escopo de nossa proposta: um olhar para a tradução entre línguas que provoque as bases semiológicas pelas quais toda linguística se articula, de maneira a nos permitir formular o problema da tradução como um problema linguístico e, portanto, semiológico. Em vista disso, a primeira delimitação necessária a retomar para que possamos prosseguir com segurança diz respeito ao domínio linguístico com o qual estamos trabalhando; aquilo que atribuí, a nosso ver, o status de linguístico ao problema da tradução. A segunda delimitação só existe em consequência da primeira, e abrange o que entendemos por semiológico no universo da Linguística.

Conforme explicitado neste trabalho, o fundamento da Linguística Moderna – ou da “Linguística” simplesmente, visto que Saussure foi o primeiro a tratá-la nos quadros de uma cientificidade como disciplina autônoma – deu-se em resposta à ausência de uma visão sincrônica de língua observada nos estudos da linguagem propostos até então. Era preciso estudar a língua *em si* (CLG, p. 24) para criar um fato examinável. Era preciso abdicar, por um momento, do objeto histórico e buscar compreendê-lo dentro de um sistema no qual ele atingisse status científico, isto é, no qual fosse possível descrevê-lo pelas leis que o regem. Temos aí a primeira condição do exame linguístico: a noção de sistema. Toda a linguística saussuriana começa e se encerra no axioma “*a língua é um sistema de signos*” (CLG, p. 24, grifos nossos), pelo qual se explica o enquadramento da Linguística, tal como Saussure a formulou, na Semiologia:

O mecanismo da língua – considerado sempre EM UM MOMENTO DADO, que é a única maneira de estudar esse mecanismo – será, um dia, estamos persuadidos disso, reduzido a fórmulas relativamente simples. Por ora, não se poderia nem mesmo sonhar em estabelecer essas fórmulas: se, para fixar as ideias, tentamos delinear, em traços gerais, o que nós nos representamos sob o nome de uma *semiologia*, ou seja, de um sistema de signos totalmente independente daquilo que o dispôs e tal como existe no espírito dos sujeitos falantes, é certo que estamos ainda, a despeito de nós, limitados a opor, sem cessar, essa semiologia à sempiterna etimologia [...] (ELG, p. 43, sublinhas nossas).

O problema linguístico é imediatamente semiológico porque *língua* e *semiologia* recebem de Saussure, o fundador da Linguística e idealizador da Semiologia, a mesma definição: “um sistema de signos totalmente independente daquilo que o dispôs”. É por essa razão clara que Saussure afirma que a ciência da linguagem só é possível se a relacionamos com a Semiologia (CLG, p. 24): a primeira oferece à segunda o objeto principal, enquanto esta oferece à Semiologia as suas leis. Além disso, “essa semiologia”, que é a língua, opõe-se, “sem cessar”, ao estudo diacrônico: o mesmo que faz a linguística que Saussure fundou. Para nós, a concepção de uma “semiologia linguística” é quase uma redundância; necessária, porém, para afastar qualquer ideia de que estamos olhando para a Linguística como uma semiótica, ou ainda, de que estamos olhando para a Semiologia pela perspectiva da Linguística, como se objeto e ponto de vista fossem independentes um do outro. O fato é que só nos é possível propor uma linguística, porque partimos do dado semiológico, mas, nesse caso, a Semiologia adquire todas as particularidades da linguística que estamos mobilizando.

Para os fins deste capítulo, portanto, “semiologia linguística” deve ser entendida nos termos da Semiologia da Língua tal como Benveniste a descreve⁶⁰. Isso também define nosso posicionamento científico: tomamos a tradução do ponto de vista de um linguista, e não a Linguística do ponto de vista de um tradutor. Se olhamos para o fenômeno tradutório, é com a intenção de voltarmos para a língua na tentativa de produzir um discurso sobre a hipótese benvenistiana de que é na tradução que se atinge a diferença entre o *semiótico* e o *semântico*. Para fazê-lo, todavia, é evidente que estaremos afirmando algo em relação ao fenômeno tradutório *per se*, oferecendo subsídios para o tratamento da tradução como disciplina autônoma dentro de uma Linguística geral – nesse caso, unicamente porque a relacionamos com a Semiologia da Língua.

Que a tradução possa e deva ter um lugar teórico-metodológico na Linguística não é novidade nos dias de hoje, contudo, que esse lugar possa ser demarcado na Semiologia da Língua de Benveniste é uma ideia sem precedentes⁶¹ e, portanto, a mercê de pontos de vista que devem ser de resto precisados em pesquisas posteriores. O alcance de nossa proposta é a implicação de uma noção de enunciação, submetida ao olhar da Semiologia da Língua,

⁶⁰ Em alguns textos, o próprio Benveniste parece usar os termos “semiologia linguística” e “semiologia da língua” como sinônimos.

⁶¹ Os atuais Estudos da Tradução relacionados a uma ciência dos signos parecem estar concentrados, de modo geral, na noção de semiótica desenvolvida por Charles Peirce, como, por exemplo, Górlée (1993) e Torop (2002), ou na experiência como tradutor profissional por parte de autores como Eco (2007), Jakobson (1970), Venuti (2002), entre outros.

naquilo que entendemos por fenômeno tradutório, como uma maneira segura de tomar a encargo da Linguística a relação entre línguas que se estabelece na tradução.

Conforme sugerido nos capítulos anteriores, a Semiologia da Língua de Benveniste é a possibilidade que a ciência da linguagem tem de tomar para si a enunciação como objeto. Para propô-lo, contudo, e como já dito, foi necessário ampliar o domínio linguístico à produção de discurso. A definição de um *modo semântico* de significação sobre a *dimensão semiótica* da língua mostrava-se urgente a Benveniste para que a Linguística abordasse a linguagem “em toda a sua amplitude” (FLORES, 2013, p. 68); isto é, não só pela sua estrutura, mas também pelo seu funcionamento. O objeto dessa forma de análise é a enunciação, e não o signo.

A Enunciação considera a produção de discurso, e não o enunciado, o discurso produzido. Conceber a tradução como produto de uma enunciação é perfeitamente possível, porém, não nos interessa para o desenvolvimento de uma semiologia linguística da tradução, em primeiro lugar, porque não contempla o jogo semiológico entre língua-discurso-fonte (LDF)⁶² e língua-discurso-alvo (LDA)⁶³, uma vez que parte do enunciado traduzido, ou, nas palavras de Benveniste, do “texto do enunciado”, e não da enunciação tradutória, ou do “ato mesmo de produzir um enunciado” traduzido, que é o que entendemos por fenômeno tradutório (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 82).

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é fazer uma análise enunciativa, nos termos do projeto semiológico de Benveniste, do fenômeno tradutório tomado como produção de discurso, o qual decorre dos limites do contato de uma língua com outra. Partindo da ideia benvenistiana de que toda enunciação produz um *sentido*, as seções seguintes voltam-se exclusivamente para a enunciação tradutória a fim de buscar uma solução para o seu modo de significação que possibilite propor uma noção de unidade para o fenômeno tradutório a partir da relação de interpretância que se estabelece entre a LDF e a LDA.

3.1 A SIGNIFICÂNCIA DO FENÔMENO TRADUTÓRIO

A primeira tarefa a cumprir para tratar da significância do fenômeno tradutório dentro do quadro de cientificidade de uma semiologia atravessada pela língua é supor para o fenômeno da tradução um sistema de unidades particulares. O chamaremos de *sistema tradutório*. Não é senão a partir da elaboração de um sistema tradutório que poderemos supor

⁶² Doravante neste capítulo, o termo língua-discurso-fonte poderá ser abreviado para LDF.

⁶³ Doravante neste capítulo, o termo língua-discurso-alvo poderá ser abreviado para LDA.

a noção de enunciação tradutória com a qual iremos, de fato, trabalhar. Para tanto, é preciso voltar à noção de tradução que estamos mobilizando, uma vez que os caracteres que atribuímos ao sistema tradutório tomam por base a maneira como concebemos o fenômeno para o qual estamos supondo um sistema em primeiro lugar.

Nossa proposta toma a tradução como um fato de linguagem observado na relação entre línguas distintas, o que, em última análise, nos autoriza a sugerir que toda tradução representa, potencialmente, uma teoria da relação entre as línguas. É desse potencial tradutório que tiramos os princípios para o que chamamos de *intersubjetividade da tradução* (a qual não deve ser confundida com a intersubjetividade do tradutor, da qual tratamos no primeiro capítulo desta dissertação): o princípio de interdependência e o princípio de reformulação.

Ao tratar da diversidade das línguas, no primeiro capítulo, trouxemos à luz a questão da comparação. Defendemos, com o apoio de Saussure, que a comparação é a maneira mais eficaz de atingir a diferença entre as línguas, uma vez que ela revela os fatos “no interior dos quais toda língua se deve constituir” de modo que a revelação de tais fatos “constitui o objetivo principal de toda comparação feita entre línguas irredutíveis umas às outras” (CLG, p. 223): isto é, atingir a essência das línguas, atingindo suas unidades. Isso significa que, para o falante, a sua língua materna pode ser reconstituída a partir de uma espécie de “comparação” entre os aspectos fônicos e psíquicos dos elementos que lhe são interiores, mas, nesse caso, “língua materna” assume o sentido saussuriano de “tesouro linguístico” – noção de língua como “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (CLG, p. 21) de modo que “toda criação deve ser precedida de uma comparação inconsciente dos materiais depositados no tesouro da língua” (CLG, p. 192) – que é, na verdade, a única forma que a língua pode assumir na consciência do falante.

Isso sugere, em último caso, a possibilidade que o falante tem de criar, ou seja, constituir, novas unidades em um dado sistema (o que significa reconstituir a própria língua) a partir da comparação entre os fatos que são interiores a esse sistema. Se isso é possível, imagine o que ocorre com a língua na relação com o falante bilíngue. Acreditamos que também seja possível constituir unidades a partir da comparação entre fatos de sistemas linguísticos distintos, ocasionando na reconstituição de ambas as línguas, ou, melhor, dos tesouros de cada língua depositados na consciência do falante bilíngue. Em certa medida, é isso o que faz a tradução interlingual, ela força a comparação entre dois universos linguísticos. Sendo o tradutor “bilíngue por definição” (MOUNIN, 1975, p. 16), o fenômeno

tradutório faz a LDF significar na comparação, inerente à tradução, com a LDA, ou, melhor, com a maneira pela qual a LDA é concebida na consciência do tradutor. Contudo, o inverso também é verdadeiro. A LDA é criada em vista da LDF, ou, melhor, da maneira pela qual a LDF é concebida na consciência do tradutor. O princípio de interdependência condensa ambos os movimentos supracitados, através dos quais uma língua-discurso se torna significativa na relação com a outra. Talvez seja isso o que Oustinoff pensou ao acrescentar que “o conhecimento que cada um tem da sua própria língua contém, em potência, o conhecimento de todas as outras – por intermédio da tradução”, propondo uma inversão à fórmula de Goethe: “Quem não conhece línguas estrangeiras não sabe nada da sua própria” (2011, p. 10)⁶⁴.

O princípio de reformulação é um efeito do que acabamos de descrever e representa a característica primordial da intersubjetividade da tradução: ser formadora de um *sentido* qualquer. Nesse ponto, chamamos a atenção para a tese de Benveniste sobre a qual assentamos este trabalho. Preocupado com a linguagem pelo olhar da Semiologia da Língua que desenvolve, o linguista da enunciação afirma que se pode “transpor o semantismo de uma língua para o de uma outra, ‘salva veritate’ [...]; mas não se pode transpor o semioticismo de uma língua para o de uma outra” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 233). A leitura que se pode fazer dessa passagem depende da maneira como são mobilizados os termos *semantismo* e *semioticismo* na teoria benvenistiana.

No primeiro capítulo desta dissertação, apresentamos, por exemplo, um retorno à teoria benvenistiana no contexto dos Estudos da Tradução, no Brasil, através do qual vimos que o *semantismo* fora compreendido como sendo “o *sentido*” em relação ao “*semioticismo*, a *forma*” (NUNES, 2011, p. 25, grifos da autora); ou ainda, como uma noção de *sentido* ligada à ideia de mensagem de maneira que “transpor o semantismo” seria o mesmo que “transmitir a mensagem”, o ‘sentido’ do que está sendo dito por outro” (FRYDRYCH, 2010, p. 21); finalmente, vimos que o *semântico* pode ser compreendido pela noção de discurso em relação ao *semiótico* compreendido pela noção de signo (ROSÁRIO & REUILLARD 2014, p. 9), de modo que transpor o *semantismo* de uma língua para o de uma outra seria traduzir “o sentido de um determinado enunciado produzido por um eu em um dado aqui-agora” ao invés de traduzir “o sentido de um signo” (ROSÁRIO, 2012, p. 67).

Dada a heterogeneidade que os termos benvenistianos assumem nos desdobramentos da teoria no campo dos Estudos da Tradução, evocamos as palavras, já citadas, do próprio

⁶⁴ Essa fórmula de Goethe foi extraída por Oustinoff da obra de George Kersaudy intitulada *Langues sans frontières. À la découverte des langues d’Europe* (2011, p. 147).

Benveniste a fim de convergir a uma definição dos termos que melhor se adeque ao nosso propósito: “Há para a língua duas maneiras de ser língua no sentido e na forma [...]: a língua como *semiótica*; [...] [e] a segunda, que chamamos de língua como *semântica*” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 229, grifos do autor). Ou seja, há *forma* e *sentido* no *semiótico*, e há *forma* e *sentido* no *semântico*. A questão de Benveniste, se fizemos boa leitura, é que o *semioticismo* da língua está relacionado a uma noção particular de *sentido* e a uma noção particular de *forma*, em tudo diferente das noções de *sentido* e de *forma* particulares ao *semantismo* da língua. Dessa maneira, compreendemos que o *semantismo* está relacionado à articulação *forma/sentido* na acepção da língua como semântica – ou simplesmente à articulação semântica da língua – a qual está a serviço da produção de discurso; já o *semioticismo* está relacionado à articulação *forma/sentido* na acepção da língua como semiótica – ou simplesmente à articulação semiótica da língua – a qual está a serviço do signo linguístico. Em outras palavras, tomamos o *semantismo* como a produção de discurso, visto que é a isso que a articulação semântica da língua se propõe, e o *semioticismo* como o sistema de signos da língua, visto que é a isso que a articulação semiótica da língua se propõe. Do ponto de vista do sentido, o *semantismo* está relacionado ao discurso e ao *sentido* produzidos na enunciação, enquanto o *semioticismo* está relacionado ao signo e a sua propriedade significante – o fato de ele ter um *sentido*.

Nesses termos, para que seja verdadeiro que o que se transpõe na tradução é o *semantismo* da língua, achamos adequado tomá-lo como o *sentido* semântico – sem esquecer, no entanto, que ele está relacionado a uma *forma* – em oposição ao *sentido* semiótico (mas não à *forma* no semiótico). Do mesmo modo, para que seja verdadeiro que o que se transpõe é o discurso, é preciso tomar o discurso como o *sentido* produzido, e nada mais. Todavia, não estamos propondo que se traduza apenas o *sentido*. Benveniste não disse, de fato, que o que *se traduz*, por fim, é apenas o *semântico* ou o *semantismo*; na verdade, o linguista somente disse que a tradução é capaz de transpor o *semântico* (*semantismo*), mas não o *semiótico* (*semioticismo*). Mas traduzir não é (apenas) transpor. Traduzir é produzir um discurso, e para se produzir um discurso se articula toda a língua, já que, como Saussure bem o percebeu, a língua “é criada em vista do discurso” (ELG, p. 235), ou, na visão de Benveniste, a enunciação, isto é, a língua em emprego e ação, “de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 82).

Por essa razão, sugerimos que o que se traduz mesmo é a *língua-discurso* – “relação do sistema de signos como propriedade coletiva, atualizado individualmente em uma situação própria de uso da língua” (FLORES et al, 2009, p. 151) – porém, o que autoriza o processo de

tradução são as propriedades da língua como semântica; ou, exatamente como Benveniste o descreveu, “a possibilidade da tradução” é dada pela transposição do “semantismo de uma língua para o [semantismo] de uma outra” (cf. supra). É possível transpor a articulação semântica – o *sentido intencionado* realizado na *forma* de sintagma – da LDF para os termos da articulação semântica produzida na LDA. Já a articulação semiótica, isto é, o laço necessário entre um significante e um significado, é intransponível. Não se pode resignificar uma estrutura semiótica nos termos de outra estrutura semiótica. É necessário uma *semiotização*, isto é, uma *modelagem* semiótica, se se quer re-produzir os *sentidos* percebidos em um sistema semiológico nos termos de outro sistema de mesmo tipo. Só o fato de perceber um *sentido* que nos permita responder a pergunta “qual é o sentido?” já nos coloca imediatamente na articulação semântica da língua. São as propriedades semânticas que protagonizam a modelagem semiótica que possibilita à língua ser o interpretante da sociedade e à LDA ser o interpretante da LDF.

Isso posto, a diferença que a tradução permite atingir entre o *semiótico* e o *semântico* é que o *semioticismo*, isto é, a articulação *forma/sentido* na acepção semiótica da língua, não pode ser produzido pelo indivíduo e, conseqüentemente, não está jamais inserido num contexto situacional, por isso, contém algo de impossível para a tradução, que, como toda enunciação, é um ato individual de utilização da língua inserido numa circunstância única; enquanto a articulação semântica da língua pode ser realizada por um sujeito. Como? Pelo *sentido*, porque o *sentido* semântico tem por característica principal ser algo produzido, intencionado. É a única porta de entrada do homem na língua,⁶⁵ e do tradutor na tradução. Mas uma vez que o homem está na língua – e o tradutor na tradução – ele toma a seu encargo toda a articulação da língua, desde o “tesouro linguístico” ao conjunto de referentes.

Contudo, a leitura que propomos para a tese de Benveniste nos deixa ainda uma questão: como se “transpõe” o *sentido intencionado*?

O *sentido* produzido na articulação semântica da língua é um *sentido* formulado por um sujeito. Nesses termos, “transpor” um *sentido intencionado* é o mesmo que “transpor” uma formulação. No entanto, a Teoria da Enunciação é clara: toda enunciação é uma atualização, todo enunciado é novo; logo, e isso é muito importante, não se pode pensar em “transpor” uma formulação sem supor uma *reformulação*. Na articulação semântica da língua, formular é sempre *reformular*, produzir é sempre *re-produzir* (no sentido de produzir de

⁶⁵ Talvez seja por isso que a abertura de uma dimensão semântica na semiologia linguística era tão cara à Benveniste, o linguista da enunciação, o qual se dedicou ao estudo da subjetividade como nenhum outro linguista.

novo). Desse modo, à tese de Benveniste ainda outra leitura é possível: podemos pensar que no processo de tradução se transpõe apenas algo do *semantismo* de uma língua para o de uma outra porque o *semioticismo* das línguas não aceita reformulação.

O sistema tradutório que estamos propondo supõe os princípios de interdependência e de reformulação como norma para a enunciação tradutória, uma vez que colocam em evidência as causas e os efeitos, respectivamente, da intersubjetividade da tradução, a partir da qual é possível propor para a enunciação tradutória um mecanismo de significância do ponto de vista da relação entre as línguas:



Figura 1 – Mecanismo de significância da Enunciação Tradutória a partir da relação entre as línguas.

Sendo que a LDA é criada em vista da LDF que é por ela interpretada, do mesmo modo que a LDA informa a LDF de um *sentido* produzido através de uma nova relação de significação. Dessa intersubjetividade é que o tradutor determina as unidades de tradução com as quais constitui seu sistema tradutório particular. Por esse ângulo, no fenômeno tradutório tomado como um ato de enunciação protagonizado por um sujeito-tradutor, a LDF e a LDA tornam-se significantes pela comparação, ou seja, pelas suas diferenças, determinadas pelo tradutor. De fato, e como já dito nos capítulos anteriores, a tradução não opera exatamente entre línguas distintas, mas entre distinções estabelecidas entre as línguas. O tradutor, assim como o falante, só percebe as diferenças, sendo essa a primeira razão pela qual as unidades de tradução devem ser compreendidas como unidades diferenciais (cf. OUSTINOFF, 2011, p. 29).

O mecanismo que acabamos de propor requer que se tome o tradutor como *língua*, e que se veja na enunciação tradutória o jogo entre as unidades semióticas e semânticas das línguas representado, simultaneamente, através da desconstrução do signo e da construção do discurso. O fenômeno tradutório desconstrói o signo para propor uma reformulação, pela qual realiza um *sentido intencionado* através do recorte de unidades de tradução. Dessa maneira, o sistema tradutório significa pela relação intersubjetiva entre as línguas-discurso que o dispõem. O recorte de unidades de tradução será tratado no detalhe mais a frente neste capítulo. Antes, é preciso ao menos tentar esgotar a relação de interpretância entre a LDF e a LDA.

3.2 A LÍNGUA-DISCURSO-ALVO COMO INTERPRETANTE DA LÍNGUA-DISCURSO-FONTE

Ainda no primeiro capítulo, evocamos as ideias de Jakobson (1970, p. 65) para determinar que uma unidade da LDF só pode ser *interpretada* através de uma combinação “equivalente” de unidades na LDA. Em termos de semiologia, isso significa que o fenômeno tradutório passa pela interpretação (no sentido de “semiotização”) da LDF por parte de uma LDA, instaurando uma relação de interpretância entre as duas línguas-discurso. A partir do mecanismo de significância da enunciação tradutória, proposto a partir da relação entre as línguas, podemos abstrair as características da relação de interpretância entre a LDA e a LDF tomadas como sistemas semiológicos distintos, porém, de mesma natureza.

Via de regra, a relação entre sistemas semiológicos parte do já citado “princípio de não-redundância”, segundo o qual a) “não se pode ‘dizer a mesma coisa’” através de dois “sistemas de base diferente”, pois b) “o homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 53-54, grifo do autor). À medida que ambas LDA e LDF são sistemas de expressão de base linguística, elas apresentam a mesma natureza semiótica: um número finito de signos, isto é, elementos de natureza significante, dispostos numa relação de oposição que lhes confere função distintiva. Essa é a condição primeira para que se estabeleça um sistema de base semiológica. A LDA e a LDF são sistemas de mesma base, portanto é possível “dizer a mesma coisa” numa e noutra língua-discurso, mas isso não significa que a LDA e a LDF apresentem a mesma relação de significação; pelo contrário, por serem sistemas diferentes, isto é, de unidades que lhes são particulares, a LDA necessariamente informa a LDF de uma nova relação de significação, reformulando seu *sentido*. Tem-se aí a primeira particularidade da relação entre as línguas: são sistemas de mesma base, portanto, mutuamente conversíveis; entretanto, são também sistemas de signos totalmente distintos, logo, apresentam, cada qual, uma relação de significação que lhe é própria.

A conversão mútua comprovada entre dois sistemas linguísticos revela ainda outra particularidade da relação entre línguas: elas podem ser mutuamente interpretantes uma da outra. Isso corrobora com outro princípio levantado por Benveniste:

Um princípio semiológico que eu gostaria de colocar, é que dois sistemas semióticos não podem coexistir em condição de homologia, *se eles são de natureza diferente*; eles não podem ser mutuamente interpretantes um do outro, nem ser conversíveis um no outro (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 98, grifos nossos).

Portanto, no caso de dois sistemas semiológicos de mesma natureza, além da possibilidade de mútua interpretância e conversibilidade, há ainda uma oportunidade de coexistência “em condição de homologia”. De modo geral, a relação de homologia entre sistemas, tal como Benveniste a descreve, é um acontecimento sem precedentes: “esta relação não está constatada, mas instaurada em virtude de conexões *que se descobrem ou que se estabelecem* entre dois sistemas distintos” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 62, grifos nossos). A título de exemplo, o linguista cita o mecanismo poético, no qual qualquer correspondência de valor que se possa inferir de dado texto poético lhe é particular e serve à organização e criação do universo da poesia em questão. Ou seja, são correspondências e valores que não existem em outra parte e que fazem da poesia o que ela é.

É precisamente isso o que faz o sistema tradutório: instaura uma relação particular entre línguas que coloca em jogo correspondências e valores que não existem fora dessa relação, os quais qualificam a enunciação tradutória, isto é, fazem da tradução o que ela é. O sistema que se estabelece no fenômeno tradutório não diz algo sobre toda vez que o português e o inglês, por exemplo, são postos numa relação de interpretância; cada tradução instaura uma relação específica e particular entre uma LDF e uma LDA e isso é assegurado pela condição de homologia na qual se encontram as línguas-discurso envolvidas em cada fenômeno tradutório, uma vez que

Duas estruturas linguísticas de estruturas diferentes podem revelar homologias parciais ou extensas. *Tudo depende da maneira como se colocam os dois sistemas*, dos parâmetros que se empregam, dos campos em que se opera. Conforme o caso, a homologia instaurada servirá de *princípio unificador entre dois domínios* e limitar-se-á a este *papel funcional*, ou ela *criará uma nova espécie de valores semióticos*. Nada assegura antecipadamente a validade desta relação, nada limita sua extensão (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 62, grifos nossos).

Desse modo, o sistema tradutório coloca a LDF e a LDA *da maneira como são concebidas pelo tradutor*, o qual instaura entre elas uma relação de homologia que tem por função demarcar o ponto em que elas se tocam e, ao mesmo tempo, possibilitar uma relação de interpretância através da qual se cria uma nova espécie de valores semiológicos, isto é, *as unidades de tradução*. A relação de homologia entre a LDF e a LDA que acabamos de descrever existe a partir da intersubjetividade da tradução, a qual manifesta, em último caso, as particularidades do mecanismo de significância de cada enunciação tradutória do ponto de vista da relação entre as línguas-discurso.

Do exposto até aqui, a respeito das características da relação que se estabelece entre a LDF e a LDA, comprovamos, em primeiro lugar, que elas são mutuamente conversíveis e, em segundo lugar, que coexistem numa relação de homologia. Ainda resta saber se, de acordo com o princípio semiológico colocado por Benveniste a respeito de sistemas de mesma natureza, elas podem ser mutuamente interpretantes uma da outra. Para chegar a uma solução, voltaremos aos fundamentos da relação de interpretância que Benveniste estabelece entre a língua e a sociedade. Segundo o linguista, “a língua interpreta a sociedade” de tal modo que a “sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado” da língua; esse “papel de interpretante” que a língua preenche “é inicialmente e do ponto de vista puramente literal fazer existir o interpretado e transformá-lo em noção inteligível” (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 98). Em outras palavras, se diz que a língua é o interpretante e a sociedade o interpretado porque a língua faz existir a sociedade à medida que a torna significativa. Nesse sentido, a sociedade é este conjunto de construtos semiológicos que necessita receber interpretação (semiotização) de um sistema a parte para existir enquanto tal. Essa é a base da relação de interpretância. A bem da verdade, a língua formula a sociedade.

É evidente que uma língua-discurso qualquer não necessita receber interpretação de outra língua-discurso para existir enquanto tal. Estivemos defendendo por toda parte que as línguas são interpretantes justamente porque têm a propriedade de significar por elas mesmas, não requerendo interpretação de outro sistema. Mas a LDF não é uma língua-discurso qualquer, é uma língua-discurso que serve de *fonte* para um fenômeno de linguagem muito particular. E isso faz toda a diferença. Uma língua-discurso pode estar presente em qualquer lugar; uma *língua-discurso-fonte* só pode estar presente em um sistema tradutório. Esta é a sua condição. Um texto FONTE só é assim considerado do ponto de vista de uma enunciação tradutória; antes da tradução, um texto é apenas uma possibilidade de um texto fonte. O que faz um texto existir enquanto LDF é sua relação com outro texto definido como uma LDA. Nesse sentido, para que uma LDF possa ser assim considerada ela deve ser reconhecida dentro de um sistema tradutório, ou seja, deve estabelecer relação intersubjetiva com uma LDA. Dessa maneira, a LDA é norma para a LDF – na sua condição de “fonte”, “origem” de um aparelho enunciativo, apenas, mas não na sua condição de língua-discurso.

Dito de outro modo, nenhum texto, que é língua-discurso, precisa receber interpretação de outra língua para significar fora de um sistema tradutório – que é sempre particular –, mas, para que qualquer texto seja tomado como uma língua-discurso-*fonte*, é necessário colocá-lo em relação a uma língua-discurso-*alvo*, que passa a ser o seu interpretante. É significativo insistir nisso: o texto que pode ser tomado como original é

independente, mas sua *identidade* no fenômeno tradutório como língua-discurso-*fonte* depende da interpretação, ou semiotização, de outra língua-discurso, denominada *alvo*. Essa hipótese pode parecer contraditória com o que dissemos na seção anterior a respeito da LDA ser criada em vista da LDF, mas não o acreditamos. Isso significa apenas que a LDA é uma reformulação da LDF. Assim como a língua formula a sociedade, a LDA reformula a LDF, uma vez que, como já dito, no que tange à enunciação tradutória, toda formulação é uma reformulação, toda produção é uma re-produção.

Conforme explicitado, o princípio da interdependência condensa dois movimentos através dos quais uma língua-discurso, de fato, torna-se significante na relação com a outra: a LDF passa a significar “na comparação, inerente à tradução, com a LDA, ou, melhor, com a maneira pela qual a LDA é concebida na consciência do tradutor” do mesmo modo que a “LDA é criada em vista da LDF, ou, melhor, da maneira pela qual a LDF é concebida na consciência do tradutor” (cf. supra). Mas a partir daí, a LDA registra, designa e orienta mudanças de valor na LDF, informando o *sentido* produzido pela leitura que o tradutor faz da LDF de uma nova relação de significação. Em último caso, podemos dizer que a LDA realiza uma *modelagem semiótica* à medida que: 1.º se manifesta pela enunciação, contendo referência a uma situação de discurso dada ao “falar sobre” a LDF; 2.º consiste de unidades diferenciais que são signos; 3.º é produzida pelo tradutor nos mesmos valores de referência com os quais é recebida pelo interlocutor da tradução; e 4.º é a única forma de atualização possível à intersubjetividade da tradução. São todos fatores que contribuem para a preeminência da LDA no fenômeno tradutório, os quais fazem dela o sistema interpretante. A seguir, propomos uma breve reflexão sobre cada um desses aspectos no que tange à elaboração de uma semiologia da tradução.

3.2.1 Língua-discurso-alvo como manifestação da enunciação tradutória

A LDA como manifestação da enunciação tradutória supõe para a semiologia da tradução que estamos propondo um mecanismo específico de produção de discurso que coloca a semantização da LDA no centro da questão. Toda enunciação tem por finalidade produzir um dizer sobre alguma coisa, que é reconhecido pela formulação de um *sentido* realizado pela propriedade sintagmática do leque semântico da língua. Desse modo, a integração *forma/sentido* protagonizada pela semantização da LDA contém referência à situação de discurso instaurada em dado sistema tradutório, onde, conforme já explicitado, a LDA é criada em vista da LDF: ela protagoniza uma relação intersubjetiva com a LDF,

relação da qual tira imediatamente a significância. Uma vez instaurada a “realidade” que empresta significação à LDA, esta assume uma *forma*, articulada simultaneamente pela leitura que o tradutor faz da articulação semântica da LDF e pela maneira como ele concebe o sistema linguístico que serve de base para a LDA, através da qual realiza um *sentido* atualizado. Somente dessa realização é que se reconhece uma LDA, ou, como aludido anteriormente, é um “discurso sobre” a LDF o que qualifica uma língua-discurso como uma *língua-discurso-alvo*. Nesse sentido, como manifestação da enunciação tradutória, a LDA se define do ponto de vista da língua como sistema de expressão, produtora de mensagens.

3.2.2 *Língua-discurso-alvo como sistema de signos*

Se na seção anterior descrevemos, ao menos em linhas gerais, a LDA pelo viés da língua como semântica, neste momento propomos refletir sobre a condição da LDA do ponto de vista da língua como semiótica, isto é, da sua natureza como sistema orgânico de signos linguísticos. Nesse ponto, vale lembrar que o termo benvenistiano *língua-discurso* não se refere apenas à língua como sistema semiótico e tampouco à língua como sistema semântico, mas à relação entre as duas maneiras de ser língua. Trata-se do sistema linguístico, que é coletivo, atualizado “individualmente em uma situação própria de uso da língua” (cf. supra). No caso de uma LDA, trata-se de um sistema linguístico dado, atualizado por um sujeito-tradutor que o coloca em uso através da enunciação tradutória. Por essa razão, em termos de metodologia, é possível abordá-la tanto do ponto de vista do *semântico*, como proposto na seção anterior, quanto do ponto de vista do *semiótico*. Em relação a esse último, a semiologia da tradução que estamos pensando coloca em evidência a diversidade das estruturas linguísticas. O papel da articulação semiótica da língua na constituição da LDA como um “discurso sobre” a LDF está naquilo que o sistema linguístico pode nos dizer sobre o “emprego das formas” – o “conjunto de regras fixando as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 81, grifo do autor) – visto que os signos que servem de base para a LDA se ajustam em um paradigma que relaciona as escolhas possíveis ao tradutor. O emprego das formas define a LDA do ponto de vista da semiotização, daquilo que tem ou não *sentido* dizer na LDA.

É somente em relação às condições de emprego das formas, tal como Benveniste o descreve, que se pode conceber a LDA como um sistema de signos, pois ela responde ao mecanismo do sistema tradutório, onde as propriedades semióticas são consideradas apenas no ponto em que servem de base para a LDA construir uma “semântica própria, uma

significação intencionada” produzida através da “sintagmatização das palavras” as quais, nesse caso, “não retêm senão uma parte do valor que têm enquanto signo” (*A forma e o sentido* [1967], PLG II, p. 233-234).

3.2.3 *Língua-discurso-alvo como produção sui-referencial*

Este aspecto da semiologia da tradução, da maneira como a estamos mobilizando, dialoga com a condição da LDA como manifestação da enunciação tradutória, pois pondera que a LDA só adquire significação mediante referência à situação de discurso que a contém, ou seja, à própria enunciação tradutória.

A referência se articula por todo o aparelho conceitual da enunciação tradutória, desde a intersubjetividade – a oposição da LDF em relação à LDA que imita uma estrutura de “alocução pessoal” (*Estrutura da língua* [1970], PLG II, p. 101), onde a LDF é revestida de subjetividade e instaura uma LDA que se torna o interpretante – até a constituição da unidade de tradução. O que finalmente efetua a operação da referência e fundamenta a possibilidade de um “discurso sobre” a LDF é o *sentido* produzido na enunciação tradutória, o qual recebe *forma* da e na LDA, a qual, como veremos na seção seguinte, é o molde de toda a expressão tradutória possível. Dessa maneira, o tradutor coloca-se entre as línguas-discurso cuja intersubjetividade é por ele estabelecida, para, então, protagonizar uma referência a si próprio e ao mundo a partir de si próprio através da *forma* com a qual realiza o *sentido intencionado* na LDA.

A LDA como produção sui-referencial garante que toda enunciação tradutória produza um discurso único e irrepetível, porque contém uma referência que lhe é interna e que se define, simultaneamente, pela intersubjetividade da tradução e pela intencionalidade do tradutor. O que assegura que a LDA seja produzida pelo tradutor nos mesmos valores de referência com os quais será recebida pelo interlocutor da tradução são os aspectos anteriormente citados, ou seja, o fato de ela configurar um discurso articulado por propriedades semânticas que são comuns a um mesmo sistema de unidades semióticas, o qual lhe serve de base.

3.2.4 *Língua-discurso-alvo como atualização do aparelho formal da enunciação tradutória revisto a partir da relação entre as línguas*

Quando listamos os aspectos que fazem da LDA o interpretante, permitindo-nos desenvolver alguns princípios para a concepção de uma semiologia da tradução, apontamos por último que ela é “a única forma de atualização possível à intersubjetividade da tradução” (cf. supra). À medida que entendemos a relação intersubjetiva entre as línguas-discurso envolvidas no fenômeno tradutório como condição para a constituição de um *aparelho formal da enunciação tradutória revisto a partir da relação entre as línguas*, nos autorizamos a reformular esse aspecto da semiologia da tradução conforme proposto no título desta seção.

O aparelho da enunciação tradutória, tal como o estamos concebendo, é constituído por três aspectos: o ato de produzir uma LDA, a situação em que o ato se realiza e os instrumentos de sua realização que, a partir do modelo benvenistiano do *aparelho formal da enunciação*, se subdividem entre caracteres “necessários e permanentes” e caracteres “incidentais”, “ligados à particularidade do idioma” em questão (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 83) – nesse caso, do sistema linguístico que serve de base para a LDA. Em outras palavras, a descrição do aparelho que estamos propondo serve à fundamentação, no interior da LDA, dos caracteres formais de sua enunciação.

Os caracteres incidentais estão relacionados aos chamados “procedimentos acessórios” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 84) e dizem respeito às possibilidades de semiotização que se pode operar em determinada enunciação tradutória para a constituição de uma semântica particular na qual a LDA se articula e se reconhece como tal; ou seja, tais procedimentos relacionam-se ao emprego das formas, sua organização e disposição sintagmática. Já os caracteres necessários e permanentes estão relacionados aos “índices específicos” (*O aparelho* [1970], PLG II, p. 84) de pessoa, espaço e tempo, através dos quais a enunciação tradutória se define simultaneamente pelo ato de produzir um discurso e pela situação em que o ato é realizado.

O ato de produzir a LDA refere-se à ação do tradutor que se utiliza da LDF para, em primeiro lugar, introduzir a sua condição de locutor como parâmetro para as normas necessárias à LDA como manifestação da enunciação tradutória. Em outras palavras, o tradutor se declara locutor ao assumir a LDF, ou melhor, a maneira como concebe a LDF, para implantar a LDA. Isso define também a situação em que a enunciação tradutória se realiza. Pode-se dizer que a LDF é, então, efetuada em uma instância de discurso que emana do tradutor de acordo com a *forma* pela qual ele concebe seu *sentido* e que suscita, em retorno, a enunciação tradutória, cuja manifestação é a própria LDA.

Desse modo, na enunciação tradutória, a LDA se acha empregada para a expressão de uma determinada relação com a LDF, reconhecida pela aproximação do *sentido* produzido

pela LDA com a ideia que se faz do *sentido intencionado* na LDF. Assim sendo, o aparelho formal que pensamos a partir da relação entre as línguas constitui a LDF e a LDA como “duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim” da enunciação tradutória, concebida como o ato de produzir um “discurso sobre” a ideia que se faz do *sentido intencionado* na LDF. Estabelece-se, assim, o diálogo entre as línguas-discurso envolvidas no fenômeno tradutório, do qual se pode extrair o mecanismo de significância proposto neste capítulo.

Do exposto até aqui, observa-se que a LDA é a própria qualificação da enunciação tradutória, de modo que sua constituição atualiza o aparelho formal da enunciação tradutória à medida que instaura a situação de discurso que faz referência ao *sentido* produzido nela e por ela como um “discurso sobre” a leitura que o tradutor faz do *sentido intencionado* na e pela LDF, ponto de origem do fenômeno tradutório.

A partir daí, também é possível eliminar supostas dúvidas quanto ao status de interpretante da LDA frente à LDF. Ainda que no contexto do sistema tradutório uma e outra se tornem significantes por um princípio de interdependência, o princípio de reformulação garante a preeminência semiológica de apenas uma delas. Nas últimas quatro seções, comprovamos os princípios semiológicos que fazem da LDA o interpretante, a saber, 1.º o fato de que se manifesta pela enunciação de modo a produzir um “discurso sobre” a LDF; 2.º o fato de constituir um sistema de signos; 3.º o fato de produzir valores de referência reconhecidos por uma mesma comunidade; e 4.º o fato de ser a única possibilidade de atualização do aparelho formal da enunciação tradutória. É possível verificar facilmente que a LDF preenche os requisitos para o segundo e terceiro aspectos – também constitui um sistema de signos na mesma medida em que reproduz valores de referência reconhecidos por uma mesma comunidade – mas não para o primeiro e quarto aspectos. É verdade que a LDF é ela própria a manifestação de uma enunciação, que contém referência a uma situação de discurso dada, entretanto, no contexto do sistema tradutório, ela produz um “discurso sobre” si mesma (ela deixa de ser uma escrita para tornar-se uma leitura, diz-se da ideia que o tradutor faz do *sentido* nela intencionado), além de razões óbvias pelas quais a LDF não produz um “discurso sobre” a LDA, como, por exemplo, o fato de ela ser a origem da enunciação tradutória ao passo que a LDA é o fim. Essa relação é impossível de inverter. Nesse sentido, para que o aparelho tradutório esteja completo, é necessária uma *atualização*, uma *reformulação* a partir de uma nova enunciação.

Por fim, os quatro aspectos que principiamos para a elaboração de uma semiologia da tradução, centralizada na relação entre as línguas-discurso envolvidas no fenômeno tradutório,

convergem para a relação de interpretância, na qual a LDA é o interpretante e a LDF o interpretado, porque é a relação de natureza semiológica necessária para classificar um sistema desse tipo em relação a outro. A seguir, propomos uma discussão sobre as implicações dos aspectos sugeridos como condicionantes para uma semiologia da tradução na delimitação de uma noção de unidade para o sistema tradutório.

3.3 AS UNIDADES DE TRADUÇÃO

O princípio de unidade é condição para o fundamento da Semiologia (cf. SAUSSURE, 2004, p. 65), desde que se estabeleça entre as unidades uma relação que reja sua significância. Assim, para fazer semiologia é fundamental que se constitua um sistema de unidades, uma vez que “todo sistema significativo deve se definir pelo seu modo de significação” (*Semiologia* [1969], PLG II, p. 58). No tocante à Semiologia da Língua, a questão da unidade se faz central pelas exatas mesmas razões. Foi pensando nisso que propomos, ao decorrer deste capítulo, alguns princípios para a constituição de um sistema tradutório. No entanto, em termos de sistema semiológico, nada está realmente definido até que suas unidades de significação estejam bem definidas. Portanto, o que afirmamos sobre o sistema tradutório deve agora designar as unidades que coloca em jogo para produzir o *sentido intencionado* na enunciação tradutória e especificar, desse modo, a natureza desse *sentido*. Sem isso, não podemos reafirmar nada do que dissemos sobre a possibilidade de uma semiologia linguística da tradução, já que toda semiologia e, por conseguinte, toda linguística que estamos mobilizando, se articula pelo princípio de unidade.

O primeiro ponto que gostaríamos de tocar é que a unidade de tradução é um recorte feito a partir da comparação entre as línguas-discurso envolvidas, a qual evidencia de imediato a diferença das unidades linguísticas, o que, de certo modo, faz da unidade de tradução o recorte de uma diferença. Na verdade, a comparação entre línguas-discurso protagoniza nada mais, nada menos do que uma relação entre sistemas de mesma natureza, é desse jogo semiológico que o tradutor retira suas unidades irreduzíveis. Não é senão comparando as maneiras pelas quais se concebe cada sistema que o tradutor se propõe a elucidar as forças em jogo que os constituem como tal e defrontá-los, assim, com a imagem que cada qual oferece da “realidade”. A maneira como cada sistema linguístico-discursivo se diversifica e se engendra no contexto do fenômeno da tradução está relacionada à maneira como o tradutor concebe cada qual, entretanto, a comparação entre as línguas força o tradutor a olhar para as diferenças e somente para as diferenças, de modo que o recorte da unidade

tradutória não considera as diferentes línguas integralmente, mas apenas as diferenças estabelecidas – pelo próprio tradutor no exercício de sua função e na condição de falante bilíngue – entre as línguas-discurso. Isso significa que a unidade de tradução é distintiva por natureza – característica que assegura sua condição de unidade em primeiro lugar – unicamente porque depende da relação entre sistemas de unidades igualmente distintivas.

É de suma importância insistir no fato de que uma semiologia da tradução, nos termos que estamos desenvolvendo, só é possível se atravessada pela Semiologia da Língua que a engendra e lhe empresta suas leis. Dela, o fenômeno tradutório deduz para as línguas envolvidas a condição de línguas-discurso: uma maneira de ser língua cuja articulação *forma/sentido* é relativa a um sistema específico de expressão, o qual, nesse caso, configura a enunciação tradutória, pela qual se produz um “discurso sobre” a LDF a partir de uma relação de interpretância. Tomar ambas LDF e LDA como línguas-discurso e não apenas como “línguas” – isto é, como sistemas linguísticos – é fundamental para a constituição da unidade de tradução, uma vez que são as propriedades da língua como semântica que fazem evidenciar as diferenças linguísticas em primeiro lugar, e são as diferenças que condicionam o recorte de unidades por parte do tradutor.

Isso faz intervir o segundo ponto que gostaríamos de abordar: as unidades de tradução são unidades semânticas⁶⁶. A *forma* da unidade de tradução é, então, o sintagma, meio pelo qual um *sentido* é produzido na articulação semântica da língua. Dessa maneira, diz-se da unidade de tradução que ela é distintiva, porém, ela não é opositiva, isto é, não está em uma relação de oposição com outras unidades; não é porque as unidades de tradução se opõem que elas têm um *sentido*, mas porque são criadas a partir de outras unidades elas mesmas significantes. A propriedade semântica da unidade de tradução é o que garante a atualização do aparelho formal da enunciação tradutória e o princípio de reformulação que faz da tradução o que ela é. O que também torna verdadeiro dizer que a relação de interpretância que faz da LDA o interpretante da LDF que é seu interpretado – e não o contrário – é uma consequência das propriedades semânticas da unidade de tradução, uma vez que a unidade é a possibilidade de atualização da intersubjetividade da tradução através da qual a enunciação tradutória se manifesta.

Finalmente, chegamos ao terceiro e último ponto a abordar, talvez o mais importante: a delimitação da unidade do sistema tradutório. Não se pode confundir as unidades de

⁶⁶ De tal modo que Oustinoff sugere uma aproximação do conceito de “unidades de tradução” à noção de “unidades de sentido” que “não são ‘unidades de língua’ (descontextualizadas), mas ‘unidades de discurso’” (2011, p. 97).

tradução com as unidades semânticas da LDA. Há uma linha tênue entre elas, é verdade, mas não subestimemos sua tenacidade, porque ela sustenta o estabelecimento de todo o sistema semiológico da tradução. Na Introdução desta dissertação, exibimos nosso ponto de vista de que, ao traduzir, o tradutor apropria-se de *novas* unidades na tentativa de reformular o *sentido intencionado* na LDF. Pois bem, estamos cada vez mais certos de que essas unidades não são, em essência, as unidades do português, ou do inglês, ou do grego, estando tais idiomas na posição de LDA, mas do JOGO semiológico que se estabelece entre determinada LDF e determinada LDA, quais sejam suas estruturas semióticas (Figura 2). Esse jogo só existe na comparação entre as línguas-discurso que estão envolvidas em dado sistema tradutório, dá-se e encerra-se com ela; o mesmo pode-se dizer da unidade de tradução.

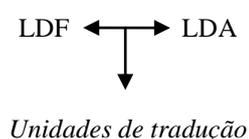


Figura 2 – Constituição das Unidades de Tradução

Daí, de uma vez por todas, a relevância em considerar a relação entre as línguas se se quer delimitar para o fenômeno tradutório um sistema particular de unidades próprias e descrever as leis que regem tais unidades, cuja constituição está representada na figura acima, onde LDF designa, na verdade, *as diferenças que o tradutor estabelece em relação à LDA*, a qual designa, do mesmo modo, *as diferenças que ele estabelece em relação à LDF*. Desse modelo é que se pode abstrair a “*equivalência*” de *significação na diferença das unidades* – representada pela seta ao centro da figura. A unidade de tradução é, então, a “*equivalência*” de *significação* que o tradutor concebe a partir da diferença que estabelece entre as unidades semânticas da LDF e da LDA, o que, em certa medida, também lhe permite concluir algo sobre a significância da articulação semiótica das línguas-discurso em comparação. Isso torna a relação entre as línguas condicionante para a delimitação das unidades de tradução, ao mesmo tempo em que a unidade de tradução se faz condicionante para a interpretância pela qual a LDA re-semiotiza a LDF, uma vez que a modelagem semiótica protagonizada pela LDA depende, antes, da delimitação da “*equivalência*” de *significação*.

As unidades de tradução podem ser compreendidas como uma nova espécie de valores semiológicos, os quais são criados pela relação de interpretância entre as línguas-discurso, possível a partir de uma relação de homologia única e irrepitível. À medida que o sistema

tradutório só está completo na relação de uma língua-discurso-fonte com uma língua-discurso-alvo, a noção de unidade de tradução que estamos propondo não precede à enunciação tradutória. Nesse sentido, a semiologia da tradução aqui mobilizada não se destina à elaboração de um método do traduzir, mas de um mecanismo de significância que estabeleça as leis, isto é, os princípios que regem todo sistema tradutório.

3.3.1 *A forma e o sentido da unidade de tradução*

Sendo a unidade de tradução, do ponto de vista semiológico, como vimos, uma unidade semântica atravessada pelo jogo entre as unidades semânticas de dois sistemas linguísticos distintos, sua *forma* também se definirá pela sintagmatização, isto é, pelo agenciamento ao qual o signo se submete na condição de palavra, sua articulação semântica. Nesse sentido, a *forma* da unidade de tradução se confunde com a *forma* da língua-discurso-alvo, entretanto, a noção de *sentido* que torna a unidade de tradução significante deve ser distinta do *sentido* no qual ela se realiza. Acreditamos que há no fenômeno tradutório duas noções de *sentido* que regem a constituição da unidade, uma lhe é anterior – ligada a sua significância – e a outra lhe é posterior – ligada ao seu reconhecimento no discurso. À última não nos parece necessário acrescentar nada aqui; à primeira, no entanto, devemos nos ocupar por um momento, pois ela é a própria relação de diferença da qual a unidade se origina.

Para explicar, tomemos emprestado o exemplo que Oustinoff usou para ilustrar uma noção de unidade de tradução desenvolvida por Vinay & Darbelent (1958). Partindo da ideia de que “uma unidade de tradução é o menor segmento do enunciado que apresente uma coesão de signos tal que eles não podem ser traduzidos separadamente” (VINAY & DARBELENT, 1958, p. 37), o professor de Tradutologia faz uma investida:

Vamos dar um exemplo concreto, o da citação de George Steiner escolhida como epígrafe para este capítulo: “Nimrud’s tower was built of words”. Ao dividi-la em “unidades de tradução”, chegamos a “Nimrud’s tower / was built of / words”. Se a compararmos a sua tradução brasileira, encontramos a mesma divisão: “A torre de Nimrud / era feita de / palavras” (OUSTINOFF, 2011, p. 27).

Nessa perspectiva, uma unidade de tradução não pode ser realizada pela noção de sintagmatização, uma vez que o sintagma supõe um grupo de palavras, no interior de uma frase, que forme uma unidade, e para que uma unidade possa ser assim reconhecida no modo *semântico* é necessário que as palavras postas em relação tornem-se significantes dentro do conjunto ao mesmo tempo em que oferecem ao todo uma significação. Observe que as

unidades de tradução propostas pelo professor não podem informar o conjunto de uma relação de significação, porque são separadas dele: quando tomamos *Nimrud's tower* (A torre de Nimrud) como unidade, renunciamos do estado de sintagma que tinha enquanto *Nimrud's tower was built of words*, para o qual nada mais significa. O sintagma formado por *Nimrud+ 's+tower* (A torre+de+Nimrud) tem *sentido* enquanto unidade autônoma, isto é, na condição de *frase*, produção de discurso; porém, não diz mais nada sobre a língua-discurso-fonte, porque foi isolada de seu emprego nela; é a mesma coisa que acontece em *was+built+of* (era+feita+de) e *words* (palavras) – de acordo com a identidade desses elementos dentro do que Oustinoff defende por unidade de tradução, são apenas fragmentos cujo *sentido* se espera remontar numa outra língua de maneira mais ou menos equivalente.

Essa visão da unidade de tradução é válida para quem pensa em desenvolver um método do traduzir mais ou menos padronizado, mas é necessário esclarecer que, do ponto de vista *semiológico*, ela não dá conta do fenômeno tradutório, porque não considera a relação entre as línguas na constituição da unidade, logo não considera a característica mais relevante das línguas: a *diferença*. Isso porque ela parte do modo *semiótico*, e não do modo *semântico* de significação – onde a diferença se faz perceptível para o falante e, logo, para o tradutor. A proposta de Vinay & Dabert parte de uma noção de unidade dependente da linearidade do significante e do fascismo da língua, características do modo *semiótico* de significação. É a articulação semiótica da língua que define as leis para o que Saussure chamou de “caráter linear do significante”, princípio pelo qual os signos se “apresentam um após o outro” de modo a formar “uma cadeia” (CLG, p. 84); esse princípio é uma consequência da língua “como desempenho de toda linguagem; ela é simplesmente fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer” (BARTHES, 1992, p. 14). Isso significa que, apesar de o signo se articular no discurso apenas numa acepção semântica, é a condição imposta pela sua articulação semiótica que obriga a “coesão tal que eles não podem ser traduzidos separadamente” da qual, por sua vez, parte o recorte de unidade proposto por Vinay e Dabert e defendido por Oustinoff.

Do ponto de vista semiológico que estamos defendendo neste trabalho, a unidade de tradução deve ser definida pela diferença entre as línguas envolvidas no sistema tradutório em questão, uma vez que é somente isso que o tradutor pode mobilizar a partir de um contato de línguas. E essas diferenças se sobressaem na comparação da articulação semântica da LDF com a da LDA, porque só se enxerga uma língua em um discurso, isto é, só se toma consciência do signo pela palavra, e da palavra pelo emprego – ou uso – que se faz dela no

discurso, e somente no discurso. Isolar o sintagma da frase é descer à significação da frase, o que compromete, em último caso, seu *sentido* global.

Em nossa opinião, para se atingir a unidade de tradução de um sistema tradutório dado, composto do exemplo de Oustinoff, o tradutor teria de, primeiramente, colocar a LDF em relação com a LDA, ou ainda, com as possibilidades de LDA a partir da maneira como o tradutor concebe a articulação *forma/sentido* na LDF. Isso porque a leitura que o tradutor faz já é uma articulação semântica própria. Por exemplo, a unidade de tradução do sintagma *Nimrud's tower was built of words* é concebida pela relação de diferença que o *sentido* intencionado nele tem com a “equivalência” *A torre de Nimrud era feita de palavras*, ou ainda, *A torre de Nimrud foi construída com palavras*, entre outras escolhas possíveis ao tradutor. Se, na posição do sujeito-tradutor que mobiliza as línguas à sua maneira, opto por traduzir *Nimrud's tower was built of words* pela “equivalência” *A torre de Nimrud era feita de palavras*, tenho aí uma unidade de tradução X, definida pela diferença que estabeleço entre as propriedades semânticas da LDF e as da LDA que re-produzo; se opto pela tradução *A torre de Nimrud foi construída com palavras*, tenho aí uma unidade de tradução Y. Em outras palavras, a relação de significação entre o original e a tradução *A torre de Nimrud era feita de palavras* estabelece uma diferença X enquanto a relação de significação entre o original e a tradução *A torre de Nimrud foi construída com palavras* estabelece uma diferença Y.

Dessa perspectiva, a *forma* e o *sentido* da unidade de tradução se definem, respectivamente, pelo sintagma que o tradutor escolhe na LDA e pela diferença que essa escolha permite estabelecer entre o *sentido* intencionado na LDF e o *sentido* produzido na LDA – essa integração revela o que é irredutível no fenômeno tradutório. Estabelecemos, assim, as duas noções de *sentido* no sistema tradutório: a primeira define-se pelo *sentido* produzido na LDA, que diz respeito à mobilização das propriedades semânticas da língua-alvo pela enunciação do tradutor; e a segunda define-se pela relação de significação que se pode estabelecer entre esse *sentido* produzido e a maneira como é concebido o *sentido* intencionado na LDF, relação que deve estabelecer entre a LDA e a LDF uma diferença *una*, irredutível ao sistema tradutório em questão, isto é, ao fenômeno tradutório em questão.

Em vias de conclusão, a noção aqui desenvolvida da *unidade de tradução* serve à comprovação da tese benvenistiana que marca o ponto de partida desta pesquisa, segundo a qual se transpõe o *semantismo* de uma língua para o de uma outra, mas não o *semioticismo*, uma vez que as unidades de tradução são abstraídas exclusivamente a partir das diferenças que o tradutor estabelece ao relacionar às unidades semânticas, e não semióticas, das línguas-discurso *fonte* e *alvo*. Isso ocorre porque, conforme já aludido nesta dissertação, a noção de

língua-discurso coloca em evidência a articulação semântica da língua, construída, é verdade, sobre a articulação semiótica, porém, a partir dessa última não é possível criar (formular) unidades em um momento dado, em um sistema tradutório dado, porque a unidade semiótica não é circunstancial. Em outras palavras, não é o caso de não haver diferença entre as unidades semânticas, do mesmo modo com que a diferença se faz obrigatória no que tange às unidades semióticas; mas o caso de que, no *semântico*, as diferenças são estabelecidas pelo sujeito – no caso da tradução, o sujeito-tradutor – enquanto no *semiótico* elas são dadas de antemão, à medida que aquilo que distingue um signo também o constitui (ELG, p. 224). Nesse sentido, acreditamos ter atingido, assim, nosso objetivo de produzir um discurso sobre a tese benvenistiana de que é na tradução que se atinge a distinção entre o *semiótico* e o *semântico*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos esta pesquisa, pensávamos que nossa contribuição para o diálogo entre a Linguística da Enunciação e os Estudos da Tradução se esgotaria na descrição de uma noção de tradução, circunscrita ao projeto semiológico de Benveniste, que nos permitisse afirmar algo sobre a língua do ponto de vista de certos aspectos que só podem ser observados pela prática tradutória. Chegado ao fim, vemos que fizemos mais do que isso. De uma base cimentada pela relação entre o que entendemos por fenômeno tradutório e a maneira como concebemos os fundamentos benvenistianos acerca da Semiologia da Língua, erguemos uma nova ordem, sustentada pelos pilares de um sistema que nos conduziu à unidade de tradução e à análise de sua significância; reorganizamos, assim, as peças de um jogo pouco estudado pelos teóricos da linguagem: o jogo semiológico que se estabelece na relação entre as línguas envolvidas no fenômeno tradutório. Enunciando, especialmente, do lugar de linguistas, não intentávamos desenvolver um método de abordagem para o profissional de tradução olhar para o seu objeto, porém, talvez o tenhamos feito, em certa medida, sem o perceber. Através dos princípios da Semiologia da Tradução que propusemos, o tradutor pode se enunciar não somente tomando consciência da diferença inerente entre o *sentido* produzido na sua enunciação e o *sentido* intencionado no original, mas também vendo nessa diferença um dado positivo, pois se atinge aqui o limite máximo de seu ofício, o qual, ironicamente, não se pode descer sem perder a “equivalência” que se acaba de construir.

A partir dos princípios pelos quais Saussure reconheceu na língua o principal sistema semiológico presente na sociedade e pelos quais Benveniste viu-se obrigado a eleger para a língua o status de interpretante, formulamos a hipótese de que o fenômeno tradutório constitui uma relação de interpretância protagonizada pelas línguas envolvidas na tradução à medida que é atravessado pela Semiologia da Língua. Para sustentá-la, tomamos a tradução como ato enunciativo pelo fato do tradutor mobilizar as línguas por sua conta, o que as configura imediatamente como línguas-discurso; o aprofundamento da relação do tradutor com as línguas-discurso mostrou-se determinante para a constituição do mecanismo de significância da enunciação tradutória. Através desse mecanismo, criamos as condições para a constituição de uma noção teórica das unidades de tradução, a partir da qual se fez segura a possibilidade de um sistema tradutório particular a cada vez que se traduz.

Assim, foi estabelecendo os princípios da relação entre a língua-discurso-fonte e a língua-discurso-alvo, a qual mostrou abrigar a interpretância da última sobre a primeira, que firmamos nossa hipótese de uma Semiologia da Tradução, à medida que pudemos construir

uma noção de unidade para o sistema tradutório. Ao mesmo tempo, foi porque cedemos à unidade, a exemplo de Benveniste, o centro da questão, que pudemos supor para o fenômeno tradutório uma semiologia linguística em primeiro lugar, empreitada para a qual a compreensão da distinção entre o *semiótico* e *semântico* se mostrou fundamental. A partir do exame dos modos de significação da língua e da sua relação com a tradução, pensamos ter comprovado a tese de Benveniste, para quem a impossibilidade da tradução está prevista na estrutura da língua – isto é, na sua articulação semiótica – enquanto a possibilidade da tradução está prevista no seu funcionamento significante – isto é, na sua articulação semântica.

Dessa maneira, se elegemos o fenômeno tradutório como objeto de pesquisa foi porque vislumbramos nele um potencial para uma teoria da relação entre as línguas; percorrendo essa relação, chegamos às bases semiológicas pelas quais a língua articula a si e a tudo aquilo a que empresta significância, inclusive, a tradução. Desse modo, ao elaborar um sistema semiológico específico para a tradução, nosso propósito de implicar um fazer linguístico no qual o cientista da linguagem pudesse apreender, mais do que nunca, as particularidades do objeto que é a língua, parece ter sido alcançado.

Esperamos que nossa investida seja recebida pela comunidade acadêmica como uma visão a qual seus membros se proponham, cedo ou tarde, a desafiar, de maneira a comprová-la por meios científicos ou a interrogá-la pelos mesmos. Torcemos para que o debate entre as Ciências Humanas, como, por exemplo, entre os Estudos da Linguagem e os da Tradução, ou ainda, entre a Linguística e a Semiologia, jamais se dê por vencido, caso contrário, toda a Ciência que faz o homem se mostrará vã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, Roland. **Aula. 6.** São Paulo: Cultrix, 1992.
- _____. **O rumor da língua.** São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BENVENISTE, Émile. [1946] Estrutura das relações de pessoa no verbo. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1954] Tendências recentes em linguística geral. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1956] A linguagem e a experiência humana. In _____. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1956] Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1957] A frase relativa, problema de sintaxe geral. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1958] Categorias de pensamento e categorias de língua. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1958] Da subjetividade da linguagem. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1959] Natureza do signo linguístico. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1963] Saussure após meio século. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1963] Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In _____. **Problemas de linguística geral I.** 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. [1964] Os níveis da análise linguística. In _____. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1967] A forma e o sentido na linguagem. In _____. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1968] Aula 2. In _____. **Últimas aulas no Collège de France.** São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1968] Aula 3. In _____. **Últimas aulas no Collège de France.** São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1968] Esta linguagem que faz a história. In _____. **Problemas de linguística geral II.** Campinas: Pontes, 1989.

- _____. [1968] Estruturalismo e linguística. In _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1969] Aula 15. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Aula 4. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Aula 5. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Aula 6. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Aula 7. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Primeira Aula. In _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- _____. [1969] Semiologia da língua. In _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1970] Estrutura da língua e estrutura da sociedade. In _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. [1970] O aparelho formal da enunciação. In _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Problemas de linguística geral I**. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1995.
- _____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Henry Holt, 1933.
- COQUET, Jean-Claude; FENOGLIO, Irène. Introdução In: **Últimas aulas no Collège de France**. São Paulo: Unesp, 2012.
- DESSONS, Gérard. **Emile Benveniste : L'invention du discours**. Paris: In press, 2006.
- DUFOUR, Dany-Robert. **Os mistérios da trindade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- ECO, Umberto. **Quase a mesma coisa**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- FLORES, Valdir do Nascimento et al. **Dicionário de Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

_____. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa de Émile Benveniste. In: Marlene Teixeira; Valdir do Nascimento Flores. (Org.). **O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 153-170.

_____. Por que gosto de Benveniste? (Um ensaio sobre a singularidade do homem na língua). **Letras de hoje** (PUCRS), v. 39, nº 4, p. 217-230, 2004.

_____; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à Linguística da Enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. **Transcrição da interpretação para libras: uma abordagem enunciativa**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso.

GORLÉE, Dinda. **Semiotics and the problem of translation**. With Special Reference to the Semiotics of Charles S. Peirce. Amsterdam: University of Amsterdam, 1993.

HAGÈGE, Claude. **O homem dialogal**. Lisboa: Edições 70, 1990.

HAINZENREDER, Larissa Schmitz. Princípios para a construção de um Dispositivo Enunciativo de Estudo do Processo Tradutório In: **Salão de Iniciação Científica da UFRGS**, nº 25, 2013, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2013. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/101697>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

_____. Do virtual ao real, da potência ao ato: a enunciação do leitor. **Revista Memento** (UNINCOR), v. 06, nº 1, p.1-11, 2015.

_____. Da relação intersemiótica entre língua e escrita In: **Colóquio Internacional de Semiótica da UERJ**, nº 5, 2015, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UERJ. (no prelo)

_____. A materialidade significativa da língua segundo Saussure: do som ao signo. **Letrônica** (PUCRS). (no prelo)

HÉNAULT, Anne. História concisa da semiótica. São Paulo: Parábola, 2006.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970.

MESCHONNIC, Henri. **Poética do traduzir, não tradutologia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

MOUNIN, Georges. **Os problemas teóricos da tradução**. São Paulo: Cultrix, 1975.

NORMAND, Claudine. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Paula Ávila. **O tradutor como função enunciativa: uma análise de autotradução**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso.

_____. Do bilíngue ao tradutor, do enunciado à enunciação: notas sobre uma perspectiva enunciativa do tradutor e da tradução. **TradTerm** (USP), v. 18, nº 1, p. 09-27, 2011.

- _____. **A prática tradutória em contexto de ensino (re)vista pela ótica enunciativa.** Porto Alegre: UFRGS, 2012. Tese de doutorado.
- OUSTINOFF, Michaël. **Tradução: história, teorias e métodos.** São Paulo: Parábola, 2011.
- ROSÁRIO, Heloísa Monteiro. Elementos para uma reflexão sobre tradução a partir da teoria benvenistiana da enunciação. **Conexão Letras** (UFRGS), v. 7, nº 7, p. 63-71, 2012.
- _____; REUILLARD, Patricia Chittoni Ramos. Tradução e enunciação: desenvolvimento da competência tradutória. **Revista Entrelinhas** (UNISINOS), v. 8, nº 1, p. 3-12, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** 18ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- _____. **Escritos de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2004.
- STEINER, George. **Depois de Babel: questões de linguagem e tradução.** Curitiba: UFPR, 2005.
- TOROP, Peeter. Translation as translating as culture. **Sign Systems Studies**, v. 30, nº 2, p.593-601, 2002.
- VENUTI, Lawrence. **Escândalos da tradução.** São Paulo: EDUSC, 2002.
- VINAY, Jean-Paul; DABERLENET, Jean. [1958] **Stylistique comparée du français et de l'anglais.** Paris: Didier, 1977.
- WAQUIL, Marina Leivas. A voz do tradutor no texto traduzido: a subjetividade manifestada nas notas. **Rónai** (UFJF), v.2, nº1, p. 73-92, 2014.